Agenda 21 Local de Mourão

Diagnóstico para a Sustentabilidade

cimac
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL

MOURÃO

Elaborado por:

tierra
ENGENHARIA E AMBIENTE

Agosto 2010

Ficha Técnica

Proponente:

CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Rua 24 de Julho, n.º 1
7000-673 Évora
Tel.: 266 749 420 | Fax: 266 749 425 | E-mail:
geral@cimac.pt

Estudo elaborado por:

TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda.

Rua Gil Vicente, 193, 1º C
2775-198 Parede
http:// www.tterra.pt
Telefone: (351) 214 537 349 | Fax: (351) 210 134 553 | E-mail: tp@tterra.pt

Agosto de 2010

Siglas e Acrónimos

ADCA	Aguas do Centro Alentejo
ADEREM	Associação de Desenvolvimento de Mourão
AMDE	Associação de Municípios do Distrito de Évora
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CAE	Código de Actividade Económica
CEAI	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica
CLAS	Conselho Local de Acção Social
CMM	Câmara Municipal de Mourão
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA.
EN	Estrada Nacional
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GEE	Gases de Efeito de Estufa
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSAAR	Inventário Nacional Sistema de Abastecimento e Águas Residuais
IPR	Indicação de proveniência regulamentada
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PF	Perímetro Florestal
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
RETI	Rede empresarial e turística interactiva
RSI	Rendimento Social de Inserção
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAP	Serviço de Atendimento Permanente
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SIC	Sítio de Interesse Comunitário
SSL	Sistema de Sustentabilidade Local
SWOT	Strengths, Weakness, Opportunities and Threats
ZPE	Zona de Protecção Especial

Índice

1. INTRODUÇÃO 10
2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 15
3. OS RECURSOS PARA A SUSTENTABILIDADE 17
3.1 Recursos Ambientais 17
3.1.1 Água 17
Água Superficial 17
Água Subterrânea 19
Usos da Água 21
Abastecimento Urbano 23
Drenagem e tratamento de Águas Residuais Urbanas 26
3.1.2 Ar 28
Pressão **Erro! Marcador não definido.**
Estado **Erro! Marcador não definido.**
3.1.3 Solo e Uso do Solo 33
3.1.4 Floresta e outros usos 39
3.1.5 Biodiversidade 42
Flora 43
Fauna 44
3.1.6 Gestão de resíduos 45
3.1.7 Consumo de energia 50
3.2 Recursos Sociais 54
3.2.1 Demografia 54
3.2.2 Emprego 57
3.2.3 Edificado 61
3.2.4 Educação 63
3.2.5 Saúde 66
3.2.6. Acção Social 68
3.3 Recursos Económicos 74
3.3.1 Tecido Empresarial 74
3.3.2 Agricultura, pecuária e floresta 77
Produção cerealífera 78
Olivicultura 79
Produção animal 79
Indústria de papel 81
3.3.3 Indústria Transformadora 81
3.3.4 Turismo 83
Albufeira do Alqueva 87
Estação Biológica do Garducho 87
3.4 Recursos Culturais 90
3.4.1 Cultura 90
3.4.2 Desporto e Lazer 94
3.5 Gestão do território 96
4. PRESSÕES EXERCIDA PELAS ACTIVIDADES HUMANAS 99
5. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA 108
6. AVALIAÇÃO GLOBAL DA SUSTENTABILIDADE 109
BIBLIOGRAFIA 117
FONTES 119

Índice de Figuras

Figura 1. Ciclo da Sustentabilidade. 11
Figura 2. Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Local. 13
Figura 3. Enquadramento Territorial do concelho de Mourão. 15
Figura 4. Freguesias e confrontações do concelho de Mourão. 16
Figura 5. Localização dos pontos de amostragem da qualidade do ar. 31
Figura 6. Carta de solos do concelho de Mourão. 34
Figura 7. Carta de pH dos solos do concelho de Mourão. 37
Figura 8. Carta de capacidade de uso dos solos do concelho de Mourão. 38
Figura 9. Património edificado no concelho de Mourão. 85
Figura 10. Exemplos de actividades culturais do município. 93
Figura 11. Equipamentos desportivos no concelho. 95

Índice de Fotografias

Fotografia 1. Presença de Azinheiras em Mourão. 40
Fotografia 2.Vegetação e Albufeira do Alqueva vistos do Castelo de Mourão. 43
Fotografia 3. Cegonhas numa chaminé mourisca de Mourão. 44
Fotografia 4. Novo Centro de Saúde do concelho de Mourão. 68
Fotografia 5. Presença de Oliveiras em Mourão. 79
Fotografia 6. Património Natural no concelho de Mourão. 86
Fotografia 7. Parque de merendas /Ancoradouro – Turismo de Natureza/Ecoturismo. 89

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução dos volumes captados por freguesia para distribuição urbana. 24
Gráfico 2. População servida por sistemas de abastecimento, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007. 25
Gráfico 3. Capitação diária do consumo de água no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007 25
Gráfico 4. População servida por sistemas de drenagem de águas residuais, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007 27
Gráfico 5. População servida por sistemas de tratamento de águas residuais, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007. 27
Gráfico 6. Evolução dos veículos ligeiros segurados no Concelho de Mourão. 28
Gráfico 7. Emissões na sub-região Alentejo Central vs região Alentejo vs Continente. 30
Gráfico 8. Percentagem dos solos no concelho de Mourão. 35
Gráfico 9. Percentagem de ocupação dos solos face à sua reacção. 36
Gráfico 10. Percentagem de ocupação das classes de capacidade de uso dos solos. 38
Gráfico 11. Representatividade das principais espécies florestais existentes no território do Concelho de Mourão pertencente à ZPE. 40
Gráfico 12. Percentagem de área do Concelho de Mourão sobre regime cinegético 42
Gráfico 13. Evolução da produção dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados no Concelho de Mourão. 47
Gráfico 14. Evolução da produção de resíduos sólidos urbanos ao longo do ano (valores médios). 47
Gráfico 15. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão. 48
Gráfico 16. Evolução da produção de papel e cartão proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão. 49
Gráfico 17. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão. 49
Gráfico 18. Consumo de energia eléctrica, por tipo de consumo, em Mourão, de 1994 a 2008. 51

Gráfico 19. Consumo de energia eléctrica, por tipo de consumo, em Mourão, de 2002 a 2008. 52
Gráfico 20. Variação do consumo total de energia eléctrica. 53
Gráfico 21. Consumo de energia eléctrica em 2007, por sector de actividade, nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão. 53
Gráfico 22. Taxa de crescimento efectivo nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão. 54
Gráfico 23. Taxa de crescimento natural nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão. 55
Gráfico 24.Variação da População Residente em Mourão, entre 1999 e 2008, de acordo com a Faixa Etária. 56
Gráfico 25. Densidade Populacional, nas freguesias do concelho de Mourão, em 1991 e 2001. 57
Gráfico 26. Taxa de Desemprego nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, em 1991 e 2001. 57
Gráfico 27. Evolução do número de desempregados registados no concelho de Mourão. 58
Gráfico 28. Evolução anual das inscrições, ofertas e colocações em emprego da população desempregada do concelho de Mourão, inscrita no IEFP, entre 2004 e 2009. 59
Gráfico 29. Média mensal das inscrições, ofertas e colocações em emprego da população desempregada do concelho de Mourão, inscrita no IEFP, entre 2004 e 2009. 60
Gráfico 30. População activa por sector de actividade no concelho de Mourão. 61
Gráfico 31. Variação do n.º de alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação (vagos e ocupados), nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001 61
Gráfico 32. Estimativa de Alojamentos Familiares Clássicos em Mourão, entre 2001 e 2008. 62
Gráfico 33. Distribuição (%) de alojamentos familiares segundo a sua ocupação, nas NUTS I, II e III e no Concelho de Mourão, entre 1991 e 2001. 63
Gráfico 34. Evolução da taxa de analfabetismo nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001. 64
Gráfico 35. Evolução do nível do ensino, nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001. 64
Gráfico 36. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nas NUTS I, II, III e no concelho de mourão, por ano lectivo. 65
Gráfico 37. Pessoal ao serviço da saúde por 1000 habitantes, no Concelho de Mourão, entre 1998 e 2007. 66
Gráfico 38. Percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção no município de Mourão e nas NUTS II e III, de 2002 a 2008. 69
Gráfico 39. Índice de dependência total no concelho de Mourão e nas NUTS I, II e III, de 2004 a 2008. 70
Gráfico 40. Relação entre ao Índice de dependência de jovens e o índice de dependência de idosos, no concelho de Mourão, entre 1999 e 2008. 71
Gráfico 41. Evolução da percentagem de pensionistas no concelho de Mourão, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central, entre 1999 e 2008. 72
Gráfico 42. Evolução do número de sociedades constituídas no município de Mourão, entre 1999 e 2006. 75
Gráfico 43. Evolução do número de sociedades com sede no concelho de Mourão e respectivo pessoal ao serviço, entre 2000 e 2006. 75
Gráfico 44. Representação das actividades económicas presentes no município de Mourão, em 2007. 76
Gráfico 45. Percentagem das diferentes ocupações da superfície agrícola utilizada em 1999, no concelho de Mourão. 78
Gráfico 46. Proporção de efectivos animais existentes no concelho de Mourão, em 1989 e 1999. 80
Gráfico 47. Representatividade local e regional das empresas e sociedades da indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, entre 1999 e 2007. 82
Gráfico 48. Representatividade local do pessoal ao serviço nas empresas e sociedades da indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, entre 1999 e 2005. 83
Gráfico 49. Despesa Pública em actividades culturais, realizada no município de Mourão, de 1999 a 2008. 91
Gráfico 50.Despesa Pública em actividades culturais e no desporto, realizada no concelho de Mourão, de 1999 a 2008. 94
Gráfico 51.: Uso do solo constante em PMOT. 97

Índice de Quadros

Quadro 1. Características do Aproveitamento de Alqueva. 18
Quadro 2. Empresas agrícolas e agro-pecuárias existentes no Concelho de Mourão. 21
Quadro 3: Captações de água inventariadas no Concelho de Mourão. 22
Quadro 4. Evolução do número de veículos ligeiros segurados no Concelho de Mourão. 28
Quadro 5. Emissões para as unidades territoriais. 29

Quadro 6. Resultados obtidos para a concentração de fundo de ozono, dióxido de enxofre e dióxido de azoto nas três campanhas na Região Alentejo, em 2001. 31
Quadro 7. Valores anuais de PM2,5, de base diária, monitorizada na Estação de Terena. 32
Quadro 8. Dados anuais da concentração média anual de PM10, de base diária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002. 32
Quadro 9. Dados da concentração média anual de O3, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos na Directiva 2002/3/CE. 32
Quadro 10. Dados da concentração média anual de NO2, de base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002. 33
Quadro 11. Dados da concentração média anual de SO2, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002. 33
Quadro 12. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados no Concelho de Mourão de 2004 a 2009. 46
Quadro 13. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva no concelho de Mourão de 2005 a 2009. 47
Quadro 14. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva no concelho de Mourão de 2005 a 2009. 49
Quadro 15. Distribuição dos ecopontos pelas freguesias do Concelho. 50
Quadro 16. Produção anual de lamas na ETAR da Luz, de 2007 a 2009. 50
Quadro 17. Percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho de Mourão, Alentejo Central e Alentejo, em 2008. 69
Quadro 18. Representatividade de cada tipo de indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, em 2007. 82
Quadro 19. Atracções turísticas presentes no concelho de Mourão, distribuídas pelas respectivas freguesias. 84
Quadro 20. Características do município de Mourão adequadas a diversos tipos turismo. 88
Quadro 21. Projectos de Mourão vocacionados para o Turismo. 89
Quadro 22. Actividades culturais presentes no concelho de Mourão. 91
Quadro 23. Equipamentos Desportivos e associações presentes em cada freguesia do município de Mourão. 95
Quadro 24. Incidência dos Aglomerados Populacionais sobre os recursos. 100
Quadro 25. Incidência do Construção, Comércio e Serviços sobre os recursos. 102
Quadro 26. Incidência da Actividade Agrícola e Agro-pecuária sobre os recursos. 103
Quadro 27. Incidência do Turismo sobre os recursos. 105
Quadro 28. Incidência da Indústria Transformadora sobre os recursos. 107
Quadro 29. Análise SWOT. 112

Preâmbulo

A Agenda 21 Local visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local através da configuração e implementação de um Plano de Acção de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um processo evolutivo e participativo, em que todos são convidados a participar – ninguém deverá ficar de fora.

A Câmara Municipal de Mourão empreendeu, em boa hora, a configuração de um plano local para o desenvolvimento sustentável. Esse plano consubstancia-se na Agenda 21 Local que este Diagnóstico da Sustentabilidade testemunha. Trata-se de um grande desafio. Um desafio de persistência, continuidade, monitorização e melhoria continua.

Maria João Figueiredo
(coordenadora da equipa técnica)

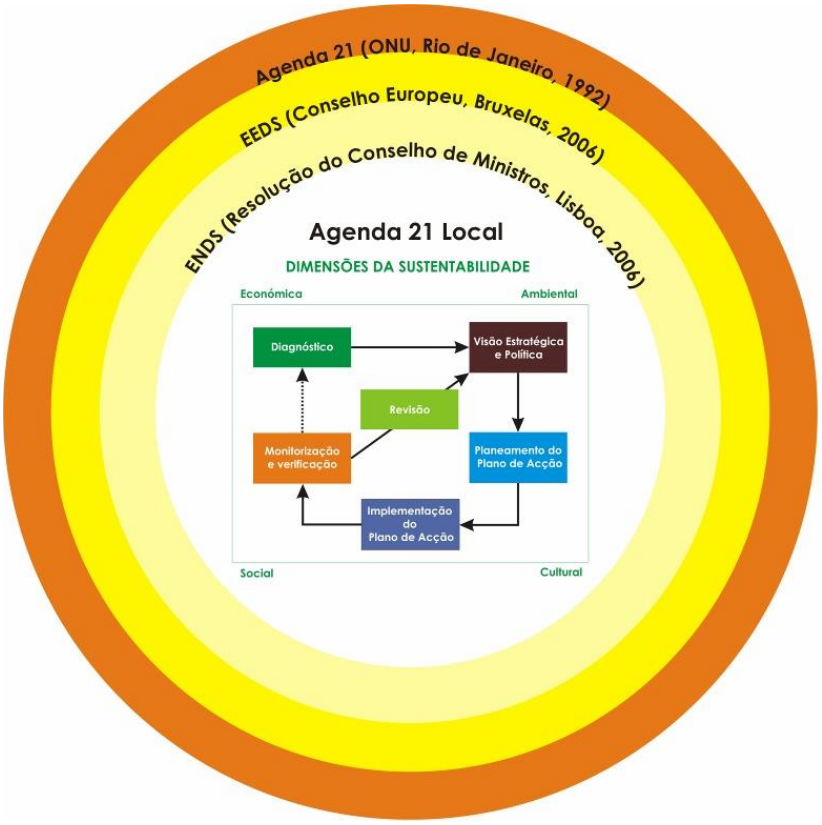
1. Introdução

A Agenda 21 Local surgiu na sequencia da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, que originou o programa global para o desenvolvimento sustentável, que convida à elaboração de estratégias e um programa de medidas integradas para parar e inverter os efeitos da degradação ambiental, e para promover um desenvolvimento compatível com o ambiente, e sustentável em todos os países. Dez anos depois da Cimeira da Terra, em Joanesburgo, este propósito foi reforçado e registaram-se mais de 5000 Agendas em todo o mundo plenas de sucesso.

Portugal também assumiu este compromisso internacional e, configurou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que aponta para a necessidade de as comunidades locais assumirem e desenvolverem as suas próprias estratégias de sustentabilidade.

Neste sentido, considerando a ENDS e a Agenda 21 Local estamos perante uma estratégia de referência sintética e consistente nas linhas de orientação, apoiada num diagnóstico da situação de referência e em indicadores capazes de garantir a monitorização e avaliação, cujo enquadramento se encontra expresso na Figura 1.

Figura 1. Ciclo da Sustentabilidade.



Fonte: APA (2007).

A Agenda 21 Local consiste num programa configurado para implementar o Desenvolvimento Sustentável a nível local, comprometendo sistemas e processos locais/regionais na integração do desenvolvimento ambiental, económico e social. Todas as ideias e medidas esboçadas para garantir o desenvolvimento sustentável de “um local” no século XXI são reunidas numa sequência ordenada – Agenda. Como qualquer agenda a "Agenda 21 local" é simples, sintética, única, de fácil leitura e para todos.

Para concretizar os objectivos que se pretendem alcançar com a Agenda 21 Local a participação da população é um elemento chave em todo o processo.

A Agenda 21 Local de Mourão existe fundamentalmente para configurar soluções e estratégias participadas que possam resolver problemas e atingir desígnios e ambições locais.

A sua eficácia assenta em vários princípios, designadamente:

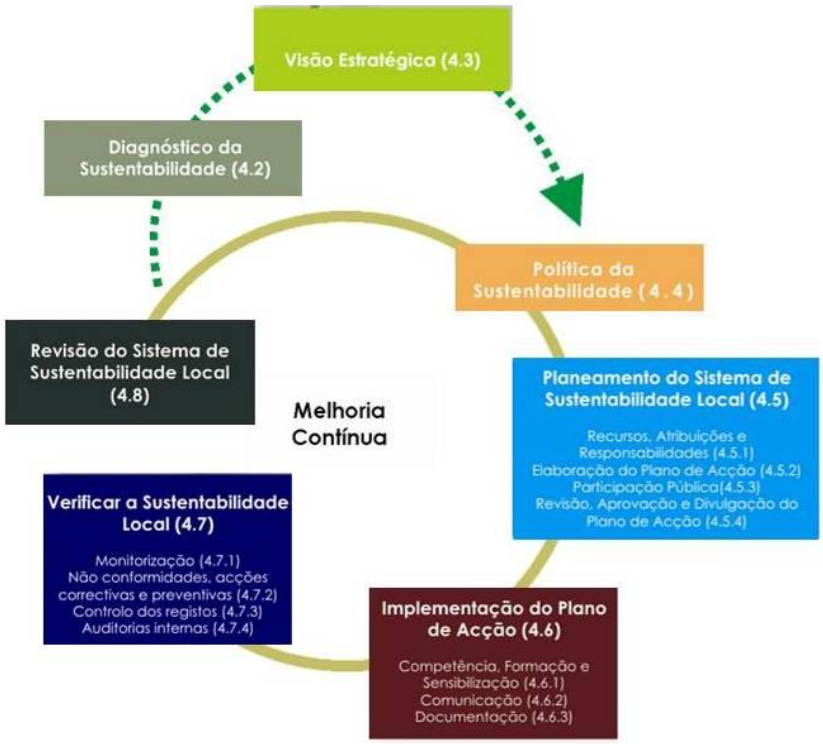
- Democracia participativa: o processo de criação e implementação de uma Agenda Local 21 implica o desenvolvimento de canais de informação junto dos cidadãos, em todas as suas fases de execução. Exige, também, o envolvimento de toda a sociedade no desenho concreto do plano e na consequente avaliação. Desta forma é possível existir uma maior

participação da cidadania na gestão e na definição do futuro da comunidade politicamente organizada.

- Partilha de responsabilidade: à Agenda 21 Local importa que todos os agentes políticos, sociais, económicos e cidadãos assumam, numa perspectiva integrada, o conjunto das suas responsabilidades.
- Subsidiariedade: como princípio que garante o respeito pela autonomia dos níveis inferiores das instituições políticas, bem como o reconhecimento de que a própria eficácia na obtenção dos objectivos prosseguidos compreende a noção de que a resolução dos problemas deve ser procurada a nível organizativo mais adequado.
- Parcerias – internas e externas: a optimização das diferentes intervenções institucionais e o respeito pela responsabilidade partilhada e a necessária perspectiva integrada do processo da Agenda 21 Local, aconselham o estabelecimento de parcerias alargadas: poder central, autarquias, empresas, escolas, associações de desenvolvimento local, associações da sociedade civil, tais como associações de defesa do ambiente e de defesa dos consumidores.
- Abordagem intersectorial e integrada: a abordagem integrada das diferentes realidades compreendidas na Agenda 21 Local é indispensável. Este pilar assenta na ideia de necessidade do maior número possível de agentes intervenientes e na máxima integração de perspectivas interdisciplinares.
- Cooperação: o processo de criação e desenvolvimento de uma Agenda 21 Local exige o estabelecimento de uma rede de cooperação e informação entre os vários processos de Agenda 21 Locais, que proporcionam a troca de experiências de informação.
- Longo prazo: a Agenda 21 Local constitui-se como um processo de longo prazo, reconhecendo-se que a dimensão e a complexidade das questões abordadas determinam a adopção de políticas, planos, recursos e parcerias duradouros.

O desenvolvimento do processo da Agenda 21 Local de Mourão tem como referencial o Manual para a implementação da Agenda 21 Local, promovido pela Agencia Portuguesa de Ambiente (APA, 2007). Esse processo realiza-se através de dois ciclos de revisão e as fases necessárias (Figura 2).

Figura 2. Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Local.



Fonte: APA (2007).

"O ciclo exterior, que contempla o Diagnóstico e a Visão Estratégica, ocorre no inicio do processo de implementação da Agenda 21, e sempre que se registem alterações nos instrumentos de ordenamento com implicações no SSL.

O ciclo interior deve ser revisto em função da implementação do Plano de Acção do SSL e a sua adequação à Politica de Sustentabilidade" (APA, 2007).

Com base no esquema anterior, a primeira fase do processo da Agenda 21 de Mourão corresponde à elaboração do Diagnóstico para a Sustentabilidade. Este documento consiste "no processo de identificação dos principais problemas, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento de um território" (APA, 2007). Com efeito, o Diagnóstico da Sustentabilidade contempla:

- Caracterização do território de intervenção segundo as dimensões da sustentabilidade;
- Identificação das potencialidades e estrangulamentos existentes;
- Identificação do impacte das actividades humanas na sustentabilidade.

O Diagnóstico para a Sustentabilidade tem como propósito abranger e integrar num mesmo documento uma descrição actual e representativa dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do Concelho de Mourão, resultando na identificação das suas potencialidades e fragilidades. Deste modo, obtém-se a definição das oportunidades e ameaças do Concelho, de forma a assentar as grandes opções estratégicas do Desenvolvimento Sustentável.

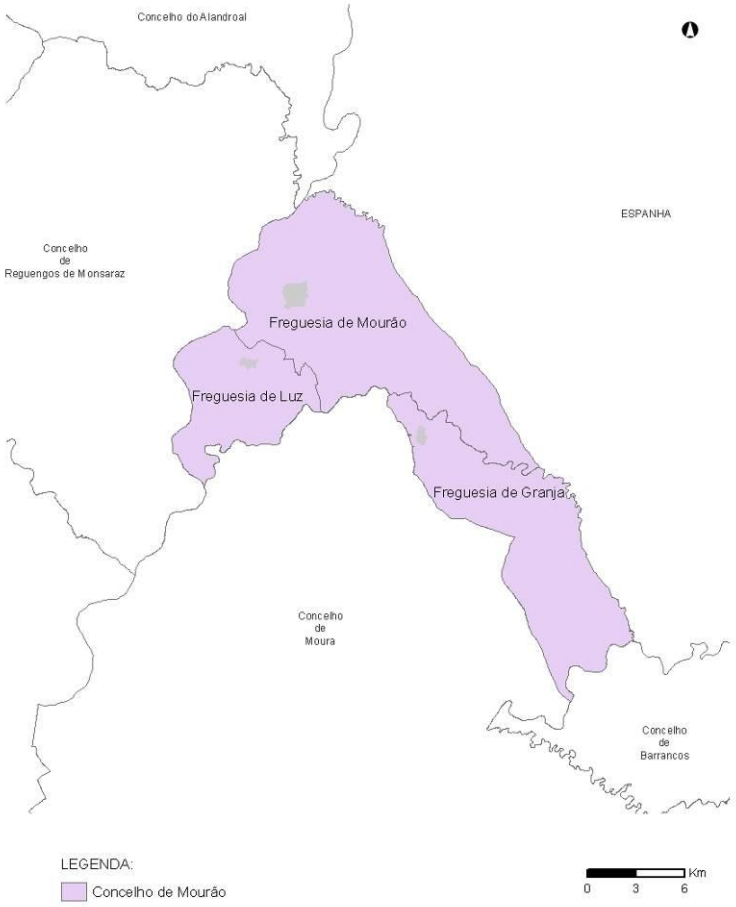
2. Enquadramento Territorial

O concelho de Mourão integra-se na Região Alentejo (NUT II) e na sub-região Alentejo Central (NUT III), em conformidade com as nomenclaturas de unidade territorial definidas pelo Regulamento do Conselho nº 1059/2003, transposto para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro, tal como se pode observar na Figura 3.

Figura 3. Enquadramento Territorial do concelho de Mourão.

Pertence ao distrito de Évora, enquadrando-se na região do Alentejo vulgarmente denominada por Margem Esquerda do Rio Guadiana. Encontra-se delimitado a Nascente, pela fronteira com Espanha, a Sul pelos concelhos de Moura e Barrancos, a Poente pelo concelho de Reguengos de Monsaraz e a Norte pelos concelhos do Alandroal e Reguengos de Monsaraz (Figura 4).

Figura 4. Freguesias e confrontações do concelho de Mourão.



Dista 56 Km para sudoeste da cidade de Évora e 202 Km de Lisboa. O seu acesso viário principal realiza-se pela Estrada Nacional (EN) 256, que comunica com a cidade de Évora, pela EN 256-1 que faz a ligação a Espanha (nomeadamente à localidade de *Villanueva Del Fresno*) e pela ER 385 que comunica com a vila da Amareleja.

O concelho de Mourão ocupa uma área de 278,7 Km², que corresponde a 3,7% do distrito de Évora, fazendo parte do concelho 3 freguesias, a saber:

- Freguesia de Mourão, com uma área de 135,2 Km²;
- Freguesia da Luz, com uma área de 50,9 Km²;
- Freguesia da Granja, com uma área de 92,6 Km².

3. Os Recursos Para a Sustentabilidade

3.1 Recursos Ambientais

O ambiente é tudo o que nos rodeia, sendo por isso um valor essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Como tal, o conhecimento do estado dos recursos ambientais como a água, o solo, o ar e a biodiversidade é essencial para a identificação dos problemas, constrangimentos e oportunidades que fundamentarão as linhas de actuação a prosseguir.

3.1.1 Água

A água deverá ser abordada como um bem escasso onde a palavra ciclo não signifique sem fim. Neste sentido, perceber quais as principais actividades humanas que, ao utilizar de modo mais intensivo e extensivo, vão exercer pressão sobre o seu estado (quer ao nível da disponibilidade quer ao nível da qualidade para os diferentes usos) é imprescindível para promover a sua utilização sustentável.

Água Superficial

O Concelho de Mourão localiza-se integralmente na bacia hidrográfica do Rio Guadiana. É atravessado por diversas linhas de água, algumas das quais com nascente em Espanha, como o Rio Guadiana, a Ribeira de Alcarrache, a Ribeira de Guadalim e o Rio Ardila. Além destas, merecem referência no sector Norte a Ribeira das Vinhas e o Barranco dos Aldrogos, afluentes da margem esquerda do Rio Guadiana; no sector Central, o Barranco de S. Leonardo, afluente da margem direita da Ribeira de Alcarrache; e, no sector Sul, o Ribeiro dos Saus afluente da Ribeira de Guadalim.

A rede hidrográfica é bastante densa no sector Norte do Concelho, diminuindo para Sul em resultado da amenização da topografia. O Rio Guadiana, a Ribeira de Alcarrache e o Rio Ardila encontram-se em vales bem encaixados, pontualmente escarpados.

Actualmente uma vasta área do território, nos sectores Norte e Central, está ocupada pela albufeira do Alqueva, no Rio Guadiana, que alterou significativamente a paisagem e a hidrografia regional.

No território concelhio, esta albufeira com um desenvolvimento de Sul para Norte, apresenta uma configuração particular em “V”, com as duas pernas do “V” a corresponderem aos vales do Rio

Guadiana e da Ribeira de Alcarrache, respectivamente. A irregularidade transversal do espelho de água é conferida pelos vales dos ribeiros afluentes às referidas duas linhas de água.

No sector Sul do concelho pontuam as pequenas albufeiras de expressão muito reduzida face à dimensão da albufeira do Alqueva.

O Rio Ardila e o Ribeiro de Saus, nos troços que atravessam o Concelho de Mourão, são as linhas de água de maior dimensão com menor intervenção humana, com zonas de grande interesse paisagístico e de riqueza florística e faunística.

A Ribeira de Guadalim, o Rio Alcarrache e o Ribeiro dos Saus foram classificados pelo Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, nos respectivos troços desde a nascente até à entrada em Portugal, como cursos de água naturais, ou seja, com uma muito baixa intervenção humana. Os troços portugueses destes cursos de água ainda não foram classificados ao abrigo da Directiva Quadro da Água embora a influência da Barragem do Alqueva se faça sentir numa larga extensão da Ribeira de Guadalim e do Rio Alcarrache.

As principais linhas de água apresentam escoamento ao longo de todo o ano embora durante o período de estiagem ocorra um decréscimo, normalmente muito significativo.

No Quadro 1 apresentam-se algumas das características da barragem e da albufeira de Alqueva.

Quadro 1. Características do Aproveitamento de Alqueva.

Barragem	
Linha de água	Rio Guadiana
Concelho	Moura
Entidade exploradora	Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva SA
Ano entrada em funcionamento	2002
Tipo de barragem	Betão – abóboda de dupla curvatura
Altura acima da fundação (m)	96
Comprimento do coroamento (m)	458
Capacidade total (dam3)	4 150 000
Cota do NPA (m)	152
Albufeira	
Superfície inundável ao NPA (km^2)	250
Utilizações	Reserva, rega, abastecimento urbano e produção de energia

Ao nível do potencial erosivo da precipitação, parâmetro estimado pelo INAG, o valor para todo o concelho é baixo.

No que diz respeito à qualidade da água para usos múltiplos, a apreciação dos registos de monitorização do Rio Ardila, na estação de monitorização situada no Concelho de Mourão, revela uma boa qualidade para a maioria dos parâmetros excepto para a CBO_5 e CQO, com concentrações pontualmente elevadas. Na estação de monitorização 25N/O_2, situada a jusante do Concelho de Mourão, a qualidade da água do rio piora significativamente, tendo vindo recorrentemente a apresentar uma má a muito má qualidade devido essencialmente às elevadas concentrações em metais pesados e nutrientes.

Quanto à Albufeira do Alqueva, junto a Mourão, a água tem vindo a apresentar para todos os parâmetros uma boa qualidade, excepto no que se refere ao fósforo e aos fosfatos que pontualmente apresentam concentrações muito elevadas e cujas ocorrências poderão estar relacionadas com práticas agrícolas intensivas. Quanto aos indicadores do estado trófico, as concentrações destes parâmetros variam entre o oligotrófico, na maioria das amostras, e o mesotrófico.

No âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Emparcelamento Rural da Freguesia da Luz foram realizadas análises físico-químicas à água da Ribeira de Alcarrache permitindo concluir existir contaminação de origem agrícola ainda que com aptidão para utilização para rega.

Água Subterrânea

O substrato geológico no Concelho de Mourão é preponderantemente ocupado por xistos e grauvaques com alguns retalhos de formações sedimentares representadas por cascalheiras de planalto, arenitos e calcários.

Em termos hidrogeológicos a região, que integra o Maciço Antigo, pertence ao Sector Pouco Produtivo da Zona de Ossa Morena.

As formações existentes na área de estudo caracterizam-se por uma fraca a muito fraca aptidão hidrogeológica.

Para além da relativa impermeabilidade do substrato, ocorre também uma reduzida espessura das camadas mais permeáveis, resultando uma muito baixa produtividade hidráulica e, pequena capacidade de armazenamento. Estas características podem, no entanto, sofrer variações locais devido não só ao tipo e possança dos níveis mais permeáveis, como ao facto destes se encontrarem mais ou menos fissurados.

Nas formações do Maciço Antigo, as zonas fissuradas são as vias preferenciais de circulação de água com percolação do tipo "em grande", podendo estabelecer uma interligação entre diferentes unidades litológicas existentes. Quanto à microfracturação, esta diminui normalmente com o

aumento da profundidade, com tendência para fechar por efeito do peso dos materiais suprajacentes. Esta característica confere às formações um comportamento de aquífero heterogéneo e limitado, com rápido esgotamento em bombagem.

Atendendo a estas características definem-se nas unidades hidrogeológicas do Maciço Antigo dois aquíferos: aquífero cutâneo e aquífero profundo:

Aquífero cutâneo

Abrange essencialmente a zona de alteração e microfracturação do material rochoso do Maciço Antigo, assim como o material dos depósitos aluviais das principais linhas de água.

Tem um comportamento de aquífero livre, encontrando-se limitado na base por rocha sã ou muito pouco diaclasada e que constitui o substrato impermeável.

A produtividade das captações costuma decrescer rapidamente com o tempo de exploração, captando geralmente volumes de água armazenada nas proximidades durante o período das chuvas.

O sentido do fluxo é fundamentalmente subhorizontal e relacionado com a infiltração directa das águas das chuvas, com subsequente descarga nas linhas de água.

Aquífero profundo

Corresponde ao sistema com fracturação mais desenvolvida, de média a elevada profundidade, que tende a estar unicamente relacionado com as formações rochosas sãs a inalteradas quando interceptadas por falhas, cuja permeabilidade se desenvolve ao longo dos planos de fractura, heterogénea e anisotrópica devido não só à variabilidade do material de enchimento e espessura das zonas fracturadas, mas também aos deslocamentos e fracturação lateral associada.

Apresenta um comportamento semiconfinado com drenagem diferida, que poderá ser descendente a partir das zonas periféricas e com água procedente em parte do aquífero cutâneo.

De acordo com o Projecto de Delimitação de Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea para abastecimento público no Concelho de Mourão, os valores de vulnerabilidade são maioritariamente baixos devido à reduzida condutividade hidráulica das formações sobrejacentes às formações aquíferas.

De acordo com informação disponibilizada pela CMM existem problemas de qualidade no sector da Granja em resultado de concentrações anómalas para os parâmetros arsénio e selénio.

Usos da Água

O principal uso da água relaciona-se com o abastecimento agrícola, com principal origem na Albufeira do Alqueva que permite o regadio em cerca de 590 ha no Concelho de Mourão.

As explorações pecuárias têm menos expressão no concelho, comparativamente com a agricultura, pelo que será de esperar um menor consumo de água. Ao nível da drenagem e tratamento dos efluentes gerados nestas explorações a maioria recorre a sistemas particulares. No Quadro 2 identificam-se as empresas agrícolas e agro-pecuárias inventariadas no Concelho de Mourão.

O abastecimento urbano trata-se do uso prioritário e por isso mais importante no concelho embora os quantitativos sejam muito inferiores aos exigidos pela rega.

Com a construção da Barragem de Alqueva ocorreu a desactivação da unidade fabril Portucel Recicla que constituía um importante consumidor industrial. Existem ainda algumas agro-indústrias (queijarias, lagares de azeite, e empresas vinícolas) desconhecendo-se no entanto os seus consumos e a situação de drenagem e tratamento das suas águas residuais.

À Albufeira do Alqueva estão ainda associados desportos náuticos.

Quadro 2. Empresas agrícolas e agro-pecuárias existentes no Concelho de Mourão.

Designação	Freguesia	Actividade
Sociedade Agrícola Monte da Aldeia Lda	Granja	Agricultura e Pecuária
José Alcântara Guerreiro	Mourão	Agricultura e Pecuária
Manuel Vidigal Santana	Luz	Agricultura e Pecuária
Ganadaria dos Herdeiros de Belchior Rosado Silva	Luz	Agricultura e Pecuária
Entrevinhas	Luz	Agricultura e Pecuária
Queijaria de Domingos Santana	Luz	Agricultura e Pecuária
Associação Agrícola Nova Esperança Lda	Granja	Agricultura e Pecuária
Sociedade Agrícola da Abegoaria dos Frades SA	Mourão	Agricultura e Pecuária
Casa Agrícola Rosado Fernandes Lda	Mourão	Agricultura e Pecuária
Suluvas – Agro-Pecuária e Agro-Indústria, Lda.	Granja	Agricultura e Pecuária
Ganadaria Murteira Grave – Sociedade Agrícola do Monte da Aldeia, Lda.	Granja	Agricultura e Pecuária
Ganadaria Frei Elias	Granja	Agricultura e Pecuária

Designação	Freguesia	Actividade
Casa Agrícola Pedro Domeck	Granja	Agricultura e Pecuária
Herdade do Airoso	Granja	Agricultura e Pecuária
Melaria de João José Bação	Granja	Agricultura e Pecuária

No Quadro 3 apresentam-se as captações de água inventariadas no Concelho de Mourão e identificam-se os respectivos usos principais.

Quadro 3: Captações de água inventariadas no Concelho de Mourão.

Designação	Coordenadas xx	Coordenadas yy	Carta Militar	Freguesia	Tipo		Fonte	Utilização
BARRAGEM COMPRIDA - GALEANA	285005	143249	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
CASA BRANCA	272754	157025	483	Mourão	charca	subterrânea	IGEO	agricultura e pecuária
CERCA DA CASETA - GALEANA	283991	144880	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
CERCA DA ESPORA-CÂNCER	282339	145420	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
CERCA DOS PALHEIROS - GALEANA	282257	146149	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Fornilhos	284803	137246	503	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Fornilhos-Estrada de Barrancos	284774	137259	503	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Guizo II	283935	140946	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
HERDADE DA TAPADINHA	274311	157491	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
HERDADE DO ESPARGUEIRO	276811	153273	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
HERDADE DO MONTE NOVO	275277	156443	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
HERDADE DO PICO	279767	146502	492	Granja	charca	subterrânea	IGEO	agricultura e pecuária
Monte da Abegoaria	274064	153464	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
MONTE DA CENTENA	275948	153135	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Monte da Cerejeira	273062	153861	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Monte da Paz	283736	139599	503	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Monte do Garducho-Guizo	285478	140668	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Monte dos Castelos	288049	138017	503	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
Monte dos Guizos	286593	139933	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e pecuária
PERO CURDO	285645	144957	493	Granja	barragem	superficial	IGEO	agricultura e

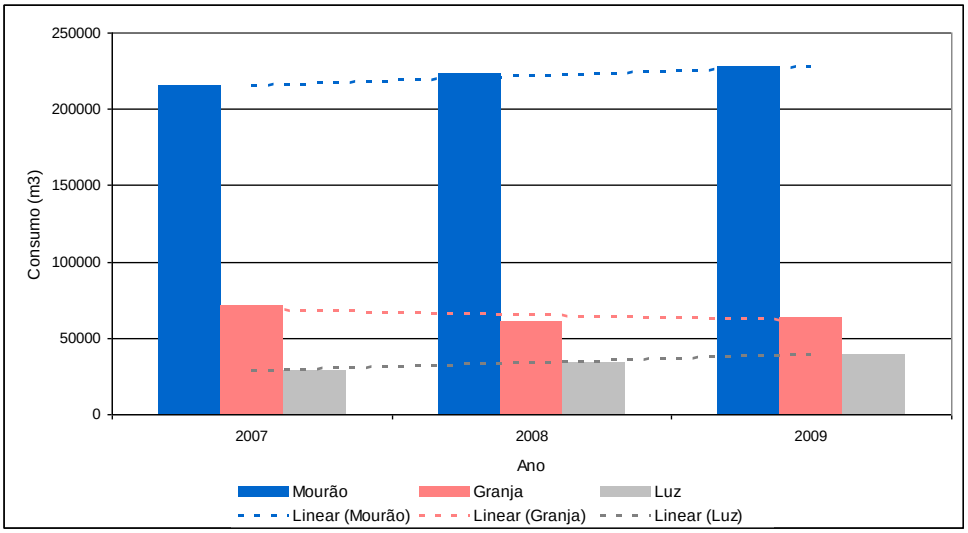
Designação	Coordenadas		Carta	Freguesia	Tipo		Fonte	Utilização
SERRO DA ISCA	276537	154425	483	Mourão	barragem	superficial	IGEO	pecuária agricultura e pecuária
A1	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
A2	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
A3	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	recurso
A4	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	recurso
A5	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	Rega/Gado
F1	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
F2	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
F3	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
F4	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
F5	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
F6	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
F7	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
F8	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
F9	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
F10	-	-	-	Mourão	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
P1	-	-	-	Mourão	Poço	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
P2	-	-	-	Mourão	Poço	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
G1	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
G2	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
G3	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	Rega/Gado
G4	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	desactivado
G5	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	Rega/Gado
G6	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
G7	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
G8	-	-	-	Granja	Furo	Subterrânea	CMM	recurso
P1	-	-	-	Granja	Poço	Subterrânea	CMM	desactivado
RA1	-	-	-	Luz	Furo	Subterrânea	CMM	recurso
RA2	-	-	-	Luz	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano
RA3	-	-	-	Luz	Furo	Subterrânea	CMM	abastecimento urbano

Abastecimento Urbano

O abastecimento urbano no Concelho de Mourão assenta em 16 captações de água subterrânea, das quais 6 estão sob gestão da empresa Águas do Centro Alentejo S.A. ou em fase de transição para exploração/gestão desta entidade e as restantes 10 estão sob gestão camarária, e em uma origem de água superficial, Albufeira de Monte Novo (com possibilidade de reforço a partir da Albufeira de Alqueva), também sob gestão da Águas do Centro Alentejo S.A.

A evolução dos volumes captados por freguesia para distribuição urbana consta do Gráfico 1 no qual se adicionaram as linhas de tendência, obtidas por regressão linear, e que permitem concluir existir nos últimos anos uma evolução positiva nas freguesias de Mourão e Luz e negativa na Freguesia de Granja (CMM, 2009).

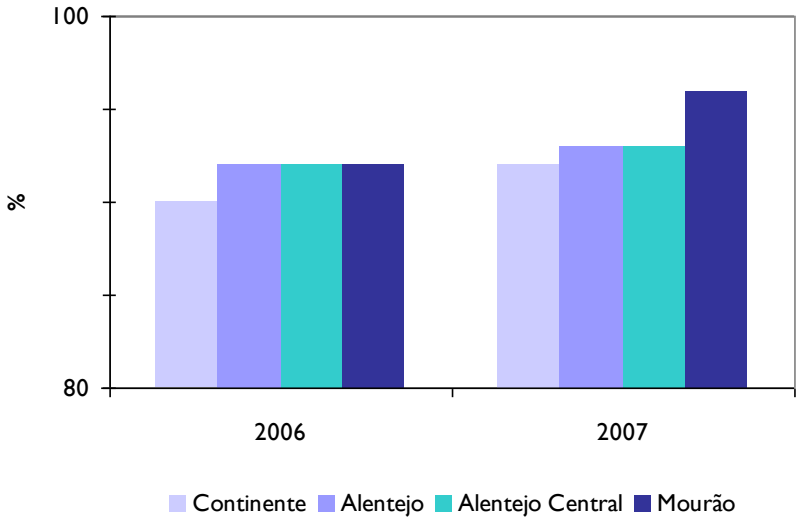
Gráfico 1. Evolução dos volumes captados por freguesia para distribuição urbana.



Do volume captado a parcela referente ao volume não facturado e às perdas é da ordem dos 63% na freguesia de Mourão, em Granja é próximo de 50%, sendo na Luz que esta parcela têm vindo a sofrer o maior aumento, situando-se em 2009 em 51% (CMM, 2009).

O índice de atendimento dos sistemas de abastecimento público era em 2006 de 92% e em 2007 de 96% (Gráfico 2).

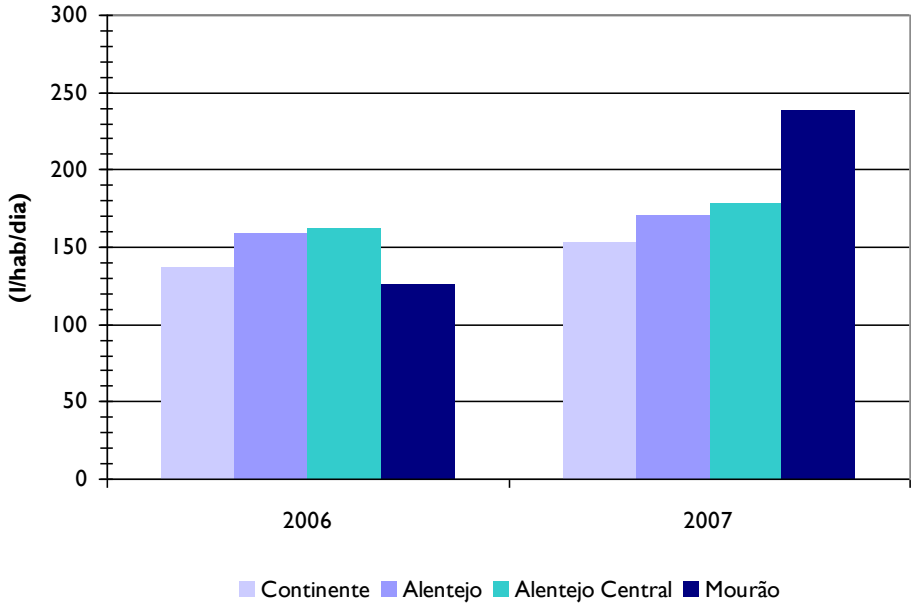
Gráfico 2. População servida por sistemas de abastecimento, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007.



Fonte: INE

Quanto à capitação no concelho, de acordo com dados do INSAAR, este índice tem vindo a registar um aumento; em 2005 e 2006 foi de 128 l/hab/dia e em 2007 foi de 248 l/hab/dia (Gráfico 3).

Gráfico 3. Capitação diária do consumo de água no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007



Fonte: INE

Até recentemente o abastecimento de água no concelho, assente exclusivamente em captações subterrâneas, era muito vulnerável, ocorrendo períodos de insuficiente disponibilidade de água para distribuição às populações durante o Verão tendo por essa razão sido celebrado contrato de fornecimento de água potável à empresa Aguas do Centro Alentejo, S.A. Actualmente os sistemas são mais robustos devido à ligação a origens de água superficial.

Uma apreciação das análises físico-químicas e bacteriológicas da água das redes públicas de abastecimento de Mourão, Granja e Luz à luz do Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, para o período de 2008 e 2009, revela que:

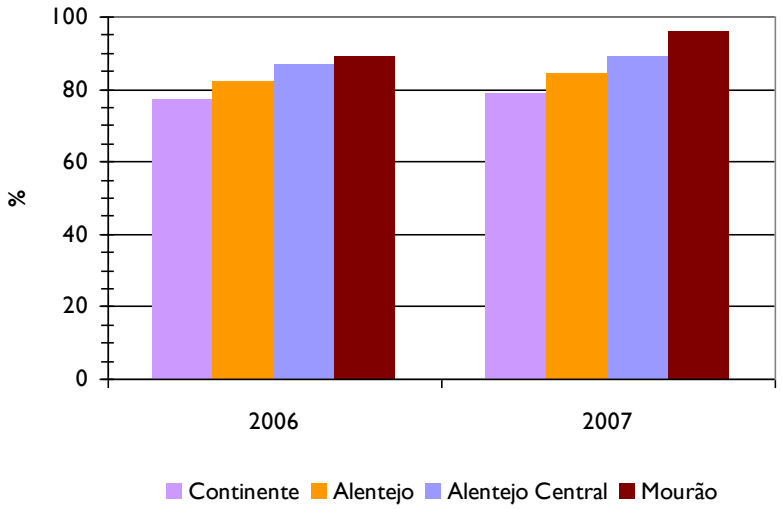
- Na água servida a Granja, é recorrente a ocorrência de valores acima do valor paramétrico estabelecido para o Selénio. As análises realizadas às águas dos furos revelam concentrações elevadas pelo que a origem estará nas captações/aquíferos explorados;
- O abastecimento de água a Luz não apresentou neste período problemas de qualidade.

As captações de água subterrânea utilizadas no abastecimento público têm estudo de definição de perímetros de protecção, de acordo com Decreto-Lei nº 382/99 de 22 de Setembro, embora ainda não tenham sido implementados. De acordo com este estudo a vulnerabilidade à contaminação é baixa em todos os pólos de captação. As concentrações anómalas verificadas na água da rede pública poderão dever-se a situações de contaminação das origens de água e/ou problemas de deterioração da rede de abastecimento.

Drenagem e tratamento de Águas Residuais Urbanas

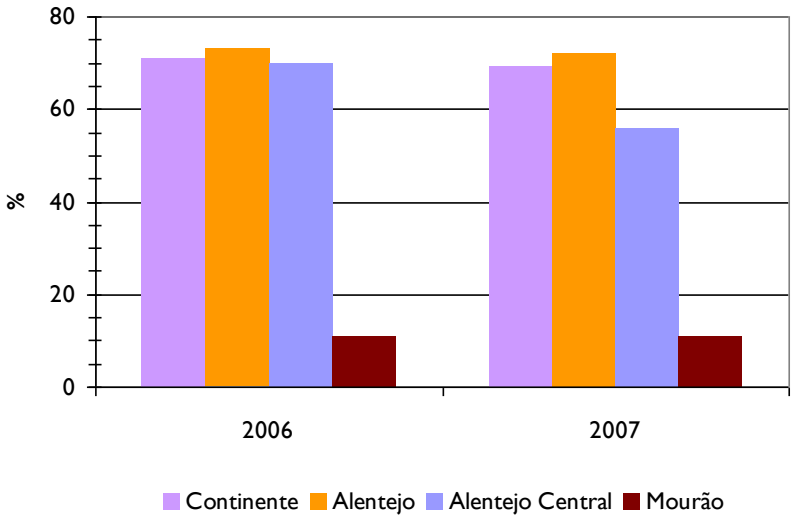
De acordo com dados do INE, em 2006, 89% da população do concelho era servida por sistema de drenagem de águas residuais urbanas, tendo este índice sofrido um aumento em 2007 passando para os 96% (Gráfico 4). Contudo para o mesmo período, apenas 11% da população do concelho era servida por drenagem e tratamento de águas residuais, correspondendo à povoação da Aldeia da Luz. Este era até 2007 o único aglomerado populacional servido por uma ETAR, neste caso sob gestão da Águas do Centro Alentejo, SA. (AdCA) (INSAAR, 2007).

Gráfico 4. População servida por sistemas de drenagem de águas residuais, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007



Fonte: INE

Gráfico 5. População servida por sistemas de tratamento de águas residuais, no Continente, NUT II – Alentejo, NUT III – Alentejo Central e Concelho de Mourão, entre 2006 e 2007.



Fonte: INE

Actualmente, de acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Mourão todas as freguesias se encontram servidas por sistemas de tratamento de águas residuais urbanas. A ETAR de Granja entrou em funcionamento em Maio de 2009 e a ETAR de Mourão entrou ao serviço em Junho de 2009. Tratam-se de sistemas sob exploração da AdCA que em conjunto com o sistema da Aldeia de Luz servem 3600 habitantes-equivalentes, correspondente a toda a população do concelho, correspondendo ainda a uma capacidade instalada de 106%.

Num concelho com uma muito baixa densidade populacional (cerca de 10x inferior à média do País) e uma elevada dispersão da população é muito difícil, e mesmo insustentável, atingir os 100% de cobertura dos sistemas de abastecimento e de drenagem e tratamento de águas residuais, contudo tem-se verificado um esforço da autarquia em dotar os aglomerados urbanos destas infra-estruturas existindo actualmente uma cobertura superior à média nacional e mesmo à da média da região.

3.1.2 Ar

O impacte da poluição atmosférica é bastante vasto. Nos seres humanos, a deposição pulmonar por inalação e absorção de substâncias químicas pode ter consequências directas para a saúde. No entanto, a saúde pública também pode ser indirectamente afectada pela deposição de poluentes do ar no meio ambiente e absorção pelas plantas e animais, resultando em substâncias químicas que entram na cadeia alimentar humana ou estando presentes na água de consumo, constituindo assim fontes adicionais de exposição humana.

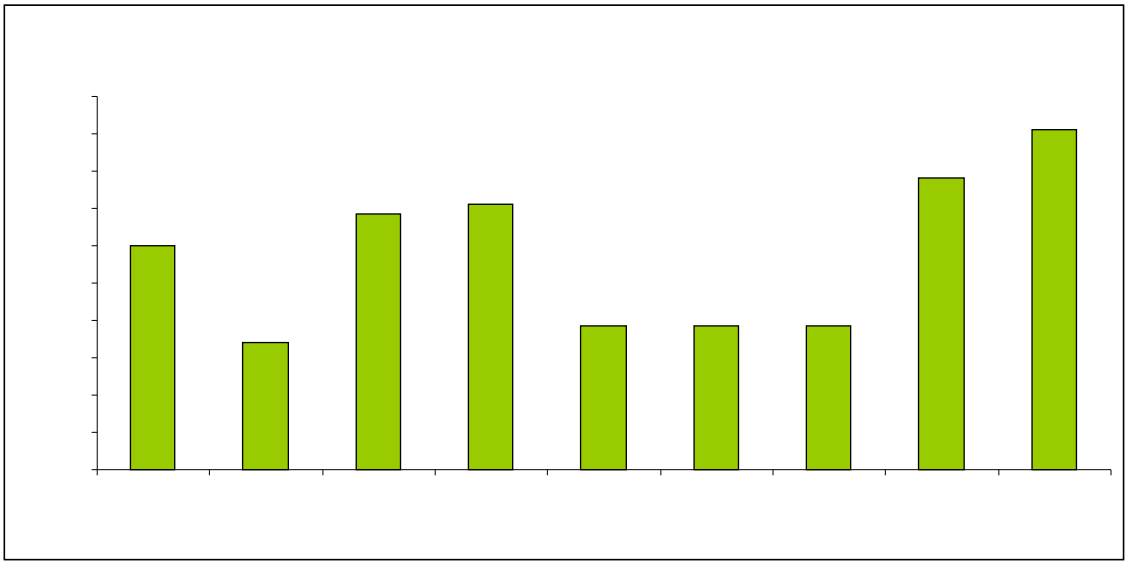
A principal actividade humana que exerce influência na qualidade do ar no Concelho de Mourão é o sector dos transportes. Cada vez mais o recurso ao transporte individual é um acto comum. No Quadro 4 apresenta-se a evolução do número de veículos ligeiros seguros desde 2000 a 2008.

Quadro 4. Evolução do número de veículos ligeiros segurados no Concelho de Mourão.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
N.º de veículos	900	848	917	922	857	857	857	936	962

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.

Gráfico 6. Evolução dos veículos ligeiros segurados no Concelho de Mourão.



Para este recurso só nos é possível avaliar o seu estado e somente a uma escala regional, uma vez que não existem estações de monitorização da qualidade do ar no Concelho.

Para a caracterização do estado deste recurso serão utilizados três estudos diferentes:

- CORINAIR refere-se à campanha de 1990, ao nível da NUT III;
- Avaliação Preliminar da Qualidade do Ar em Portugal, responsabilidade da ex-Direcção - Geral do Ambiente (actual APA), refere-se a três campanhas em 2000 e é ao nível do concelho;
- Estação de monitorização da qualidade do ar proveniente da Estação de Terena, concelho de Alandroal, para os anos de 2005 a 2008.

Com base nos resultados do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas, CORINAIR 90, apresenta-se no Quadro 5. as emissões para as unidades territoriais do Alentejo e para o Continente.

Quadro 5. Emissões para as unidades territoriais.

Unidades territoriais	Poluentes (ton)							
	SO_x	NO_x	COVNM	CH_4	CO	CO_2	N_2O	NH_3
Continente	282.631	220.791	643.867	391.365	1.086.448	57.403	54.699	92.908
Alentejo	76.067	46.106	171.641	81.177	51.547	10.714	17.687	28.072
Alentejo Litoral	73.717	36.760	51.925	22.492	12.642	9.692	4.204	4.646
Alto Alentejo	879	2.306	28.113	14.938	12.147	303	3.175	5.515
Alentejo Central	901	3.550	50.263	24.151	15.953	388	4.966	9.301
Baixo Alentejo	570	3.491	41.341	19.593	10.806	329	5.342	8.611

Fonte: CORINAIR 90.

Legenda:

SO_x – óxidos de enxofre;

NO_x – óxidos de azoto;

COVNM – compostos orgânicos voláteis, excepto metano;

CH_4 – metano;

CO – monóxido de carbono;

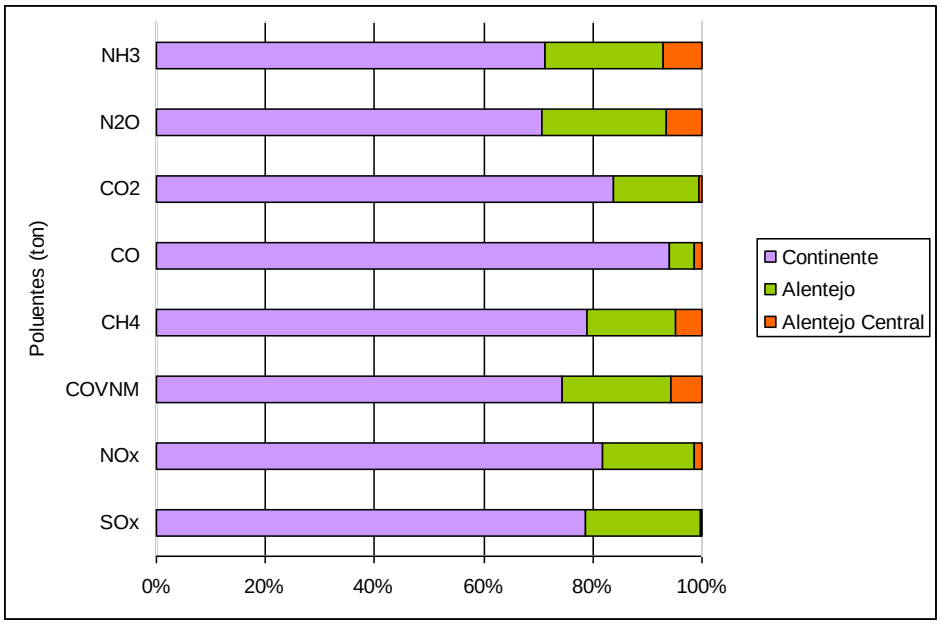
CO_2 – dióxido de carbono;

N_2O – óxido nitroso;

NH_3 – amoníaco.

Como se pode observar pela análise do Quadro 5. a sub-região Alentejo Central tem uma contribuição quase insignificante. No Gráfico 7.apresenta-se o peso das emissões do Alentejo Central no cômputo da região Alentejo e do Continente.

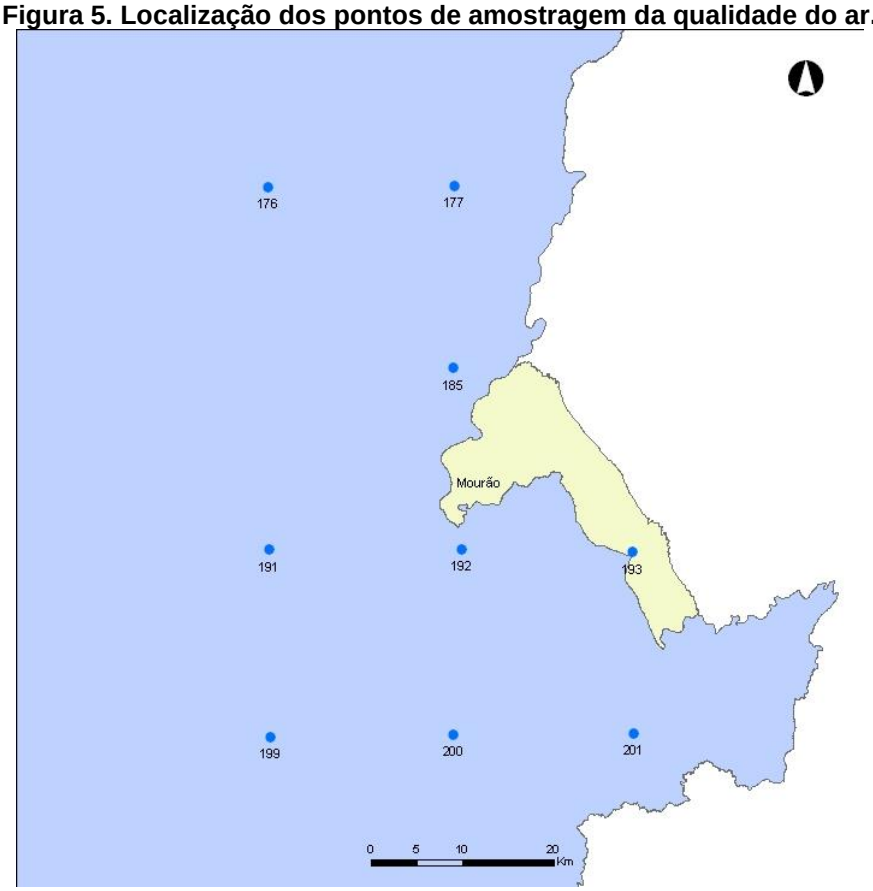
Gráfico 7. Emissões na sub-região Alentejo Central vs região Alentejo vs Continente.



Como se pode verificar (Gráfico 7.) as emissões no Alentejo Central apresentam um peso muito reduzido nas emissões totais da Região do Alentejo.

Relativamente à Avaliação Preliminar da Qualidade do Ar em Portugal, designadamente, às campanhas efectuadas em 2000, e tendo em consideração somente as estações na área de influência de Mourão (Figura 5.), os compostos químicos analisados (ozono, dióxido de azoto e dióxido de enxofre) e respectivos valores limites legais, constata-se que a qualidade do ar em Mourão encontra-se abaixo dos limites previstos pela legislação (Quadro 6.). No caso do ozono (O3) será preciso atender ao facto da metodologia de amostragem utilizada para a análise dos resultados das campanhas ser diferente da utilizada pela legislação.

Figura 5. Localização dos pontos de amostragem da qualidade do ar.



Fonte: CAOP 2009.0 – IGP.

Quadro 6. Resultados obtidos para a concentração de fundo de ozono, dióxido de enxofre e dióxido de azoto nas três campanhas na Região Alentejo, em 2001.

Ponto de amostragem	O_3 (µg/m^3)		NO_2 (µg/m^3)		SO_2 (µg/m^3)	
	1ªCampanha	2ªCampanha	1ªCampanha	2ªCampanha	1ªCampanha	2ªCampanha
176	76,8	74,2	2,7	1,9	<1,3	<1,3
177	81,0	77,2	3,5	3,1	<1,3	<1,3
185	62,2	92,6	2,3	2,2	<1,3	<1,3
191	84,7	89,3	2,0	1,6	3,5	<1,3
192	72,1	92,1	2,2	1,0	1,4	<1,3
193	65,7	89,1	2,0	2,3	1,3	<1,3
199	73,3	87,1	2,1	1,4	1,8	<1,3
200	68,3	88,9	1,4	2,4	1,4	<1,3
201	67,0	90,9	1,7	1,9	<1,3	<1,3
Valor Limite Legal	**110**		**40**		**125**	

Fonte: MAOT, 2001

Apesar desse facto, pela análise efectuada conclui-se que os resultados obtidos na 1ª e na 2ª campanhas são semelhantes e revelam que os teores de ozono se encontram fortemente

relacionados com a radiação solar. Com efeito, as maiores concentrações correspondem a zonas onde a radiação solar é mais intensa (MAOT, 2001).

Relativamente às concentrações de dióxido de azoto (NO2) e dióxido de enxofre (SO2) em zonas rurais sem influência industrial, como é o caso de Mourão, são baixas.

Os dados monitorizados na estação de Terena, e apresentados nos próximos quadros – Quadros 7 a 11 –, correspondem aos anos de 2005 a 2008.

Quadro 7. Valores anuais de PM2,5, de base diária, monitorizada na Estação de Terena.

Anos	Partículas < 2.5 µm	
	Média	Máximo
	µg/m³	
2008	9,8	28,7
2007	13,6	36,3
2006	9,9	34,9
2005	10,5	86,9

Fonte: http://www.qualar.org

Quadro 8. Dados anuais da concentração média anual de PM10, de base diária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002.

ANOS	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m³			Dias
2008	21,2	69,5	50	4
2007	24,8	98,8	50	4
2006	25,9	155,6	50	15
2005	26,2	153,6	50	24
VL - Valor limite: 50 µg/m³.				
MT – Margem de tolerância: variável de acordo com o ano (15 µg/m³ no ano 2002 e 0 µg/m³ no ano 2005).				

Fonte: http://www.qualar.org

Como se pode observar no Quadro 8. , os valores de concentração de PM10 ultrapassaram em alguns dias os valores limite, no entanto o número de excedências permitidas, em dias, nunca foi excedido em nenhum dos anos de referência.

Quadro 9. Dados da concentração média anual de O3, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos na Directiva 2002/3/CE.

ANOS	**Média**	**Máximo**	**Limiar de alerta à população**	**N.º Excedências**
	µg/m³			**Dias**
2008	46,3	136	240	0
2007	48,6	136	240	0
2006	45,5	149	240	0
2005	46,9	125	240	0

Fonte: http://www.qualar.org

Como se observa no Quadro 9. a concentração de O_3 nunca ultrapassou o limiar de alerta.

Quadro 10. Dados da concentração média anual de NO2, de base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002.

ANOS	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m³			Hora
2008	6,3	43	220	0
2007	6,8	32	230	0
2006	4,3	23	240	0
2005	4,9	31	250	0

Fonte: http://www.qualar.org

No período de referência da monitorização, a concentração de NO2 nunca ultrapassou os valores limite estipulados pela legislação portuguesa (Quadro 10).

Quadro 11. Dados da concentração média anual de SO2, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no DL n.º 111/2002.

ANOS	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m³			Hora
2008	2,9	7,0	350	0
2007	2,8	15,0	350	0
2006	4,1	9,0	350	0
2005	4,0	36	350	0
VL – Valor limite: 350 µg/m³.				
MT – Margem de tolerância: variável de acordo com o ano (90 µg/m³ no ano 2002 e 0 µg/m³ no ano 2005).				

Fonte: http://www.qualar.org

Relativamente ao SO_2, como se pode observar no Quadro 11, a sua concentração nunca ultrapassou os valores limite estipulados pela legislação portuguesa.

3.1.3 Solo e Uso do Solo

O solo desempenha variadas funções ambientais, sociais e económicas, sendo reconhecida a sua importância para o desenvolvimento de actividades humanas. O seu conhecimento é, pois, um imperativo para a sustentabilidade do território nacional.

No concelho de Mourão, com base na Carta dos Solos de Portugal segundo o esquema de classificação da FAO-UNESCO (disponibilizada pelo Atlas do Ambiente), ocorrem as seguintes unidades pedológicas:

I – Litossolos:

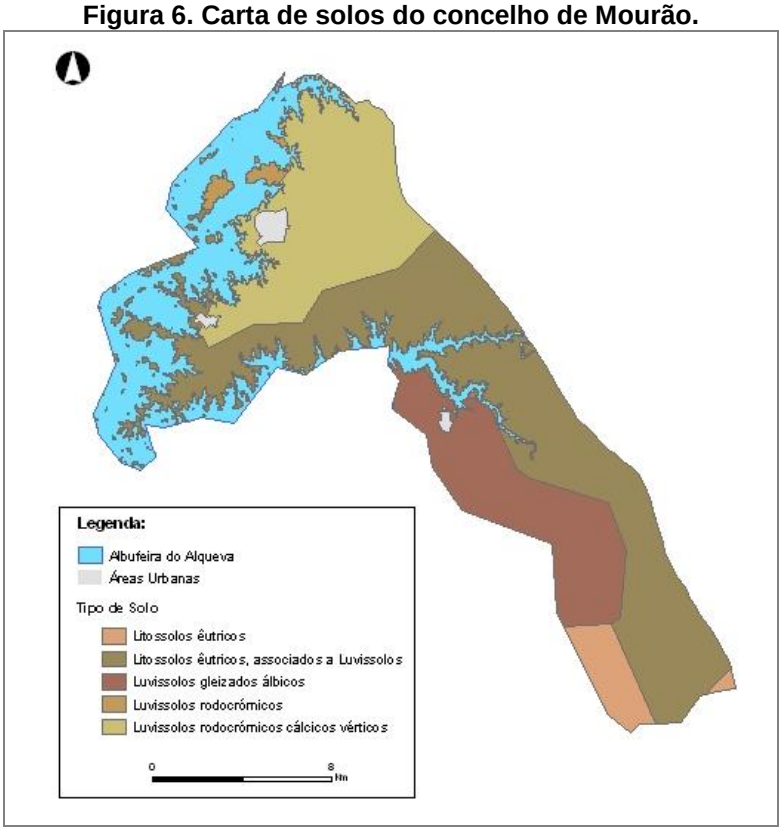
- Litossolos êutricos (Le1);
- Litossolos êutricos, associados a Luvissolos (Le5);

II – Luvissolos:

- Luvissolos gleizados álbicos (Lga7);
- Luvissolos rodocrómicos (Lcr6);
- Luvissolos rodocrómicos cálcicos vérticos (Lrv2).

A distribuição destas unidades é apresentada na Figura 6.

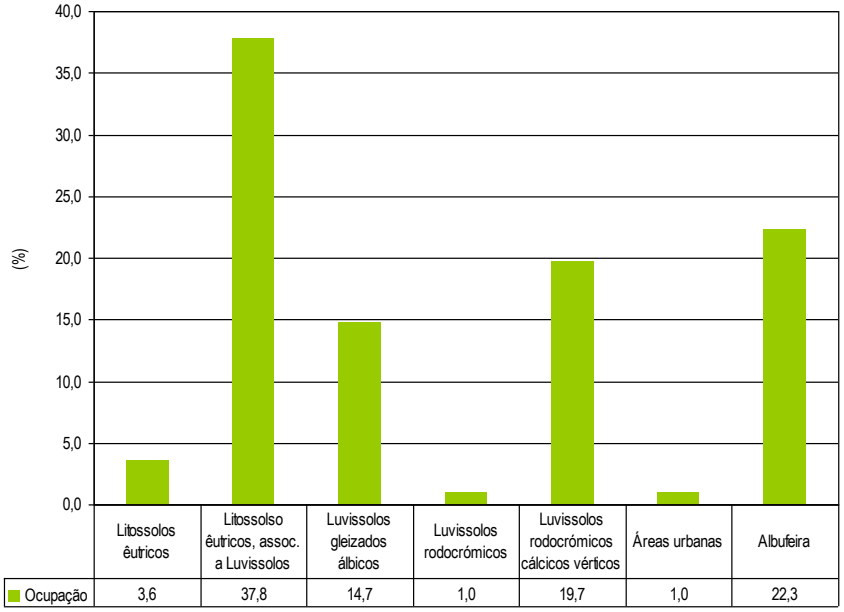
Figura 6. Carta de solos do concelho de Mourão.



Fonte: Atlas do Ambiente, 1971.

Os Litossolos êutricos associados a Luvissolos que predominam no concelho, com uma ocupação de 37,8 % da sua área total (Gráfico 8).

Gráfico 8. Percentagem dos solos no concelho de Mourão.



Fonte: Atlas do Ambiente, 1971.

Embora a albufeira do Alqueva se estenda pelas três freguesias de Mourão, é na Luz e em Mourão que se regista a maior percentagem de área afectada.

Do ponto de vista estrutural, os Litossolos êutricos correspondem aos Litossolos ou Solos Esqueléticos, de acordo com a classificação dos Solos de Portugal desenvolvida pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário para os solos s Sul do Rio Tejo.

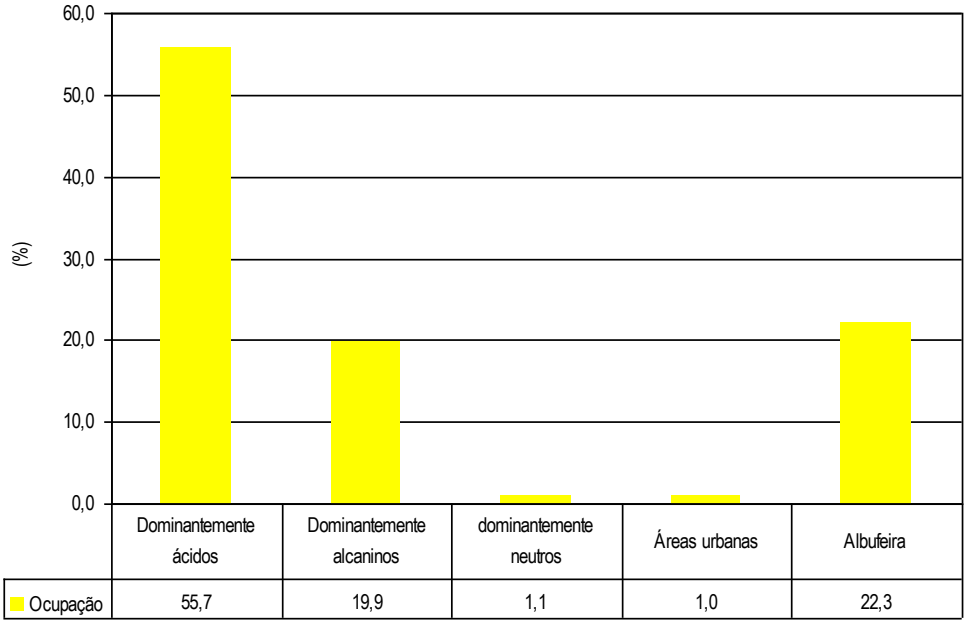
Segundo Cardoso (1965), os Litossolos ou Solos Esqueléticos são solos incipientes derivados de rochas consolidadas, com espessura efectiva normalmente inferior a 10 cm e sem horizontes genéticos definidos. Regra geral apresentam um perfil do tipo C R, podendo, no entanto, evidenciar em alguns casos um horizonte A1 ou Ap incipiente, de baixo teor orgânico, já povoado de microorganismos, onde é maior a abundância de raízes. Morfologicamente são, portanto, solos muito simples e de fraca aptidão cultural.

O fraco desenvolvimento do perfil poderá decorrer da recente exposição da rocha-mãe à acção dos processo de formação do solo ou, mais comummente, à actuação da erosão acelerada que conduz à remoção do material de textura mais fina à medida que este se vai formando. Como tal, a desintegração física predomina fortemente sobre a alteração química, pelo que o solo é maioritariamente constituído por fragmentos de rocha, grosseiros ou finos, não muito meteorizados.

A sua textura é ligeira a mediana, dependendo muito da natureza da rocha-mãe e do grau de meteorização atingido. São quase sempre pobres em matéria orgânica, quer em percentagem

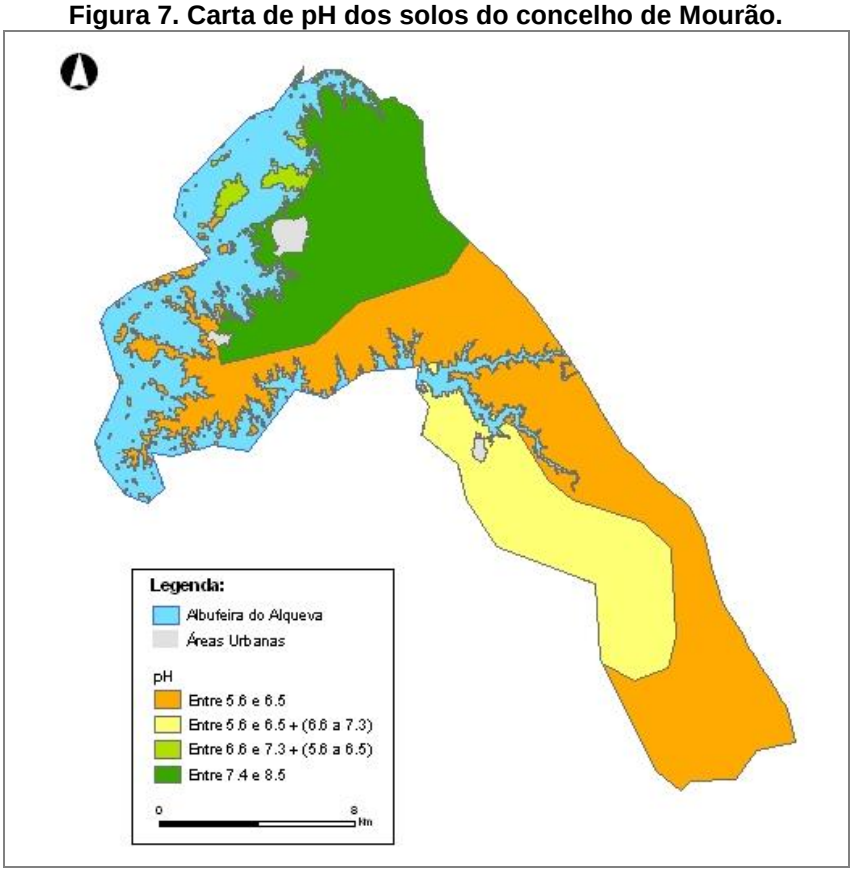
quer em quantitativo por hectare, o que se reflecte na sua capacidade de uso. A relação C/N é bastante variável, com tendências evolutivas dos perfis e com diferentes intensidades da actividade biológica. O mesmo sucede com a capacidade de troca catiónica devido à textura, ao teor orgânico e à natureza dos colóides. Já o grau de saturação é geralmente elevado. A partir da Carta de Acidez e Alcalinidade dos Solos do Atlas do Ambiente, verifica-se que predominam os solos com reacção ácida (pH entre 5,6 e 6,5) – Gráfico 9. e Figura 7.

Gráfico 9. Percentagem de ocupação dos solos face à sua reacção.



Fonte: Atlas do Ambiente, 1979.

Figura 7. Carta de pH dos solos do concelho de Mourão.



Fonte: Atlas do Ambiente.

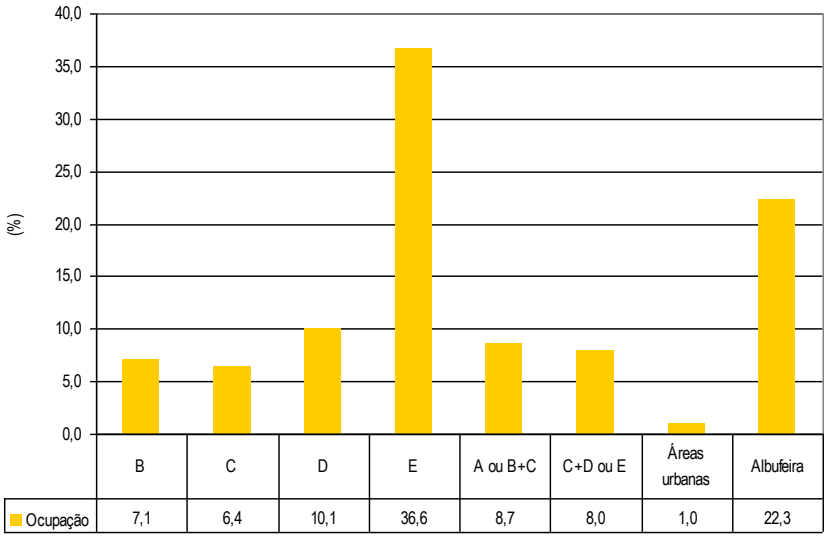
A natureza dos solos condiciona, como seria de esperar, a sua capacidade de uso, predominando os solos da classe E (

Gráfico 10.).

Os melhores solos do ponto de vista produtivo, afectos às classes de capacidade de uso A e B, encontram-se a Sul da Vila de Mourão, numa mancha contínua que se estende desde a Aldeia da Luz até à fronteira. A maior expressividade desta mancha ocorre a S-SE de Mourão, num área extensa mas ocupada por poucos proprietários. A Sul do concelho, os solos com aptidão agrícola ocorrem em duas manchas de pequena dimensão, localizadas a Noroeste e Sul da Aldeia da Granja.

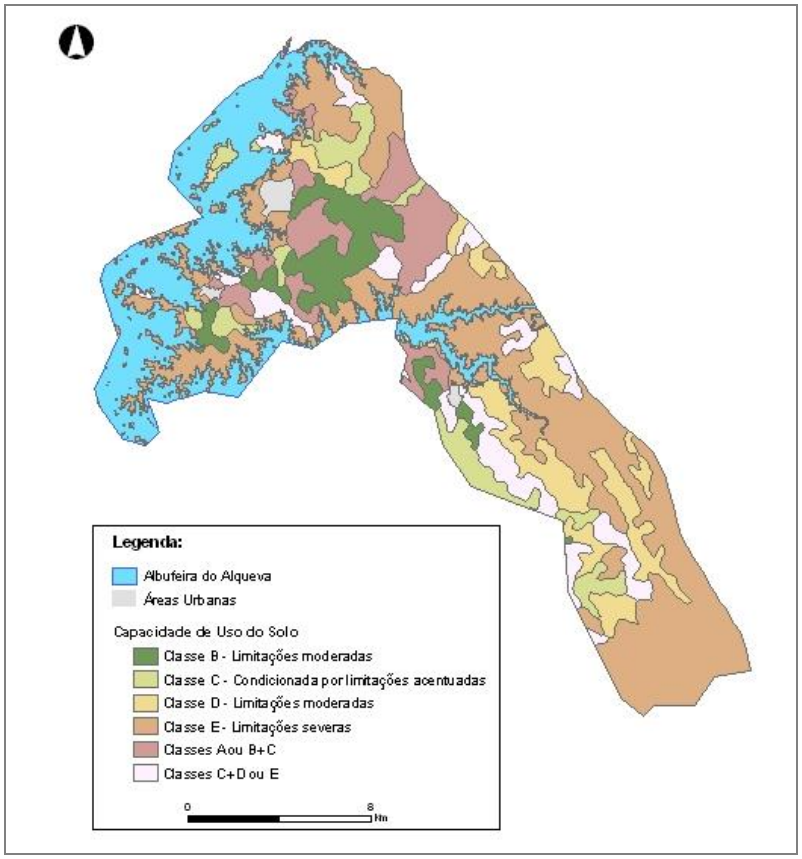
Na restante área do concelho surgem os solos com baixa capacidade de uso, essencialmente da classe E, com limitações severas a muito severas para uma utilização agrícola devido aos elevados riscos de erosão que lhe estão associados (Figura 8).

Gráfico 10. Percentagem de ocupação das classes de capacidade de uso dos solos.



Fonte: Atlas do Ambiente, 1980.

Figura 8. Carta de capacidade de uso dos solos do concelho de Mourão.



Fonte: Atlas do Ambiente, 1980.

3.1.4 Floresta e outros usos

A floresta reúne uma grande biodiversidade e garante o necessário equilíbrio ecológico. É reconhecida como um espaço de importância fundamental para a manutenção dos valores naturais e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Os bens produzidos pelas diversas actividades florestais sustentam uma importante cadeia de serviços, que fortalece o sector económico, contribuindo desse modo para a riqueza nacional.

Com a publicação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto), o sector ganhou novo ânimo. Com eles foram definidos modelos gerais de organização territorial e de silvicultura ajustados aos recursos disponíveis, previstos para uma ocupação sustentável a longo prazo, assentes em características estruturantes similares que determinaram a delimitação de sub-regiões homogéneas.

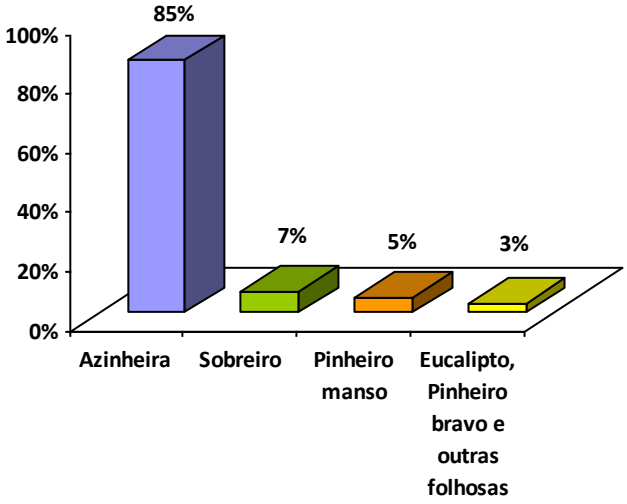
As sub-regiões homogéneas são unidades territoriais com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características. A sub-região homogénea *Terras de Mourão* engloba o concelho de Mourão (59%) e é caracterizada por uma actividade agrícola importante, com baixa ocupação florestal. Os espaços florestais constituem 53 % do território, sendo 26 % arborizados, representados principalmente por Montados de Azinho e Sobro (PROF Alentejo Central, 2006).

Mourão tem cerca de 55% da sua área classificada como Zona de Protecção Especial (ZPE) de Moura/Mourão/Barrancos, pertencente à Rede Natura 2000. Nesta, a agricultura e o pastoreio utilizam um máximo de 70% da superfície terrestre do tipo, dos quais cerca de metade (26%) corresponde a aproveitamentos agrícolas e pastoris do subcoberto de povoamentos de sobro e azinho. Esta Zona inclui ainda vários perímetros florestais (PF), com gestão pública, como o PF de Mourão.

Fotografia 1. Presença de Azinheiras em Mourão.

A área do território de Mourão incluída na ZPE (freguesia de Granja e parte da freguesia de Mourão) apresenta muito menor arborização, sendo a componente com utilização agrícola do subcoberto responsável por 56% da área florestal. A principal espécie representada é a azinheira (Fotografia 1), com cerca de 85% da área. O Gráfico 11 apresenta os diferentes tipos de floresta existentes nesta área e as respectivas áreas de ocupação.

Gráfico 11. Representatividade das principais espécies florestais existentes no território do Concelho de Mourão pertencente à ZPE.



Fonte: Instituto Superior de Agronomia, 2006.

Na parte norte da ZPE surge a subárea Mourão/Norte que inclui os terrenos abertos, compreendidos essencialmente na freguesia de Mourão. Parte significativa destes terrenos abertos foi inundada pela albufeira do Alqueva, representando as terras agrícolas abertas 80%

do território e o montado apenas 9%. A floresta sem usos agrícolas do sob coberto é praticamente inexistente (1%) e as outras superfícies ocupam parte pouco significativa do território (10%).

A subárea Mourão/Sul e Moura compreende a parte sul do concelho de Mourão (Granja, apenas ZPE) e a parte sudeste do de Moura, abrangendo um mosaico de terrenos agrícolas abertos (40% do território) e de montados (34%). A floresta sem usos agrícolas do sobcoberto ocupa 11% do território e as outras superfícies, 15% (Instituto Superior de Agronomia, 2006).

Relativamente à distribuição das espécies florestais pelas freguesias do concelho, constatam-se diferentes predominâncias:

- Os povoamentos de azinheira são mais abundantes na freguesia da Granja;
- O sobreiro e as plantações destacam-se nas freguesias de Mourão e Granja;
- Os povoamentos de pinheiro manso e outras folhosas são mais evidentes na freguesia de Mourão;
- Os povoamentos de eucalipto encontram-se com maior presença na freguesia da Luz.

(Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mourão, 2007).

Em termos de habitats naturais de natureza florestal existem várias formações e associações das quercíneas de folha perene ou marcescente, acusando maior ou menor perturbação pela utilização humana, e as matas ripícolas dos principais rios e ribeiros.

Na área da ZPE verifica-se, claramente, uma diferenciação na utilização do solo, com um aumento da área média das explorações e da dimensão das do estrato de dimensão superior nas freguesias junto à fronteira (ex: Granja em Mourão) coincidente com a ocorrência de solos mais pobres, terreno mais dobrado e uma consequente extensificação da actividade agro-pecuária. Na verdade, os prados e pastagens permanentes atingem 65% na Granja, grande parte sob coberto de azinho, o que contrasta com as freguesias mais afastadas da raia ou que incluem as sedes de concelhos onde dominam os cereais de grão e o olival.

Em termos de produção pecuária, o encabeçamento médio, tendo em conta as áreas de prados e pastagens temporários e permanentes, culturas forrageiras, os pousios e a área de cereal para grão, varia entre as 0,4 e as 0,6 CN/ha, o que se pode considerar um encabeçamento médio baixo.

A produção forrageira desta área não é, contudo, utilizada apenas para as espécies domésticas. O potencial cinegético de áreas tão pouco povoadas e com forte influência raiana, é desde há

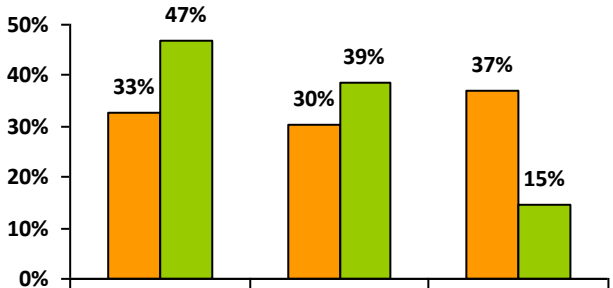
muito reconhecido e tem vindo a ser potenciado e explorado, apresentando a caça maior, particularmente nas áreas menos cultivadas encostadas à fronteira, grande importância e alvo de investimentos importantes.

Actualmente, estão registadas neste concelho 16 zonas de caça, sendo as Zonas de Caça Municipal as que maior área ocupam, com cerca de 37 %, seguidas das Zonas de Caça Turística e das Zonas de Caça Associativa, com cerca de 33 % e 30 %, respectivamente (AFN, 2010).

As principais espécies cinegéticas exploradas pelas diversas zonas de caça do Concelho de Mourão são a rola, a codorniz, o pombo (bravo e torcaz), a lebre, a perdiz, o coelho, o tordos (comum, ruivo e zornal), o estorninho malhado, a raposa, o saca-rabos, o pato (real e marrequinha), o tarambolas e o javali.

O Gráfico 12, permite comparar as diferenças observadas entres as áreas que os diferentes tipos de zona de caça ocupam em Mourão, relativamente ao restante do Distrito de Évora.

Gráfico 12. Percentagem de área do Concelho de Mourão sobre regime cinegético



	Turística	Associativa	Municipal
Área de caça no concelho de Mourão	33%	30%	37%
Área de caça no Distrito de Évora	47%	39%	15%

Fonte: AFN, 2010.

3.1.5 Biodiversidade

A margem esquerda do Guadiana é uma das regiões mais bem conservadas do nosso país do ponto de vista dos habitats naturais e de maior importância para a fauna. A região compreendida entre Mourão, Moura e Barrancos é composta por paisagens distintas e essenciais para a conservação da avifauna, e como tal considerada como merecedora de conservação ao nível comunitário pelas suas características, daí justificar-se a sua classificação como ZPE (Zona de Protecção Especial para as Aves). Em Mourão, cerca de 55% da área concelhia está

classificada como ZPE, que corresponde a 20 % da área total de protecção especial. A ZPE de Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE0045) pertencente à Rede Natura 2000, tendo sido criada ao abrigo do Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro de 1999 (ICN, 2006).

Parte desta ZPE sobrepõe-se ainda a um Sítio de Interesse Comunitário (SIC), o de Moura/Barrancos (PTCON0053), que abrange parcialmente os concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Serpa. Dos 43309 ha que o constituem, apenas 676 ha se encontram no território de Mourão, o que equivale a cerca de 2% da área concelhia. A classificação do Sítio deveu-se à presença de valores naturais relevantes dos quais se destacam alguns habitats presentes na Directiva 92/43/CEE. Este sítio apresenta uma apreciável diversidade fisiográfica e geológica, possibilitando a ocorrência de diversas comunidades vegetais. O ancestral uso agrícola e pastoril do território acentua o mosaico, diversificando a paisagem.

Flora

A vegetação presente no Concelho corresponde a formações arbóreas do tipo carvalhal perénifolio de domínio da azinheira e de carvalho cerquinho e/ou do sobreiro, podendo incluir elementos caducifólios como o pilrriteiro e mesmo o acer (em particular junto aos corgos e outras linhas de água torrenciais) e igualmente elementos perenifólios medronheiro, Aderno, folhado, sanguinho das sebes, etc. (Fotografia 2). Junto a linhas de água permanentes (ou quase) ocorrem para além da carvalho cerquinho, salgueiro negro, salgueiro branco, amieiro, ulmeiro, freixo, silvas, roseira brava, etc. (Câmara Municipal de Mourão, 2010).

Fotografia 2.Vegetação e Albufeira do Alqueva vistos do Castelo de Mourão.

Uma parte muito relevante das espécies ameaçadas encontra abrigo na diversidade de habitats da região, cuja paisagem e coberto vegetal incluem estepes cerealíferas de sequeiro, montados de azinho, formações florestais densas e vales de ribeiras torrenciais revestidos de matagais densos e vegetação ripícola. É, portanto, uma área muito importante para numerosas aves dependentes dos agrossistemas ibéricos de feição estepária e também para diversas aves de rapina.

Fauna

Mourão é assim uma das regiões de excelência para observar aves estepárias como o corvo, a calhandra-real, o cortiçol-de-barriga-preta e a abetarda. Estas duas últimas pertencem às espécies de aves ameaçadas, assim como o Peneireiro-cinzento, o Sisão, o Grou e o Alcaravão, também observados neste concelho. O Castelo de Mourão é também um local de ocorrência habitual da gralha-de-nuca-cinzenta e da andorinha-das-rochas (Aves de Portugal, 2010). Um pouco por todo o Concelho marca também presença a cegonha, conhecida ave migratória (Fotografia 3).

Fotografia 3. Cegonhas numa chaminé mourisca de Mourão.

Actualmente, a albufeira do Alqueva cujas águas banham parte do território de Mourão é a maior do país. As suas condições criaram um novo habitat que proporcionou o aparecimento de numerosas espécies de aves aquáticas que antes eram menos frequentes nesta zona. Durante o período de invernada, encontram-se assim as espécies corvo-marinho-de-faces-brancas, o pato-real, o abibe, o guincho-comum e a alvéola-branca. Sobre a Ribeira das Vinhas, podem observar-se ainda espécies como a frisada, o pato-trombeteiro e o milhafre-real. Perto da Aldeia da Luz, causam presença pequenos bandos de tarambolas-douradas, o mergulhão-de-crista, a garça-branca-grande, o galeirão-comum, o maçarico-das-rochas, assim como várias espécies de patos.

Ocorrem também diversos passeriformes, destacando-se o picaço-real, a pega-rabuda e o trigueirão. (Aves de Portugal, 2010).

No que respeita a mamíferos, Mourão faz ainda parte da segunda região mais importante para abrigo de espécies de morcegos ameaçadas, cuja área está inserida na ZPE Mourão/Moura/Barrancos (ICN, 2006).

O concelho é também uma das áreas prioritárias para a conservação do Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) em Portugal, existindo já diversos projectos no sentido de recuperar o habitat desta espécie e fomentar a densidade das suas presas. Neste contexto, foi criada uma parceria entre a EDIA e o ICN, que visa a "Recuperação das populações de coelho-bravo na ZPE de Moura-Mourão-Barrancos" e o Programa Life, dinamizado pela LPN que, entre outras acções, enquadrou o projecto Life-Natureza para Mourão-Barrancos (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2010).

De igual modo, o ICNB pretende introduzir linces-ibéricos no Alentejo, através do projecto Vallia que teve início em Setembro de 2009. Mourão é uma das regiões que poderá ser eleita para acolher esta espécie, pelas características singulares de vegetação, fauna e flora que apresenta (Portal Alentejano, 2009).

Em suma, Mourão é um território cujas características biofísicas permitem o surgimento de diversos ecossistemas que potenciam a ocorrência de diversas espécies vegetais e animais, tornando-o num local privilegiado para a prática da observação da natureza.

3.1.6 Gestão de resíduos

Apesar de não constituir um recurso por si só, os resíduos constituem um desafio importante das sociedades actuais gerado pelo crescimento económico e pela melhoria generalizada das condições de vida.

A gestão de resíduos visa, antes de mais, prevenção da produção. Os resíduos cuja produção não pode ser evitada devem ser reutilizados, reciclados ou valorizados tanto quanto possível, devendo a sua eliminação em aterro ser reduzida ao mínimo indispensável.

Os objectivos de sustentabilidade, no âmbito da gestão de resíduos, compreendem o consumo responsável, com produtos de baixo impacto em relação ao ciclo de vida, a minimização da produção de resíduos, e a maximização das quantidades de resíduos encaminhados para reciclagem.

Para este efeito, é necessário promover uma cultura de redução, de reutilização e de reciclagem e de consciência para os impactes ambientais associados à produção de resíduos.

Para este descritor, face à importância na economia local, seria importante analisar a evolução do consumo dos resíduos industriais e agrícolas, no entanto, tal não é possível, uma vez que não dispomos de dados para essa análise.

Relativamente ao sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, o Concelho de Mourão é servido por uma Estação de Transferência que se localiza em Reguengos de Monsaraz. Os RSU indiferenciados são, posteriormente, encaminhados para o aterro sanitário em Évora.

Em termos nacionais, a capitação anual em 2006 foi de 459 kg/hab.ano, o que corresponde a uma produção diária de resíduos sólidos urbanos (RSU) de 1,26 kg por habitante. A capitação anual em 2006 no concelho foi de cerca de 400 kg/hab.ano, ligeiramente inferior à média nacional.

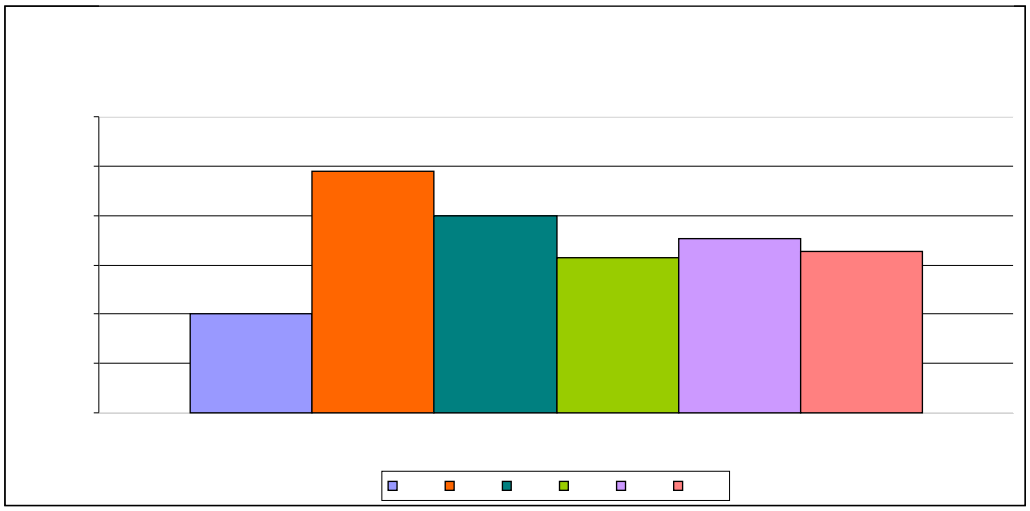
A recolha de RSU tem vindo tendencialmente a diminuir (Quadro 12 e Gráfico 13). Uma vez que a população residente tem vindo a aumentar, esta tendência poderá dever-se à melhoria do sistema de recolha de selectiva.

Quadro 12. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados no Concelho de Mourão de 2004 a 2009.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2004	116	101	114	115	112	109	109	111	101	100	87	76
2005	106	90	110	108	107	101	108	124	106	102	125	207
2006	117	91	119	119	121	106	115	121	110	114	106	111
2007	114	103	112	118	107	104	112	123	108	110	91	105
2008	118,3	110	111	113,1	104	100	106,9	115,8	113	129	92,4	112,3
2009	158,4	102,5	107,5	107,5	100,5	113,5	101,2	105,9	104,6	106,9	97,3	108,3

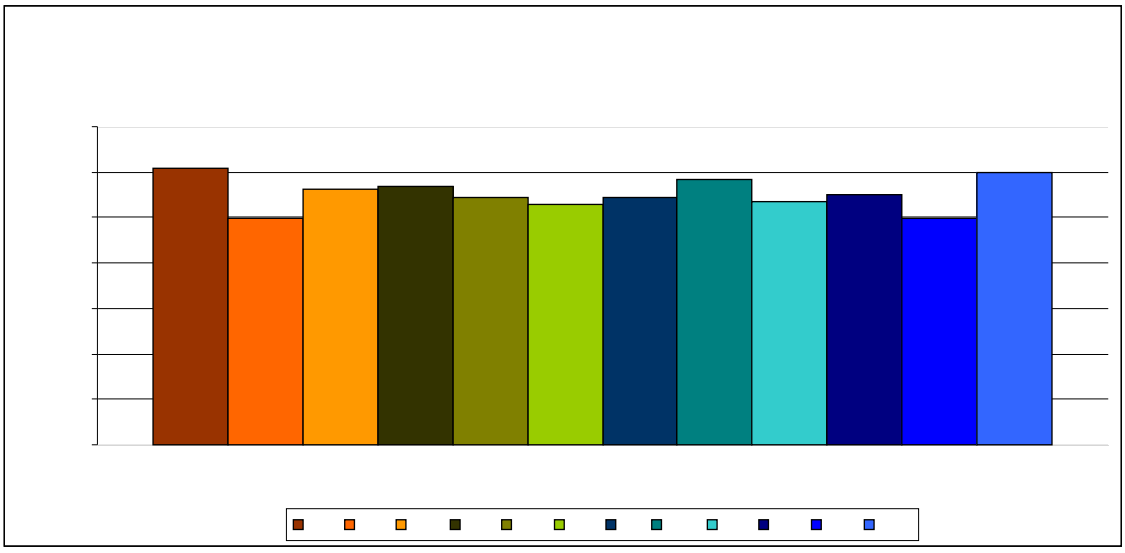
Fonte: www.gesamb.pt.

Gráfico 13. Evolução da produção dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados no Concelho de Mourão.



Em termos de evolução da produção de RSU ao longo do ano, face aos dados disponíveis desde 2004 a 2009, verifica-se que a produção no Concelho acompanha a tendência nacional, ou seja Dezembro e Janeiro correspondem aos meses de maior produção, devido ao período festivo sendo o consumo de bens maior. Os meses de Verão são tendencialmente de menor produção, devido a muitas famílias deslocarem-se de férias para fora do Concelho (Gráfico 14).

Gráfico 14. Evolução da produção de resíduos sólidos urbanos ao longo do ano (valores médios).



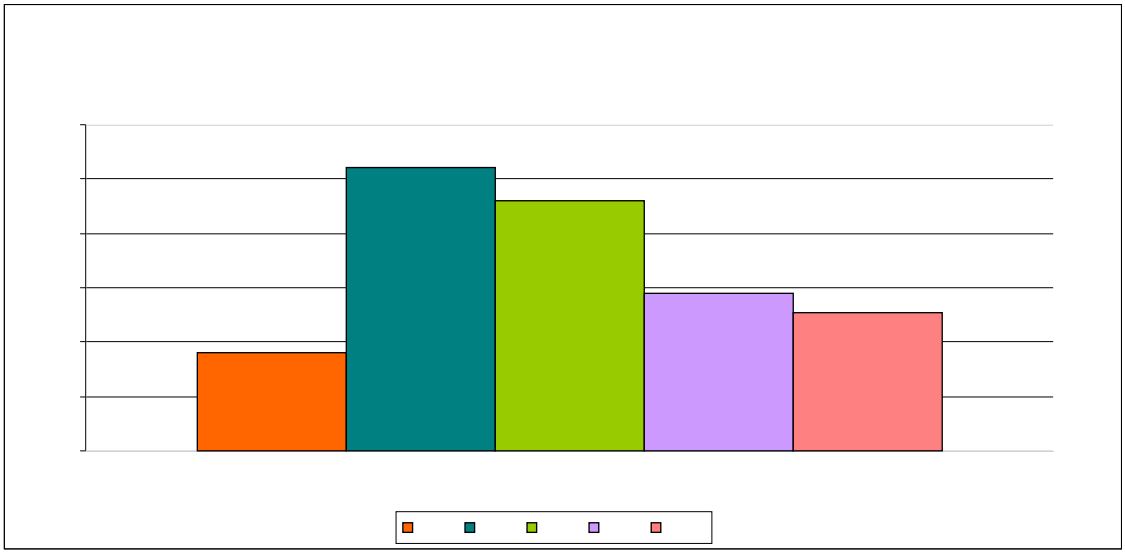
Quadro 13. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva no concelho de Mourão de 2005 a 2009.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2005	4	3	3,4	3	3,8	4,4	5,6	5,9	3,6	3,8	3,3	3,7
2006	4	4	4,7	4	5,2	4,7	4,6	5,1	4,3	5,4	4,7	3,8
2007	5	3	4,8	3	4,7	4,7	4,5	5,4	5,4	4,3	4	4,1

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2008	5	4	3,9	4	4,1	3,7	4,7	4,9	4,5	4,5	3,5	3,7
2009	4	3	4,4	4	4,1	4,3	4,3	4,9	4,9	4,2	3,3	3,5

Fonte: www.gesamb.pt.

Gráfico 15. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão.



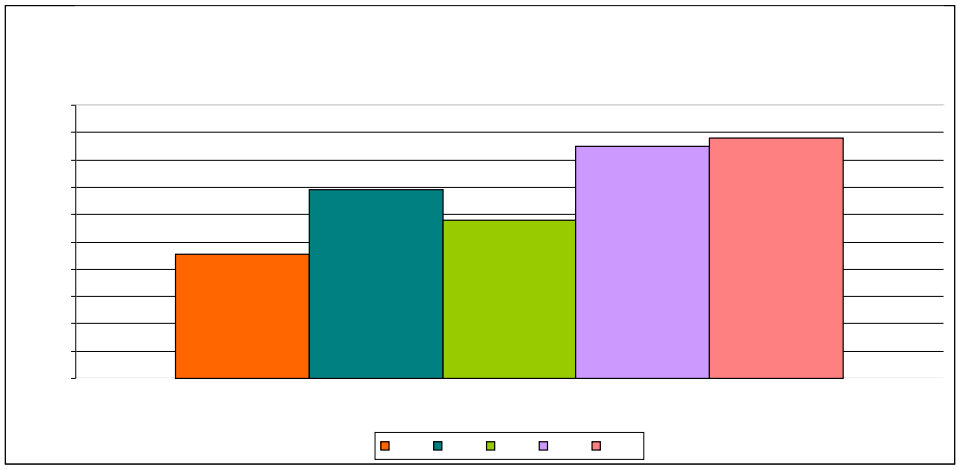
A produção de vidro tem vindo a declinar visivelmente (Quadro 13 e Gráfico 15). Crê-se que esta tendência se deve essencialmente à diminuição de produção de embalagens de vidro para acondicionamento de bens que se tem vindo a sentir no contexto nacional.

Quadro 14. Evolução da produção de papel e cartão proveniente da recolha selectiva no concelho de Mourão de 2005 a 2009.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2005	1,7	1,4	1,7	1,9	1,8	1,8	2,1	2,1	2,1	2,2	1,9	2,1
2006	2,7	2,5	3	2,8	2,8	2,8	2,9	3	3	3	3,2	2,9
2007	2,3	2	2,3	2,5	2,3	2,5	2,6	2,5	2,4	2,6	2,6	2,4
2008	3,2	3,1	3,3	3,5	3,5	3,4	4	3,8	3,9	3,7	3,3	3,7
2009	3,5	3,5	4,4	3,4	3,5	3,6	4	3,6	3,8	3,7	3,3	3,7

Fonte: www.gesamb.pt.

Gráfico 16. Evolução da produção de papel e cartão proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão.

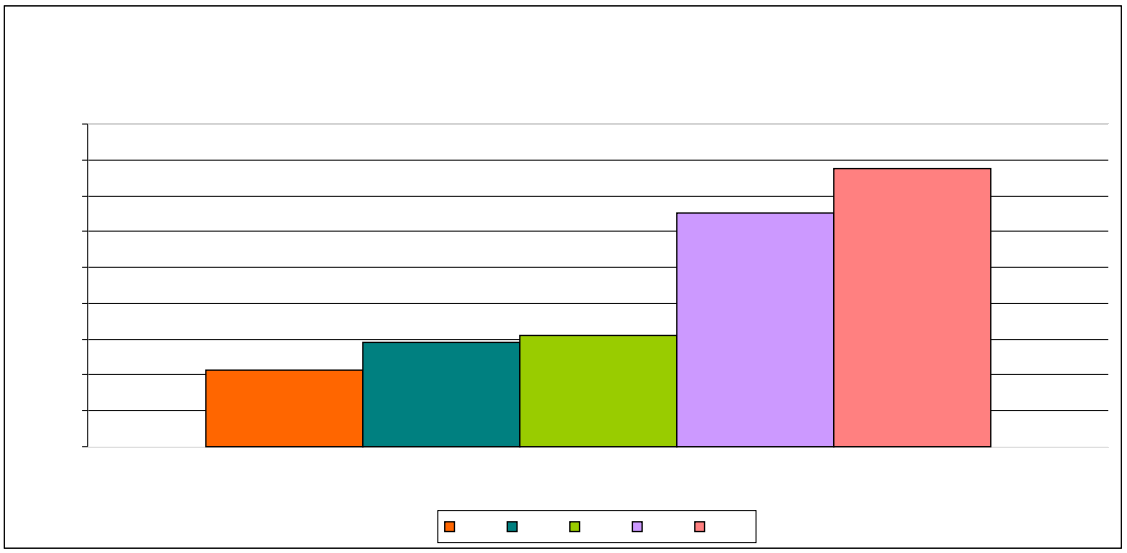


Quadro 14. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva no concelho de Mourão de 2005 a 2009.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2005	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
2006	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5
2007	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5
2008	0,9	0,9	1	1,1	1,1	1,1	1,3	1,1	1,2	1,2	1	1,1
2009	1,1	1,1	1,7	1,2	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,1	1,2

Fonte: www.gesamb.pt.

Gráfico 17. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no Concelho de Mourão.



A produção de resíduos de papel e cartão e de plástico e metal tem vindo a aumentar significativamente. Interpreta-se esta evolução, por um lado em complementaridade com a

evolução da produção de vidro, ou seja, a opção dos fabricantes no embalamento de bens de consumo nos últimos anos tem sido em materiais mais leves como o cartão e plástico, e por outro lado, face ao aumento do número de ecopontos no Concelho a eficácia do sistema de recolha de selectiva também se faz sentir (Gráfico 16 e Gráfico 17). No Concelho existem à data 10 ecopontos, correspondendo a um grau de cobertura adoptado de cerca de 1 ecoponto/400 habitantes. No Quadro 15. apresenta-se a distribuição dos ecopontos pelas freguesias de Mourão.

Quadro 15. Distribuição dos ecopontos pelas freguesias do Concelho.

Freguesias	N.º de ecopontos
Mourão	7
Granja	2
Luz	1

Fonte: www.gesamb.pt, consultado a 2 de Março de 2010.

Obtiveram-se ainda dados relativos à produção de lamas na ETAR da Luz - Quadro16.

Quadro 16. Produção anual de lamas na ETAR da Luz, de 2007 a 2009.

Ano	Lamas (ton)
2007	65
2008	31
2009	40

Fonte: AdCA.

Entre 2005 e 2009, a GESAMB realizou especificamente no concelho de Mourão quatro campanhas de sensibilização/informação. Nestes eventos, registaram-se 320 contactos directos com a população[1].

3.1.7 Consumo de energia

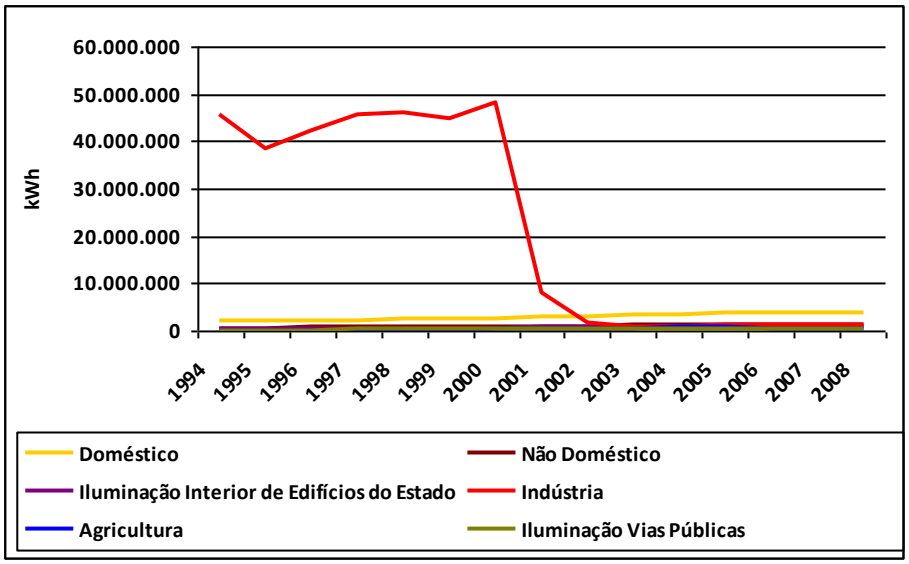
A nível internacional, ao abrigo do Protocolo de Quioto e do compromisso comunitário de partilha de responsabilidades, Portugal assumiu o compromisso de limitar o aumento das suas emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 27% no período de 2008-2012 relativamente aos valores de 1990. Neste sentido, foi adoptado o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, de 31 de Julho, e mais recentemente o PNAC de 2006, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto.

Em termos de consumo energético verificou-se que, no sector da indústria, Mourão registou um decréscimo acentuado entre os anos 2000 e 2002, situação que se deve, muito provavelmente,

[1] Não estão contabilizados os visitantes do stand móvel da GESAMB.

ao desmantelamento e desactivação, em 2001, da unidade fabril da Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, S.A., na sequência da construção da Barragem do Alqueva (Gráfico 18).

Gráfico 18. Consumo de energia eléctrica, por tipo de consumo, em Mourão[2], de 1994 a 2008.

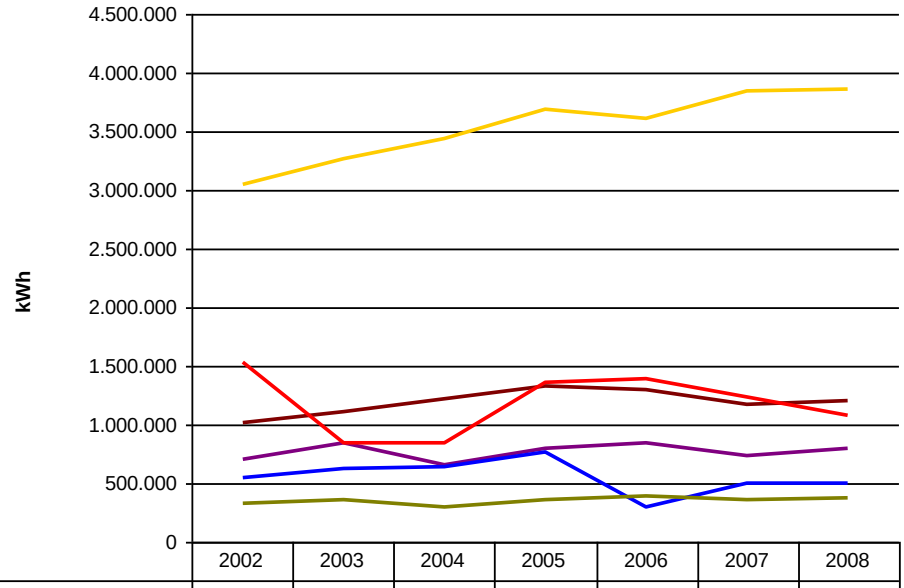


Fonte: DGEG.

Analisando o tipo de consumo mais detalhadamente, no Gráfico 19, a partir do ano 2002, o sector doméstico é aquele que tem crescido de forma mais estável, registando também os valores de consumo mais elevados (3.860.815 kWh em 2008) e representando aproximadamente 50 % do consumo total da energia eléctrica no município.

[2] Na categoria "Não doméstico", está incluído o consumo em todos os sectores económicos, excepto o efectuado por particulares, indústria, agricultura, transportes, aquecimento com contador próprio, iluminação dos edifícios do Estado e iluminação de vias públicas.

Gráfico 19. Consumo de energia eléctrica, por tipo de consumo, em Mourão, de 2002 a 2008.

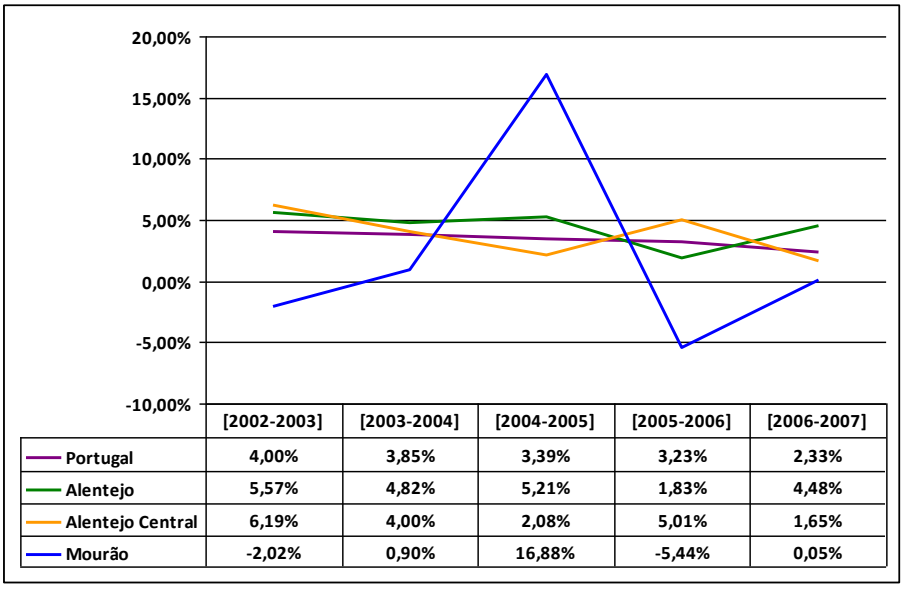


	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Doméstico	3.040.144	3.268.098	3.434.617	3.683.544	3.615.231	3.842.963	3.860.815
Não Doméstico	1.014.371	1.102.699	1.222.600	1.331.446	1.291.869	1.171.073	1.197.015
Iluminação Interior de Edifícios do Estado	703.211	837.430	660.503	799.552	844.678	737.143	794.633
Indústria	1.533.629	845.755	843.369	1.352.817	1.388.318	1.240.478	1.080.862
Agricultura	552.250	618.080	637.796	765.187	302.281	498.399	500.110
Iluminação Vias Públicas	330.012	357.036	292.916	356.242	395.648	351.740	370.366

Fonte: DGEG.

De um modo geral, nos últimos anos, o consumo energético em Portugal e nas unidades territoriais do Alentejo (NUT II) e Alentejo Central (NUT III) tem aumentado anualmente, tendo-se registado os mesmos resultados em Mourão, à excepção dos períodos de 2002 a 2003 e 2005 a 2006 (Gráfico 20).

Gráfico 20. Variação do consumo total de energia eléctrica.

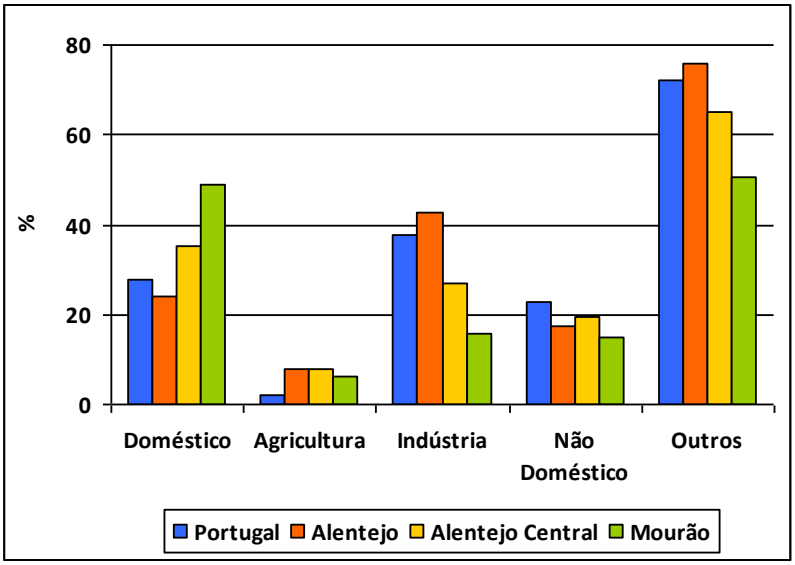


	[2002-2003]	[2003-2004]	[2004-2005]	[2005-2006]	[2006-2007]
Portugal	4,00%	3,85%	3,39%	3,23%	2,33%
Alentejo	5,57%	4,82%	5,21%	1,83%	4,48%
Alentejo Central	6,19%	4,00%	2,08%	5,01%	1,65%
Mourão	-2,02%	0,90%	16,88%	-5,44%	0,05%

Fonte: INE.

Analisando as diferenças de consumo energético, por sector de actividade, nas diferentes unidades territoriais, verifica-se que é em Mourão que o sector doméstico (Gráfico 21) apresenta um peso maior, excepção no panorama geral, onde todas as outras actividades apresentam das percentagens mais baixas.

Gráfico 21. Consumo de energia eléctrica em 2007, por sector de actividade, nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão.



Fonte: INE, 2007.

3.2 Recursos Sociais

A sustentabilidade de um território vai para além da conservação e preservação do ambiente e utilização eficiente dos seus recursos naturais, debruçando-se também na vertente social que se apresenta ao mesmo nível na importância da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma, a análise destes recursos baseia-se, num primeiro momento, nos parâmetros demográficos para, posteriormente, ser elaborada sobre cinco pilares de uma sociedade sustentável: emprego, edificado, educação, saúde e acção social.

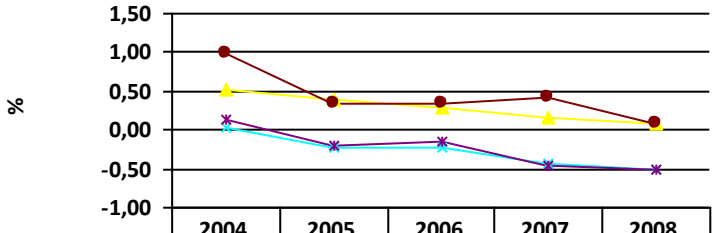
3.2.1 Demografia

O concelho de Mourão é um dos menores e menos populosos da região, ocupando uma área de 277,7 km^2 que corresponde a 4 % da área total do Alentejo Central (NUT III), e tem uma população que representa menos de 2 % da população residente nesta unidade territorial (INE, 2001).

No concelho de Mourão, a taxa de crescimento efectivo[3],,no período que decorreu entre 1991 e 2001, registou um decréscimo populacional de 1,3%, ao contrário de Portugal Continental que assinalou um aumento populacional na ordem dos 5%. Nos últimos anos, no entanto, esta variação inverteu-se, pelo que o Município tem registado um valor, ainda que decrescente, consistentemente positivo, ao longo dos últimos anos, entre 2004 e 2008 (Gráfico 22). Esta realidade tem contrariado a tendência nacional e regional, ao nível das NUTS II e NUTS III, cuja taxa de crescimento tem sido negativa, ou seja, o número de habitantes tem diminuído no mesmo intervalo de tempo.

Gráfico 22. Taxa de crescimento efectivo nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão.

[3] Correspondente à variação populacional observada durante um determinado período de tempo.

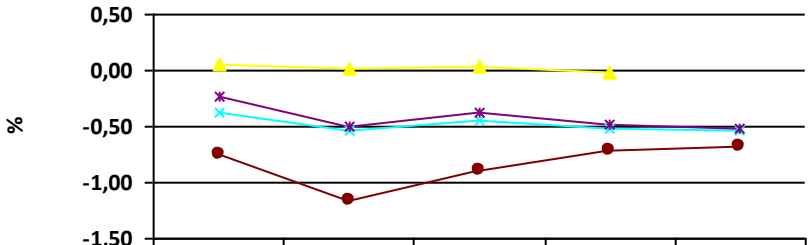


	2004	2005	2006	2007	2008
Continente	0,52	0,38	0,28	0,16	0,08
Alentejo	0,02	-0,22	-0,22	-0,44	-0,51
Alentejo Central	0,14	-0,20	-0,15	-0,46	-0,52
Mourão	0,99	0,33	0,33	0,41	0,09

Fonte: INE.

Contrastando com os resultados positivos verificados anteriormente, está a taxa de crescimento natural[4] (Gráfico 23). Esta tem registado valores negativos para o município, significando deste modo que o número de nados-vivos é inferior ao número de óbitos ocorridos.

Gráfico 23. Taxa de crescimento natural nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão.



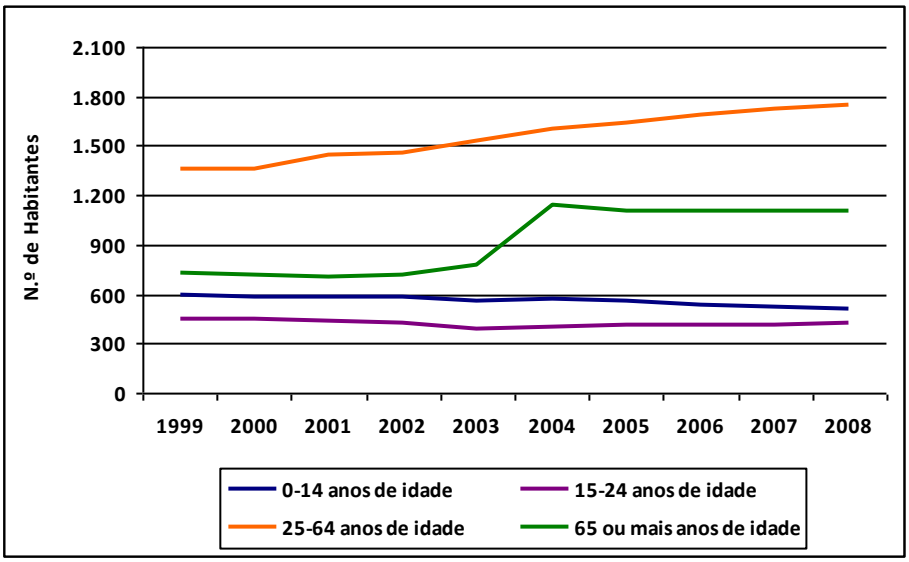
	2004	2005	2006	2007	2008
Continente	0,06	0,01	0,03	-0,02	
Alentejo	-0,38	-0,53	-0,45	-0,52	-0,53
Alentejo Central	-0,24	-0,50	-0,38	-0,49	-0,51
Mourão	-0,75	-1,16	-0,89	-0,71	-0,68

Fonte: INE.

Analisando a evolução populacional, distribuída pelos vários grupos etários (Gráfico 24), constata-se que o número de habitantes com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, tem aumentado gradualmente, contribuindo assim para o crescimento populacional observado no Concelho. Do mesmo modo, a população com mais de 65 anos de idade, aumentou significativamente a partir de 2001, registando a partir desse momento valores superiores aos da população com menos de 24 anos de idade.

[4] Representa o saldo natural observado durante um determinado período de tempo.

Gráfico 24.Variação da População Residente em Mourão, entre 1999 e 2008, de acordo com a Faixa Etária.



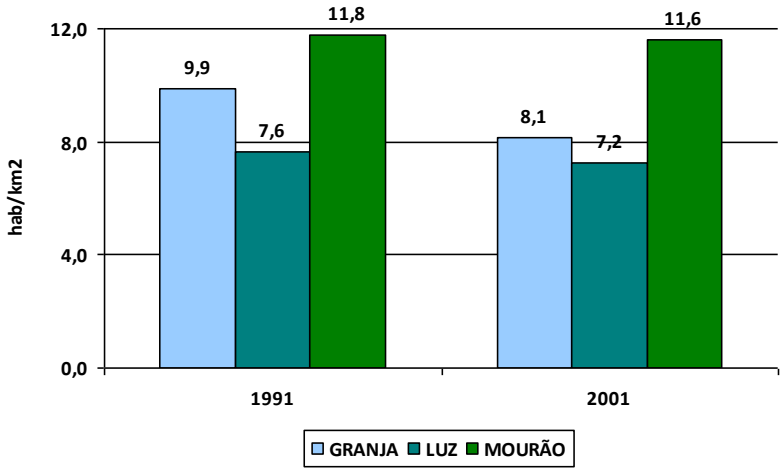
Fonte: INE.

Esta situação reflecte-se no índice de envelhecimento[5]: desde o ano 2001, o índice de Mourão (143,8) tem vindo a aumentar ao longo dos anos, encontrando-se actualmente em 141,5, revelando estar muito acima da média nacional, de 118,1. Tal situação denuncia que a população no Concelho está a ficar envelhecida, particularidade, de um modo geral, inerente a um concelho do interior alentejano. Não obstante, é de salientar que o índice de envelhecimento actual nas regiões do Alentejo e Alentejo Central são de 172,9 e 177,7, respectivamente, notoriamente mais elevado que no Concelho.

[5] Quociente entre o número de idosos e a população jovem.

A densidade populacional é também um indicador importante na análise e monitorização da situação demográfica de um concelho. O facto de descrever, em simultâneo, os quantitativos da população e a respectiva distribuição pelo território, permite avaliar questões relacionadas com a distribuição de equipamentos e infra-estruturas básicas, entre outros, importantes para a atractividade da qualidade de vida do município, incentivando à permanência da população e mobilizando imigrantes provenientes de outros concelhos e países. Neste sentido, apesar da densidade populacional de Mourão ter aumentado ligeiramente, de 11,2 em 1999 para 12,2 em 2008, este valor continua a ser muito baixo, quando comparado actualmente com as regiões do Alentejo Central, Alentejo e Portugal, que apresentam densidades populacionais de 23,4, 24,0 e 113,9, respectivamente.

Gráfico 25. Densidade Populacional, nas freguesias do concelho de Mourão, em 1991 e 2001.



Fonte: Guia de Portugal, 2010.

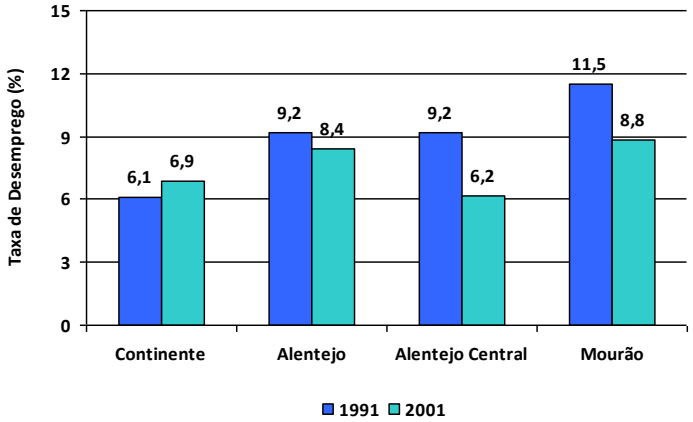
Ao nível das freguesias, verificou-se um decréscimo geral da densidade populacional no período que decorreu entre 1991 e 2001 (Gráfico 25).

3.2.2 Emprego

O emprego é um dos factores mais influentes nas condições económicas, sociais e de qualidade de vida da população, constituindo um factor crítico para a mobilidade populacional.

No período de uma década, verificou-se que a taxa de desemprego no município de Mourão decresceu de 11,5 % em 1991 para 8,8% em 2001. Contudo, este valor continua a ser superior ao observado em Portugal Continental e nas unidades territoriais Alentejo e Alentejo Central, que apresentavam taxas de 6,9 %, 8,4 % e 6,2% em 2001, respectivamente (Gráfico 26).

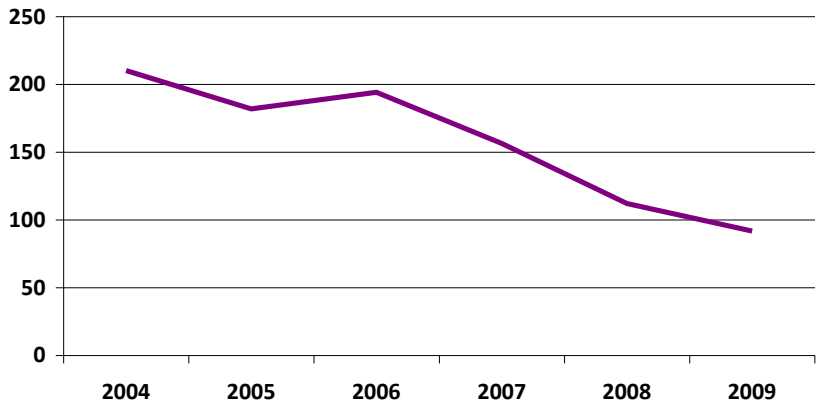
Gráfico 26. Taxa de Desemprego nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, em 1991 e 2001.



Fonte: INE, 2001.

Apesar do número de desempregados registados ter aumentado no período de 2000 a 2002, resultante do encerramento da fábrica Portucel Recicla, este número tem diminuído de uma forma algo constante a partir de 2004, registando-se em 2009 uma média de 92 desempregados no concelho de Mourão (Gráfico 27).

Gráfico 27. Evolução do número de desempregados registados no concelho de Mourão.



Fonte: IEFP.

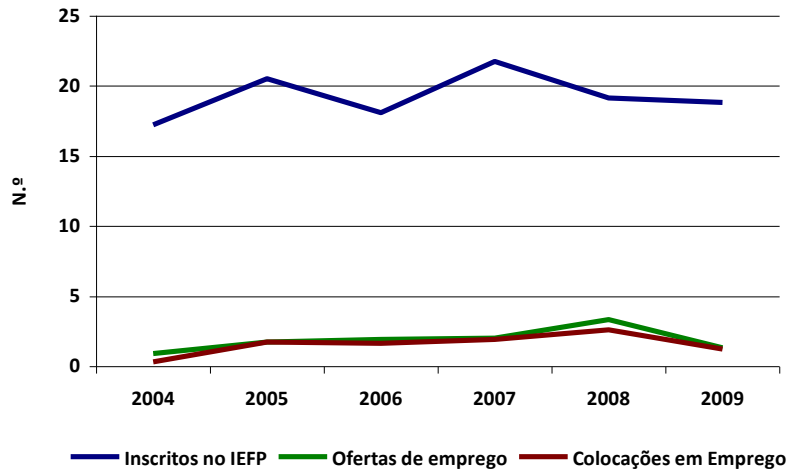
Estes dados estatísticos não correspondem, no entanto, à realidade vivida no Concelho. Muitos dos desempregados, beneficiários de subsídio de desemprego/subsídio social de desemprego ou de rendimento social de inserção (RSI) encontram-se inscritos em apoios designados de "Contrato Emprego-Inserção" ou "Contrato Emprego-Inserção +", anteriormente denominados de "Programas Ocupacionais". Os utentes do Centro de Emprego abrangidos por estes programas não são contabilizados em termos estatísticos, fazendo parecer com que a taxa de desemprego seja mais baixa do que na realidade é.

À semelhança de outros concelhos alentejanos, actualmente, o maior empregador do Concelho é a Autarquia, uma vez que no Concelho o tecido empresarial tem uma fraca expressão, existindo apenas algum trabalho sazonal, muitas vezes precário, que acaba por originar uma elevada dependência dos Contratos Emprego-Inserção. Esta situação cria vícios de *não responsabilidade* e de *não compromisso* por parte dos beneficiários destes contratos, resultando numa população cada vez menos participativa na dinamização da economia local, dependendo ciclicamente de trabalhos a curto-prazo.

Constata-se ainda que a taxa de desemprego tem particular incidência na população feminina e nos desempregados de longa duração (Diagnóstico Social de Mourão, 2007).

De acordo com o IEFP, no período que decorreu entre os anos 2004 e 2009, o número de inscritos no Centro de Emprego do concelho de Mourão foi sempre superior às ofertas de emprego e respectivas colocações em emprego (Gráfico 28). Esta análise revelou também que, de um modo geral, quando existem uma ou mais ofertas de emprego, resulta o mesmo n.º de colocações no mercado de trabalho.

Gráfico 28. Evolução anual das inscrições, ofertas e colocações em emprego da população desempregada do concelho de Mourão, inscrita no IEFP, entre 2004 e 2009.

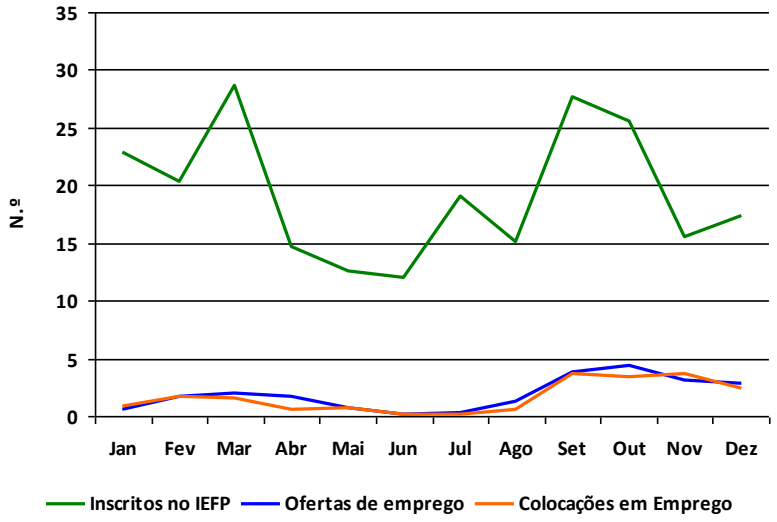


Fonte: IEFP.

Da análise da média mensal das inscrições no IEFP, da população de Mourão, denota-se a presença de uma sazonalidade, onde Março e Setembro são os meses com mais desempregados inscritos, com o mês de Junho a apresentar o número mais baixo. Relativamente às ofertas de emprego e colocações no mercado de trabalho, ambos descrevem curvas de sazonalidade semelhantes, correspondendo os resultados mais positivos aos períodos entre Fevereiro-Março e Setembro-Novembro (Gráfico 29). Esta situação poderá não ter a ver

propriamente com a sazonalidade de trabalho, mas sim com a rotatividade dos programas de apoio que o Instituto do Emprego e Formação Profissional oferece aos desempregados.

Gráfico 29. Média mensal das inscrições, ofertas e colocações em emprego da população desempregada do concelho de Mourão, inscrita no IEFP, entre 2004 e 2009.

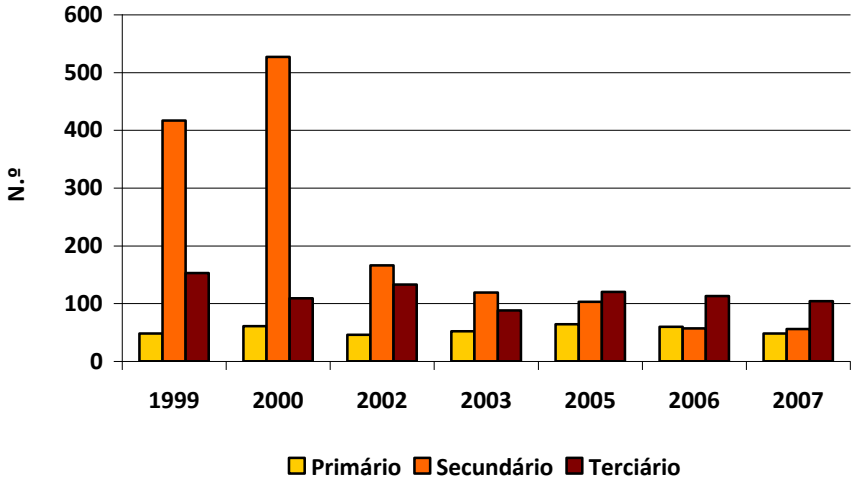


Fonte: IEFP.

Na actividade económica (Gráfico 30), o sector terciário correspondente ao ramo da construção, comércio, serviços e administração pública, entre outros, passou a ter maior representatividade a partir do ano 2005, ultrapassando o sector secundário (indústria transformadora) que até então dominava o mercado de trabalho. Nomeadamente, entre o ano 2000 e 2002, verificou-se uma quebra acentuada do n.º de postos de trabalho neste sector, mais uma vez correspondente ao encerramento da fábrica da Portucel Recicla em 2001.

De acordo com os dados mais recentes, apesar do sector primário (actividades agrícolas, produção animal, caça, actividades silvícolas) representar apenas 27% do mercado de trabalho em Mourão, apresenta valores mais elevados comparativamente com Portugal Continental, de apenas 2 %, e com as unidades de território Alentejo, de 10% e Alentejo Central, de 11 %. As actividades económicas do sector terciário e secundário representam, 50% e 27 % do emprego, respectivamente.

Gráfico 30. População activa por sector de actividade no concelho de Mourão.

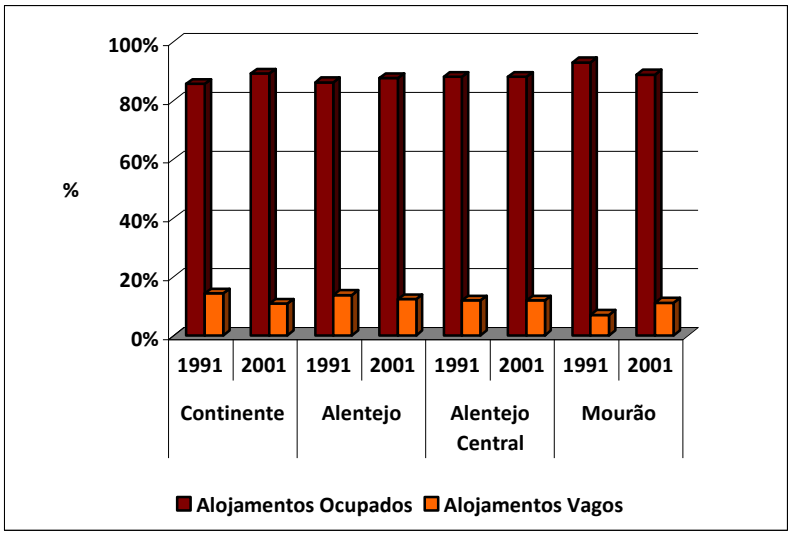


Fonte: INE.

3.2.3 Edificado

De acordo com os dados obtidos para o edificado (Gráfico 31), verificou-se que tanto nas NUTS II e III como em Portugal Continental, o número de alojamentos ocupados aumentou ligeiramente, no período compreendido entre 1991 e 2001. Pelo contrário, o município de Mourão registou um decréscimo na ordem dos 6% relativamente à ocupação dos alojamentos evidenciando a perda populacional verificada no mesmo período.

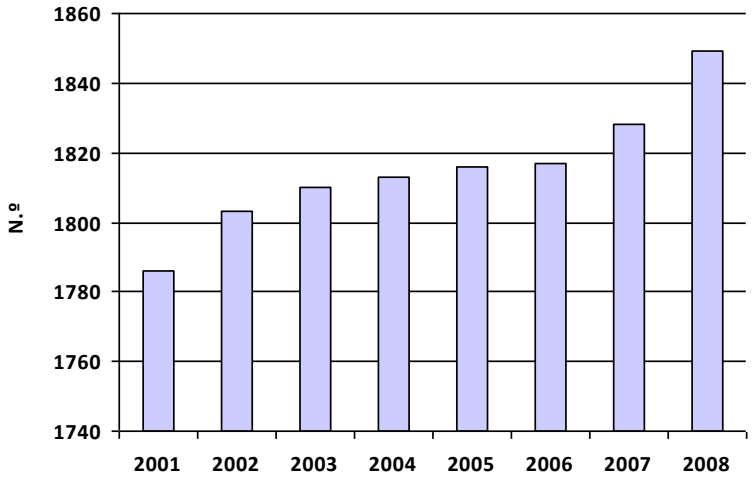
Gráfico 31. Variação do n.º de alojamentos familiares clássicos, por forma de ocupação (vagos e ocupados), nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001.



Fonte: INE.

Na última década, pelo contrário, os registos de Mourão têm demonstrado uma tendência de crescimento populacional, influenciando pois o estado do edificado. Assim, no período entre 2001 e 2008 verificou-se um acréscimo de 4 % dos alojamentos familiares clássicos, que em termos absolutos corresponde a 63 unidades (Gráfico 32). No que respeita à forma de ocupação dos alojamentos para o mesmo período, não foi possível aferir os seus valores.

Gráfico 32. Estimativa de Alojamentos Familiares Clássicos em Mourão, entre 2001 e 2008.

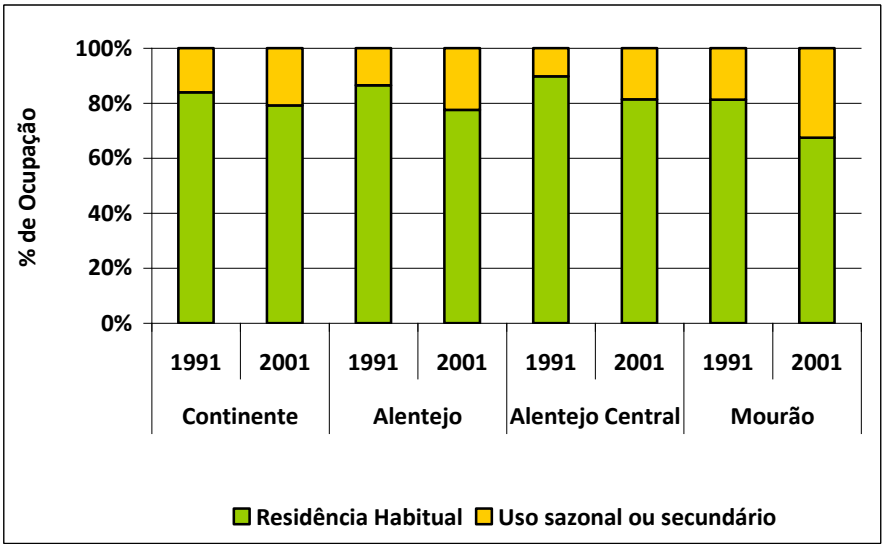


Fonte: INE.

Importa aqui analisar também o tipo de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, isto é, se são residências habituais ou residências secundárias ou sazonais. O Gráfico 33 evidencia que em Mourão, no período entre 1991 e 2001, ocorreu um aumento de 101 % dos alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário (em termos absolutos representa 259 alojamentos).

Esse aumento correspondeu a 16% do total de alojamentos familiares ocupados no Concelho, sendo muito superior à média das regiões do Alentejo (14%), Alentejo Central (10%) e Portugal Continental (12%). Relativamente aos alojamentos familiares com residência habitual, registou-se uma variação negativa na ordem dos 4%, correspondendo em termos absolutos a 42 alojamentos.

Gráfico 33. Distribuição (%) de alojamentos familiares segundo a sua ocupação, nas NUTS I, II e III e no Concelho de Mourão, entre 1991 e 2001.



Fonte: INE.

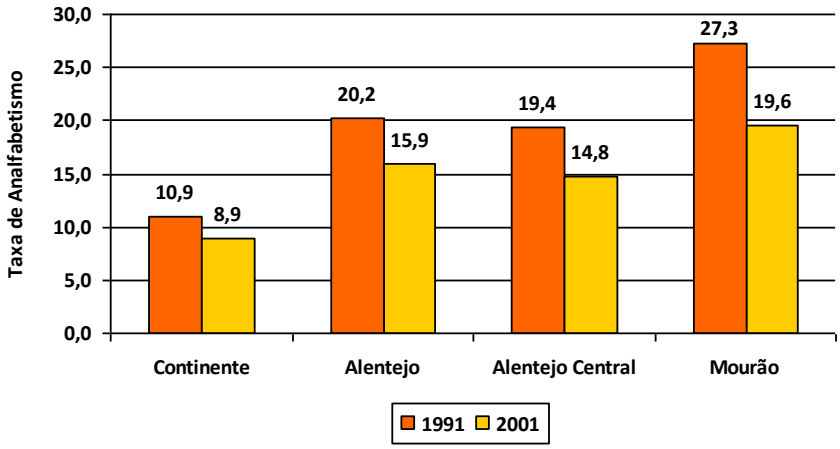
Salienta-se aqui também a indisponibilidade de dados correspondentes à evolução do tipo de ocupação (residência habitual ou de uso sazonal/secundário) para o período de 2001 a 2008.

3.2.4 Educação

A educação no concelho de Mourão engloba os níveis de educação pré-escolar e básico, sendo o ensino secundário frequentado nos concelhos vizinhos. A freguesia de Mourão tem uma Escola Básica Integrada (1º, 2º e 3º ciclos) e um Jardim-de-Infância, e ambas as freguesias da Luz e Granja têm uma Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-Infância.

De modo a se proceder à análise do estado da educação no município considerou-se a evolução da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2001, assim como a evolução da distribuição da população por nível de ensino, no mesmo período.

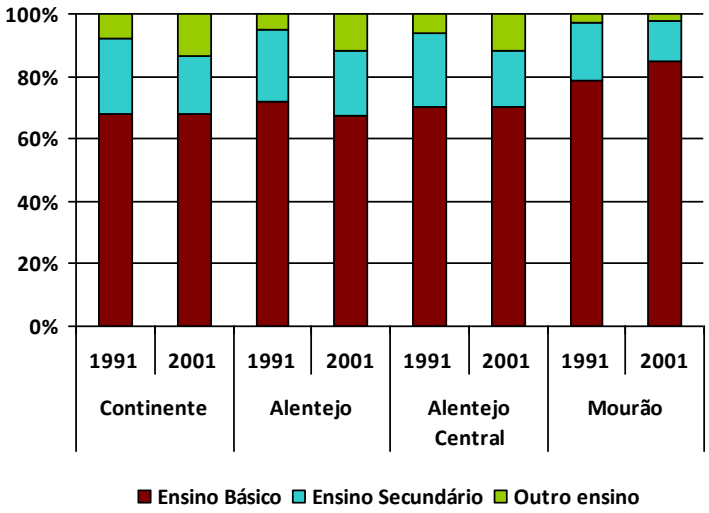
Gráfico 34. Evolução da taxa de analfabetismo nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001.



Fonte: INE.

Da análise feita ao Gráfico 34, constata-se que, em termos globais, houve uma redução da taxa de analfabetismo, traduzindo um resultado positivo para a literacia em Portugal. Mourão, em concreto, registou um decréscimo de analfabetismo em 28% continuando, no entanto, a apresentar em 2001 piores resultados que as unidades territoriais consideradas. No mesmo ano, Mourão apresentava ainda 564 analfabetos com 10 ou mais anos de idade, num total de 3230 residentes, ou seja, cerca de 17,5 % da população residente.

Gráfico 35. Evolução do nível do ensino, nas NUTS I, II e III e no concelho de Mourão, entre 1991 e 2001.

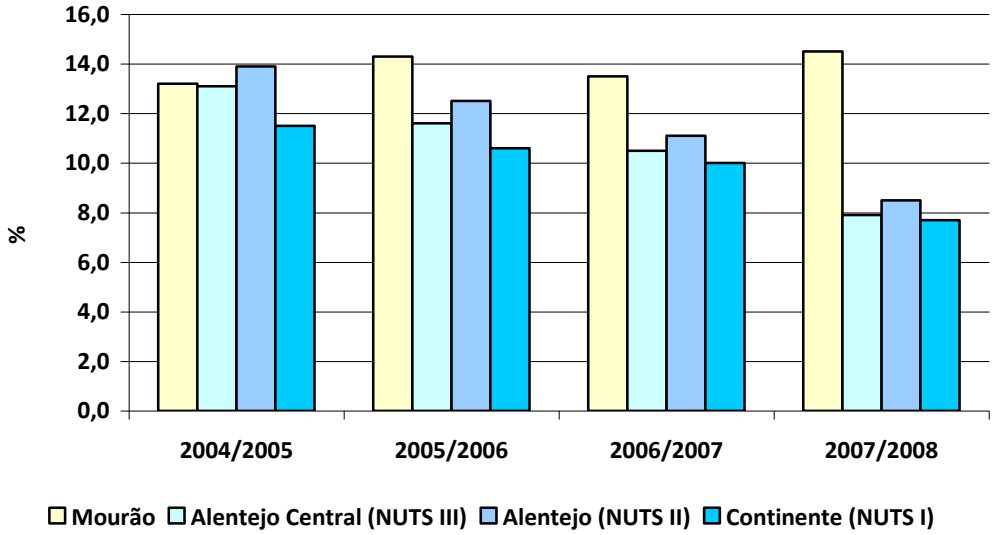


Fonte: INE

De acordo com o Gráfico 35, a percentagem de população com o nível de ensino básico, em Mourão, no espaço de uma década, aumentou 17 %, ao passo que o número de habitantes com o ensino secundário decresceu 20 %. Em contrapartida, nas unidades territoriais Alentejo e Alentejo Central e em Portugal Continental, a população com outros tipos de ensino (bacharelato, licenciatura, etc.) registou um acréscimo notável, não sendo este o caso de Mourão que registou um decréscimo de 25%. Há que ter em atenção, no entanto, que neste período a população de residentes de Mourão decresceu, resultante da emigração para outros concelhos ou para o estrangeiro.

De igual modo, a taxa de retenção e desistência de alunos no ensino básico (Gráfico 36) em Mourão, tem sido pouco satisfatória, nos últimos anos, registando valores sempre acima dos 12,0 %, ao contrário das NUTS I, II e III que no mesmo período registaram um decréscimo gradual.

Gráfico 36. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nas NUTS I, II, III e no concelho de mourão, por ano lectivo.

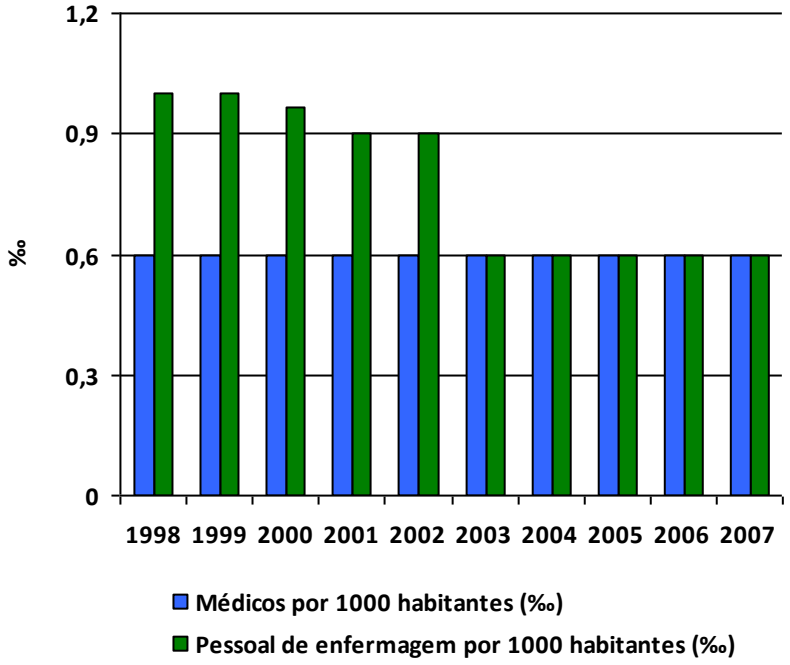


Fonte: INE

3.2.5 Saúde

O acesso a cuidados de saúde é um direito que deve ser consagrado a todos os cidadãos, para além de ser fundamental para o desenvolvimento e atractividade de uma localidade, de um município ou de uma região. De acordo com os dados mais recentes, em 2010, o Pessoal ao serviço no Centro de Saúde de Mourão é constituído por dois médicos e quatro enfermeiros ao serviço no concelho, pelo que todos os utentes têm, presentemente, um médico de família atribuído.

Gráfico 37. Pessoal ao serviço da saúde por 1000 habitantes, no Concelho de Mourão, entre 1998 e 2007.



Fonte: INE

De acordo com a análise do Gráfico 37, conclui-se que a evolução do pessoal de enfermagem, por 1000 habitantes, sofreu um decréscimo de 40 %, entre 1998 e 2003, ao passo que o n.º de médicos, por 1000 habitantes, se manteve estável no mesmo período, prolongando-se até 2007. Para qualquer um destes serviços, os valores referentes ao concelho de Mourão são inferiores aos das unidades territoriais do Alentejo e Alentejo Central.

O Centro de Saúde de Mourão até há pouco tempo, encontrava-se na freguesia de Mourão, num edifício antigo que não tinha sido criado de raiz para oferecer este tipo de serviço, apresentando duas extensões, distribuídas pelas outras duas freguesias. Dada a premência de se criarem novas infra-estruturas que oferecessem melhores condições aos utentes mouranenses, foi construído de raiz um novo Centro de Saúde que entrou recentemente em funcionamento. Esta infra-estrutura, bem como os novos equipamentos adquiridos, potencia o modelo de funcionamento da Unidade de Saúde Familiar Remo, em actividade desde Outubro de 2009, e da futura Unidade de Cuidados na Comunidade, permitindo a organização do espaço e do atendimento dos utentes, e facilitando a ligação e articulação entre estas duas unidades funcionais (Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP, 2008).

A extensão que se localiza na freguesia da Luz, apresenta boas condições em termos de infra-estruturas já que se trata de um equipamento recente, construído no âmbito do Empreendimento

de Fins Múltiplos do Alqueva, responsável pela construção da Aldeia da Luz. A extensão de Granja necessita, por seu lado, de algumas melhorias e arranjos.

Fotografia 4. Novo Centro de Saúde do concelho de Mourão.

O Centro de Saúde e as suas duas extensões asseguram os serviços de medicina geral e familiar/clínica geral, planeamento familiar, saúde infantil e juvenil/pediatria, saúde materna/obstetrícia e cuidados continuados, resultando num média de 2,9 consultas por habitante/ano. No que respeita a equipamentos complementares de saúde, o concelho tem uma farmácia e um posto farmacêutico móvel.

Uma vez que o Centro de Saúde não possui unidade de internamento nem de atendimento permanente (S.A.P), os utentes têm de se dirigir ao Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz (cerca de 20 km) a partir das 17h30, e ao Hospital Distrital de Évora (cerca de 61 km), a partir das 22 h (Diagnóstico Social de Mourão, 2007).

Apesar do recente investimento em infra-estruturas básicas de saúde, esta área continua a evidenciar alguma carência de serviços e de recursos humanos qualificados, revelando-se essencial apostar numa melhoria contínua, nomeadamente pelo facto do Concelho apresentar uma população envelhecida com fracos recursos económicos e uma rede de transportes praticamente inexistente. Esta medida constitui uma das prioridades básicas do desenvolvimento sustentável do município.

3.2.6. Acção Social

O acompanhamento da evolução da proporção da população residente que usufrui de subsídios de desemprego ou rendimento social de inserção revela-se de extrema importância, uma vez que

nos permite avaliar o peso que este grupo exerce sobre as despesas no âmbito da acção social e conhecer o número de indivíduos com carências sociais.

Relativamente à população que usufrui de subsídios de desemprego, o concelho de Mourão tem apresentado valores bastante superiores aos verificados nas unidades territoriais, ao longo dos anos. Em 2008, 7,2 % da população mouranense beneficiava de subsídio de desemprego (Quadro 17.).

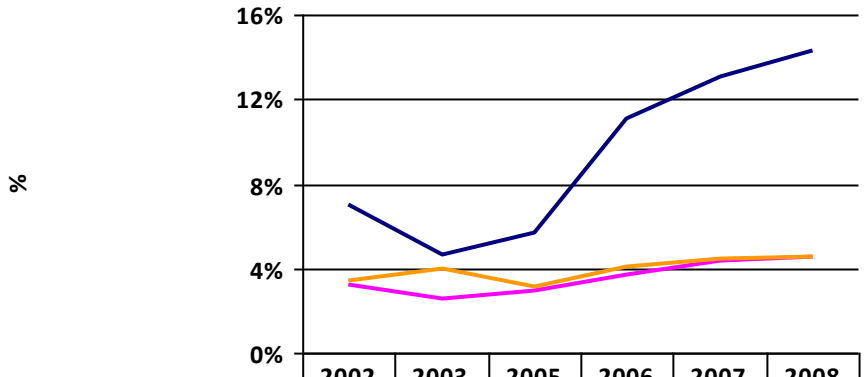
Quadro 177. Percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho de Mourão, Alentejo Central e Alentejo, em 2008.

Zona Geográfica	%beneficiários de subs. de desemprego
Mourão	7,2 %
Alentejo Central	5,1 %
Alentejo	5,2 %

Fonte: INE.

O rendimento social de inserção (RSI) consiste na prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação dos suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (INE, 2008). Em 2008, os beneficiários de RSI representavam 14 % da população total de Mourão, totalizando 485 indivíduos, sendo o escalão etário entre os 0 e os 25 anos o que incluía maior número de beneficiários. Os agregados familiares correspondentes apresentam défices ao nível das competências da empregabilidade, dificultando a sua inserção no mercado de trabalho, para além de apresentarem dificuldades ao nível da gestão da sua própria economia doméstica (Diagnóstico Social de Mourão, 2007).

Gráfico 38. Percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção no município de Mourão e nas NUTS II e III, de 2002 a 2008.



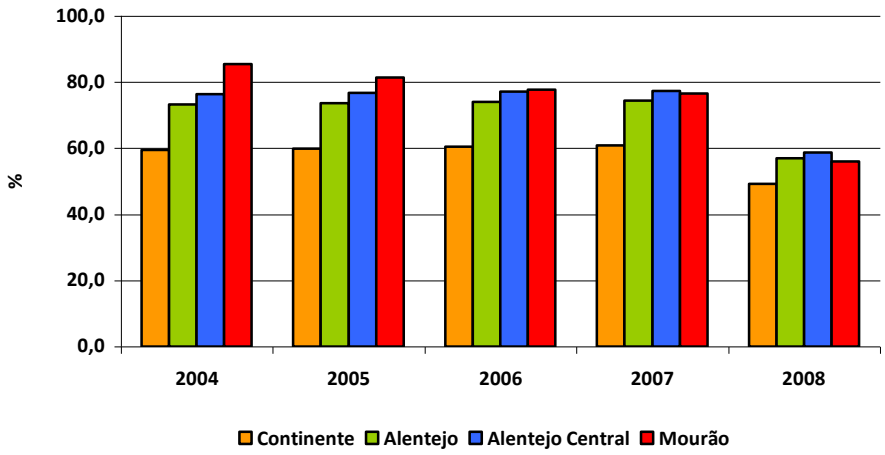
	2002	2003	2005	2006	2007	2008
Mourão	7%	5%	6%	11%	13%	14%
Alentejo Central	3%	3%	3%	4%	4%	5%
Alentejo	3%	4%	3%	4%	4%	5%

Fonte: INE

Pela observação do Gráfico 38, verifica-se que o concelho de Mourão tem assinalado um valor de beneficiários de RSI constantemente superior ao das unidades administrativas, sendo notória a tendência de crescimento progressivo de beneficiários, desde 2003.

Outro indicador integrado na Acção Social, e que constitui o reflexo da variação demográfica, diz respeito à dependência de determinados grupos etários perante a população activa. No que se refere ao índice de dependência total (Jovens+Idosos), o município de Mourão apesar de ter apresentado, em termos gerais, valores mais elevados que nas unidades territoriais e Portugal Continental, tem registado também valores continuamente mais baixos, ao longo dos últimos anos (Gráfico 39).

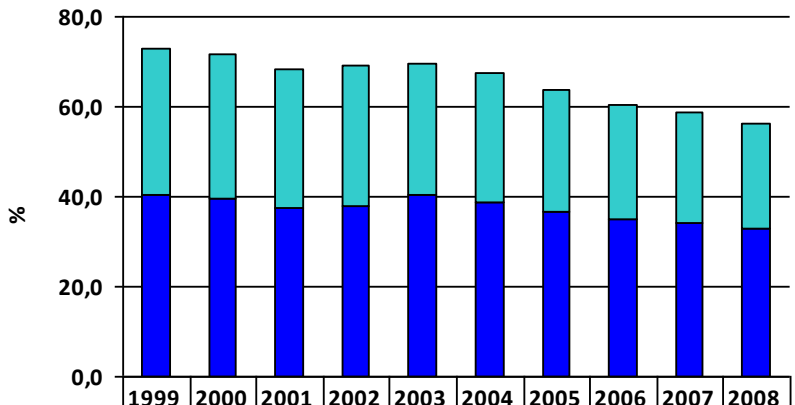
Gráfico 39. Índice de dependência total no concelho de Mourão e nas NUTS I, II e III, de 2004 a 2008.



Fonte: INE

Através de uma análise mais pormenorizada (Gráfico 40), estes valores explicam-se pela tendência, também ela decrescente, que ambos os índices de dependência de jovens e de idosos têm registado.

Gráfico 40. Relação entre ao Índice de dependência de jovens e o índice de dependência de idosos, no concelho de Mourão, entre 1999 e 2008.



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de Dependência de Jovens	32,6	32,0	31,0	31,1	29,1	28,6	27,2	25,5	24,7	23,2
Índice de Dependência de Idosos	40,3	39,8	37,4	37,9	40,6	38,9	36,7	34,8	34,0	32,9

Fonte: INE

Por sua vez, estas variações poderão advir de factores como a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade em população idosa, entre outros.

No que diz respeito à terceira idade, existem no concelho de Mourão três Instituições Particulares de Solidariedade Social:

- A Associação de Protecção Social à População da Granja, com apoio domiciliário e Centro de Dia
- A Associação de Protecção Social à População da Luz, com apoio domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos
- A Santa Casa da Misericórdia de Mourão, com apoio domiciliário, Centro de Dia e Lar de Idosos de "Nossa Senhora das Candeias"

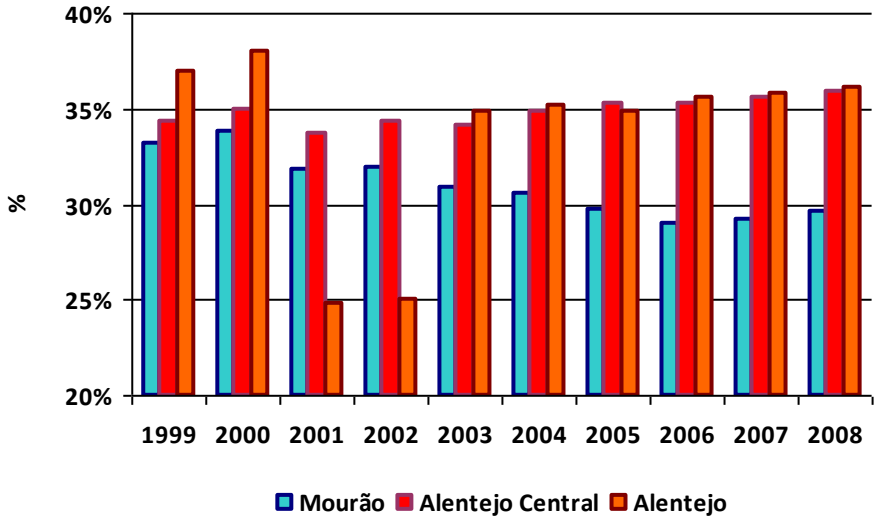
Apesar de, actualmente, a taxa de cobertura de resposta destas valências sociais ser superior à distrital, o Lar encontra-se sobrelotado e manifesta uma infra-estrutura física desadequada aos normativos vigentes.

A Associação de Desenvolvimento de Mourão, ADEREM, para além de apoiar também esta área social, presta ainda assistência ao nível da higiene habitacional, higiene pessoal, banco de medicamentos, situações de emergência e um Gabinete de Apoio à Mobilidade. Os utentes que reúnem as condições necessárias para acederem ao Banco de medicamentos, têm um cartão com uma vinheta que comparticipa os seus medicamentos, representando uma ajuda essencial, nomeadamente para os idosos que recebem a pensão mínima do Regime Geral da Segurança Social (Diagnóstico Social de Mourão, 2007).

A proporção de população residente pensionista[6] no concelho de Mourão tem vindo também a diminuir representando em 2008 30% da população residente, percentagem inferior aos das regiões Alentejo e Alentejo Central (Gráfico 41).

Gráfico 41. Evolução da percentagem de pensionistas no concelho de Mourão, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central, entre 1999 e 2008.

[6] Pensão por invalidez, velhice e sobrevivência



Fonte: INE

Segundo o INE, em 2008, 63 % dos pensionistas de Mourão tinham pensões por velhice, ao passo que os pensionistas por invalidez e sobrevivência, correspondiam a 10 % e 26 % do total de pensionistas, respectivamente. Os pensionistas por sobrevivência representavam cerca de 8 % da população total do município, valor muito elevado que retrata um panorama sócio-económico débil e carente de soluções adequadas e imediatas.

O concelho de Mourão debate-se também com a inexistência de respostas e equipamentos de apoio à infância dos 0 aos 3 anos, existindo creches apenas para crianças com mais de 3 anos, com o pré-escolar da rede pública, nos Jardins-de-infância do concelho (Mourão, Granja e Luz).

Em termos de intervenção social, face à situação social desfavorável em que Mourão se encontra, o município dispõe ainda de vários apoios:

- Projecto de Intervenção Precoce em parceria com o concelho de Reguengos de Monsaraz – Núcleo de Mourão (PIPREM) que, desde 2004, constitui uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social;
- Três Associações de Jovens, uma em cada freguesia: a “Entretenga” Associação de Jovens de Mourão, a Associação de Jovens “Campos de Lousa” na Luz e a Granjovem - Associação de Jovens da Granja;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mourão;

- Programa Rede Social;
- Programa Ocupação de Tempos Livres – OTL;
- Voluntariado Jovem para as Florestas;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão

Devido ao seu posicionamento geográfico, com os problemas que a interioridade oferece, também se tem verificado uma desaceleração do empreendedorismo em Mourão, reflectindo-se num aumento do desemprego. Esta situação origina nas famílias uma escassez de recursos para fazer face às suas necessidades básicas e outras, aumentando os níveis de pobreza e de exclusão social, o que faz com que os elementos desta população sejam cada vez menos participativos e dinâmicos. Torna-se assim urgente criar medidas que comecem a inverter toda esta tendência estrutural (Diagnóstico Social de Mourão, 2007).

3.3 Recursos Económicos

Os recursos económicos constituem factores fundamentais de suporte ao desenvolvimento do concelho, uma vez que, conjuntamente com o capital humano, deixam marcas no território. Serão assim analisados os recursos tecido empresarial, a agricultura e pecuária, bem como a componente turística, que exercem pressões de variadas ordens sobre os recursos ambientais, sociais e culturais.

3.3.1 Tecido Empresarial

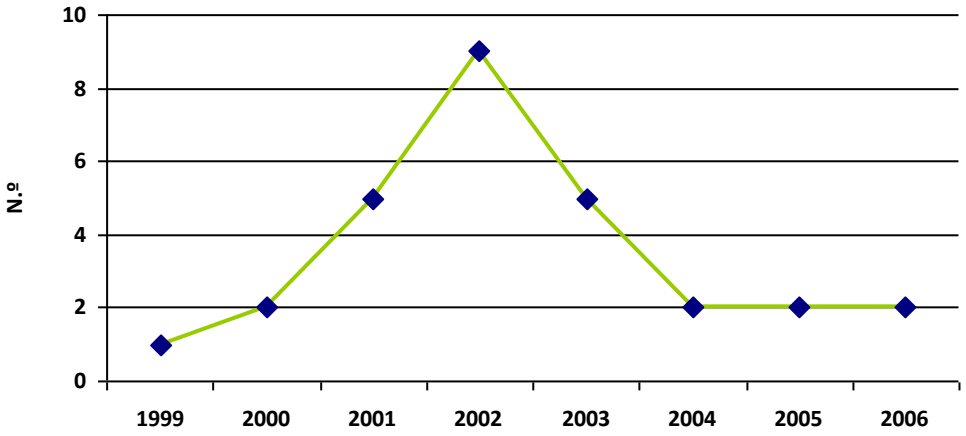
O sector empresarial é um indicador fundamental das capacidades económicas de uma dada região. A sua diversidade permite ampliar o potencial gerador de recursos económicos e, simultaneamente, a fixação de pessoas, aumentando a qualidade de vida da população residente.

Actualmente, tem-se verificado uma tendência de desaceleração do empreendedorismo em Portugal. À sua semelhança, Mourão tem apresentado também uma conjuntura económico-social preocupante, deteriorada pelo facto de ser um concelho rural situado no interior do País onde, apesar da rede de acessibilidades apresentar estradas em boas condições, a cobertura dos transportes públicos é muito precária, agravando as condições do tecido empresarial, de si já frágil e caracterizado por um número de empresas de pequena dimensão.

A dinâmica empresarial constitui um factor importante na avaliação da situação económica local e, para tal, é essencial ter em conta a constituição de novas sociedades. Apesar de ser ter

registado um incremento de novas sociedades constituídas no município, no período que decorreu entre 1999 e 2002, este número tem vindo a sofrer um decréscimo a partir desta data (Gráfico 42). Em 2006, Mourão representava apenas 0,7 % de novas sociedades constituídas no Alentejo Central, indicando um fraco contributo para a região.

Gráfico 42. Evolução do número de sociedades constituídas no município de Mourão, entre 1999 e 2006.

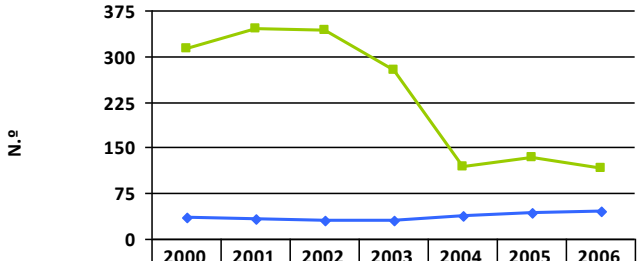


Fonte: INE

No que respeita às sociedades dissolvidas, em 2005, o Concelho apresentava uma taxa de dissolução de 5,5 %, valor superior à da média nacional, de 4,4 %, e à das regiões do Alentejo e Alentejo Central, com percentagens na ordem dos 4,5 % e 4,3 %, respectivamente.

Relativamente ao número de sociedades com sede em Mourão, verificou-se um aumento de 59 %, no período que decorreu entre 2003 e 2006, correspondendo em termos quantitativos ao aumento de 19 sociedades. No mesmo período o número de pessoal ao seu serviço registou, pelo contrário, um decréscimo acentuado de 66 % (161 trabalhadores, em termos quantitativos), entre 2001 e 2004, mantendo-se até 2006 com valores inferiores a 150 trabalhadores (Gráfico 43).

Gráfico 43. Evolução do número de sociedades com sede no concelho de Mourão e respectivo pessoal ao serviço, entre 2000 e 2006.



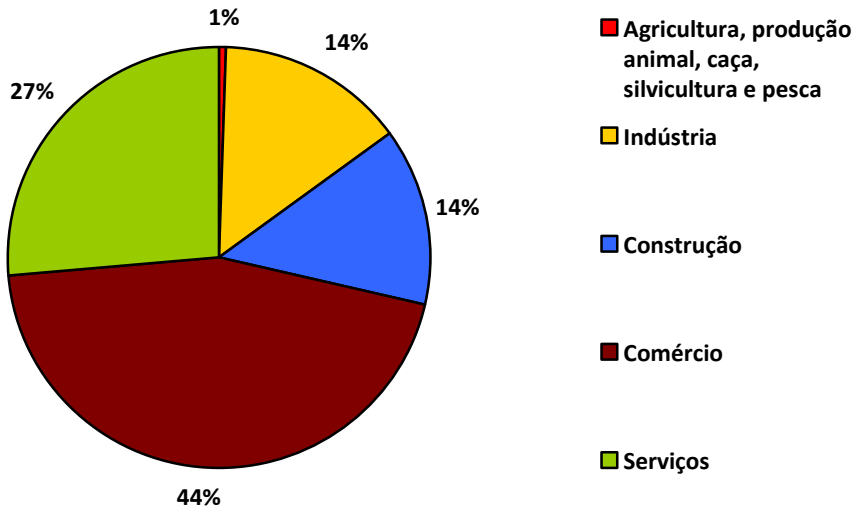
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Sociedades com sede em Mourão	34	33	31	29	39	44	46
Pessoal ao serviço nas sociedades com sede em Mourão	313	346	342	278	119	133	117

Fonte: INE

Apesar do cenário parecer animador, no período que decorreu entre 2006 e 2008, registou-se uma queda no número de sociedades com sede em Mourão na ordem dos 33 %, correspondente, em termos quantitativos, a 15 sociedades.

As empresas sediadas no concelho de Mourão distribuem-se pelas seguintes actividades económicas: serviços, agricultura, indústria e pequeno comércio. A actividade com maior representatividade é o comércio (44 %), seguido pelos serviços (27%), indústria e construção (14 %), e por fim pela agricultura/pecuária a representar penas 1 % do bolo total (Gráfico 44).

Gráfico 44. Representação das actividades económicas presentes no município de Mourão, em 2007.



Fonte: INE

Em 2008, a densidade de empresas por concelho, era de 0,6 empresas/km^2 em Mourão, valor muito baixo e inferior ao verificado nas unidades territoriais do Alentejo Central (2,3) e Alentejo (2,2) e bastante mais reduzido que em Portugal Continental (11,9). Esta situação aliada à elevada taxa de desemprego e à crescente percentagem de beneficiários de programas de apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional criam um panorama bastante preocupante. Este deve ser, pois, considerado como um alerta para a necessidade básica de se criarem estruturas e incentivos facilitadores da fixação de potenciais investidores privados, de forma a permitir a dinamização do tecido empresarial. Neste sentido, Mourão pretende qualificar e promover uma rede empresarial e turística interactiva (RETI) até 2010, envolvendo as empresas numa dinâmica de trabalho conjunto, beneficiando de uma imagem de marca de inovação e de abertura ao mercado (Plano de Desenvolvimento Social de Mourão, 2008).

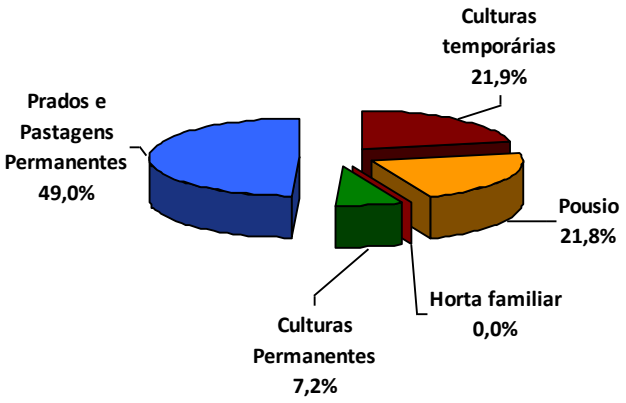
3.3.2 Agricultura, pecuária e floresta

Em plena Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos, os espaços florestais, com elevada representatividade, são dominados por povoamentos de azinho, com utilização agrícola do sob-coberto. Esta zona caracteriza-se pela aridez do clima que conjugada com a pobreza do solo, conduz ao predomínio de sistemas cerealíferos muito extensivos, com a aveia como cereal principal, salvo nos melhores traços de terra em que o trigo, embora com reduzidos rendimentos unitários, mantém a primazia da rotação. A pecuária assenta basicamente nos pequenos ruminantes e na bovinicultura em extensivo.

Os sistemas arbóreo-arbustivos têm nesta zona grande relevo quantitativo e qualitativo, e são expressos por áreas importantes de olivais, de condução mais ou menos intensiva, com elevado interesse de expansão (PROT, 2002).

Neste momento está em fase de execução o Recenseamento Agrícola de 2009, a cargo do Instituto Nacional de Estatística, pelo que os dados mais recentes disponibilizados respeitam ao ano de 1999. A superfície agrícola utilizada em Mourão é cerca de 27 484 ha e em 1999 encontrava-se ocupada de acordo com o disposto no Gráfico 45.

Gráfico 45. Percentagem das diferentes ocupações da superfície agrícola utilizada em 1999, no concelho de Mourão.



Fonte: INE, 1999.

A área média de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração em Mourão (74 ha) é superior à média do Alentejo (54 ha) ocupando os prados e pastagens permanentes quase metade (49%) desta superfície, seguidos pelo pousio e pelas culturas temporárias, ambos com cerca de 22% (INE). As principais culturas temporárias e permanentes são os cereais para grão (62%) e o olival (89%), respectivamente. No período de 1989 a 1999, a SAU registou um acréscimo de 14,8% (23. 949 ha em 1989) reflectindo-se num crescimento significativo do território ocupado com prados e pastagens permanentes (apenas 9,7 % em 1989), em detrimento do decréscimo de 18% das terras aráveis (culturas temporárias, pousio e hortas familiares) e de 36,4 % das culturas permanentes. Esta situação provocou uma considerável extensificação do sistema produtivo, essencialmente de sequeiro (apenas 3-5% da SAU é irrigável).

Produção cerealífera

Mourão, como a generalidade do Alentejo, sofreu os efeitos da especialização produtiva, iniciada há várias décadas, baseada na cultura cerealífera (trigo) extensiva que fez recuar os sistemas agro-florestais tradicionais mais adaptados às características dos solos e do clima da região, como o montado de azinho (ADEREM, CM Mourão, Rota do Guadiana e Arraiana, 1998).

As explorações agrícolas especializadas na produção cerealífera de sequeiro, ou combinando os cereais com outras culturas anuais, têm assim grande importância, em termos de ocupação de SAU, nas subáreas da ZPE referida anteriormente, nomeadamente na de Mourão/Norte (47% da SAU), ocupando uma posição intermédia na de Mourão/Sul e Moura (21% da SAU).

A especialização de cereais apenas se expandiu, em termos de ocupação de SAU, na subárea de Mourão/Norte, onde se verificou um aumento de 25% relativamente à SAU regional total em 1989 – ganho este que foi obtido à custa de uma idêntica redução da SAU ocupada por explorações com gado. Na subárea Mourão/Sul e Moura, este tipo de especialização está estável ou em ligeiro declínio.

Olivicultura

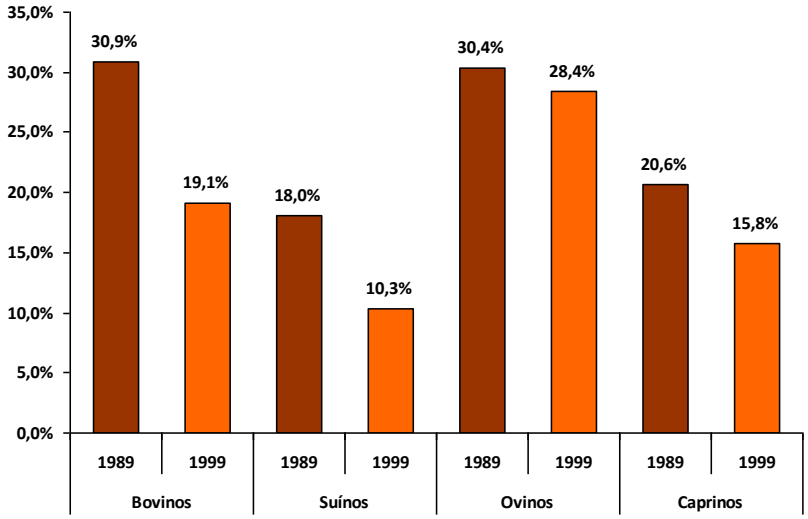
As explorações especializadas em olivicultura e as que combinam o olival com outras culturas permanentes têm um peso intermédio em Mourão/Norte e Mourão/sul e Moura (14-15%). Este tipo de especialização das explorações agrícolas tem tido uma expansão considerável na subárea de Mourão/Sul e Moura, onde se verificou um aumento de 5% relativamente à SAU regional total em 1989 (Fotografia 5). O mesmo não sucedeu em Mourão/Norte, onde este tipo de especialização das explorações estabilizou ou mesmo declinou (Instituto Superior de Agronomia, 2006).

Fotografia 5. Presença de Oliveiras em Mourão.

Produção animal

Em relação às explorações com produção animal (Gráfico 46), verificou-se um decréscimo geral dos vários tipos de exploração, no espaço de uma década (1989 a 1999), à excepção da produção de ovinos que teve uma redução muito ligeira, apresentando os valores de efectivos animais mais elevado em 1999 (28,4 %).

Gráfico 46. Proporção de efectivos animais existentes no concelho de Mourão, em 1989 e 1999.



Fonte: INE, 1989 e 1999.

Actualmente, trata-se, quase exclusivamente, de produção extensiva em pastoreio, uma vez que a produção suinícola se enquadra nessa categoria e ocupam cerca de 60% da SAU em Mourão/sul e Moura e 34% em Mourão/norte.

No que se refere às explorações especializadas em pecuária extensiva (incluindo suínos), estas ocupam 39% da SAU em Mourão/sul e Moura, e 18-19% em Mourão/norte. Nestas, predominam as que combinam diversas espécies de ruminantes (bovinos e ovinos), com 12 a 15% da SAU. De modo geral, existe uma expansão da especialização em pecuária extensiva que representa 9 a 16% da SAU total inicial de cada subárea referida. Actualmente, a especialização bovinos apresenta uma significativa tendência crescente, que é ultrapassada, no entanto, pela especialização suínos em Mourão/sul e Moura. A especialização em ovinos apresenta uma tendência de estabilização ou ligeiro declínio.

Nas explorações com produções animais extensivas mas não especializadas em produções animais, predomina a combinação gado x cereais (10-20% da SAU). Verifica-se uma relativa estabilização em Mourão/sul e Moura, ao passo que em Mourão/norte, a área ocupada por este tipo de explorações sofreu um enorme declínio (37% relativamente à SAU total inicial), em favor da especialização cereais (perda do gado) mas também da especialização pecuária (por perda da produção de cereais).

Assim, relativamente à dinâmica do padrão de especialização, verifica-se em Mourão/Norte uma notável expansão da especialização em cereais de sequeiro e uma expansão, embora menor, da

especialização em pecuária extensiva, à custa de uma grande regressão da SAU anteriormente ocupada por explorações mistas gado x cereais.

No que se refere a Mourão/Sul e Moura, é notória a expansão do peso territorial das explorações de pecuária extensiva, sobretudo das especializadas em suínos e em bovinos, acompanhada de uma regressão sensível das especializadas em cerealicultura extensiva de sequeiro (Instituto Superior de Agronomia, 2006).

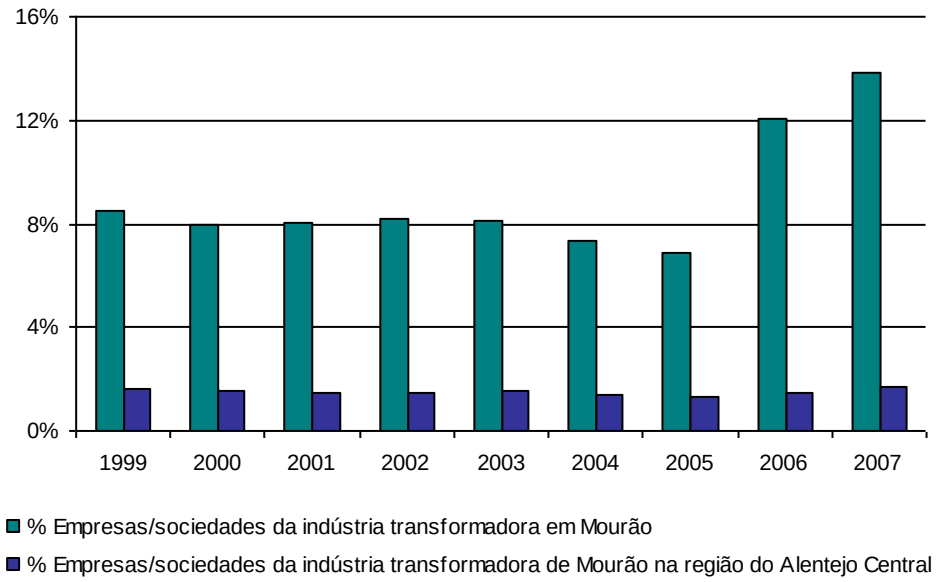
Indústria de papel

Em Mourão, a laboração da unidade fabril da Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, S.A., anteriormente localizada na margem esquerda do rio Guadiana, aproximadamente à cota 135 m, foi desactivada em Abril de 2001, na sequência da construção da Barragem do Alqueva. Nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 364/99, de 17 de Setembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 19/2003 de 3 de Fevereiro de 2003, estabeleceu a obrigação de instalar uma nova unidade industrial, com o objectivo de reabsorver os trabalhadores da antiga fábrica e potenciar o desenvolvimento económico local e regional. Em resposta ao estabelecido, a Gescartão S.G.P.S. constituiu a Sulpac – Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S.A., instalada na Zona Industrial de Mourão, com actividade iniciada em 2003 (Gescartão, 2003). No entanto, esta infra-estrutura nunca chegou a satisfazer o seu propósito, tendo empregado, em termos aproximados, cerca de 4 trabalhadores mouranenses, ficando muito aquém do esperado inicialmente. Esta unidade fabril acabou por encerrar a 31 de Março do presente ano.

3.3.3 Indústria Transformadora

A actividade industrial no concelho de Mourão assenta, principalmente, na indústria transformadora, facto reflectido pelo número de empresas/sociedades bem como do pessoal ao serviço das mesmas. Pela observação do Gráfico 47, verifica-se que, a partir de 2005, a representatividade da indústria transformadora sediada no Concelho quase duplicou. Este facto não significa, no entanto, que esta actividade tenha crescido nos últimos anos mas que, pelo contrário, outras actividades sediadas no município tenham sido dissolvidas.

Gráfico 47. Representatividade local e regional das empresas e sociedades da indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, entre 1999 e 2007.



Fonte: INE.

A indústria transformadora com sede em Mourão é diversificada (Quadro 18), tendo como actividade principal a alimentar (28%), seguida da metalúrgica de base e produtos metálicos (16%) e das indústrias de madeira/cortiça e de outros produtos minerais não metálicos (ambas com 12%).

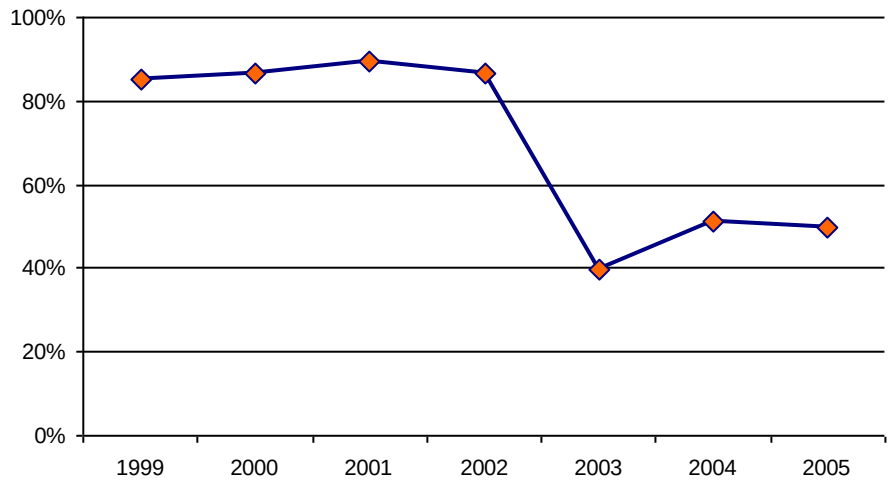
Quadro 18. Representatividade de cada tipo de indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, em 2007.

Indústria Transformadora – CAE REV. 2.1	Representatividade (%)
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	28%
Indústria Têxtil	8%
Indústria do couro e dos produtos do couro	4%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	12%
Indústrias da pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	4%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	8%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	12%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	16%
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	4%
Indústrias transformadoras, n.e.	4%

Fonte: INE.

No que respeita ao pessoal empregado na indústria transformadora constatou-se que a partir do ano 2002 houve um decréscimo acentuado de cerca de 76 % dos postos de trabalho nesta actividade, passando a representar, em 2005, cerca de 50% do pessoal empregado localmente por empresas sediadas em Mourão, quando em 2001 chegou a representar 89% (Gráfico 48).

Gráfico 48. Representatividade local do pessoal ao serviço nas empresas e sociedades da indústria transformadora com sede no Concelho de Mourão, entre 1999 e 2005.



Fonte: INE.

Efectivamente, neste intervalo de tempo, o Concelho assistiu ao encerramento da Portucel Recicla que, para além de ser um dos maiores empregadores do concelho (empregava mais de 100 trabalhadores), o índice salarial era também dos mais elevados (Diagnóstico Social de Mourão, 2007). A Sulpac, com actividade iniciada em 2003, cujo objectivo era o de colmatar alguns dos problemas sociais e económicos gerados por este encerramento, apresentou valores de empregabilidade muito inferiores aos verificados no período anterior, tendo encerrado a Março deste ano.

3.3.4 Turismo

O turismo representa um dos sectores mais importantes da actividade económica, sendo um impulsionador essencial da economia local e regional, estimulando não só o aumento de postos de trabalho, mas também a valorização do património natural e cultural, resultando numa melhoria significativa da qualidade de vida das populações locais.

Actualmente Mourão já tem alguma oferta de alojamento de qualidade, representado por quatro unidades de alojamento turístico: o Solar de S. Bento, a Casa Esquível, o “Monte do Colmeal”- Turismo em Espaço Rural, Lda e o "Monte do Caneiro”- Turismo em Espaço Rural (Câmara

Municipal de Mourão, 2010). É também um Concelho com restaurantes de boa qualidade que permitem aos visitantes e turistas apreciar a gastronomia local (Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004).

Em termos de produtos regionais, actualmente, as culturas com maior tradição e prestígio no concelho são a vinha (uva de mesa) e o olival (azeite e azeitona). Existe, para a vinha uma zona IPR (indicação de proveniência regulamentada), a zona vitivinícola da Granja, que abrange as freguesias de Mourão, Granja e ainda parte da freguesia da Luz. No domínio dos produtos com denominação de origem (património etnográfico), Mourão está incluído nas zonas do Queijo de Évora, Carne de Bovino da Raça Alentejana, Carne de Bovino da Raça Mertolenga, Mel do Alentejo e Azeite de Moura (ADEREM, 1998). Mourão pertence ainda à rede de produtos agro-alimentares com nome protegido, a Rota dos Sabores, criada no sentido de agregar produtores que promovam e incentivem a comercialização dos recursos endógenos de elevada qualidade e identidade cultural (AMDE, 2008).

Em Mourão, o património monumental é muito significativo e importante, na medida em que constitui um dos principais encantos turísticos do município (Quadro 19).

Quadro 19. Atracções turísticas presentes no concelho de Mourão, distribuídas pelas respectivas freguesias.

Freguesias	Principais Atracções Turísticas
Mourão	**Património Edificado:** Castelo de Mourão (ex-líbris do concelho; considerado imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 41 191, publicado em 18 de Julho de 1957) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias Igreja de São Francisco Igreja da Misericórdia Ermida de Nossa Senhora dos Remédios Ermida de São Bento Ermida de S. Pedro dos Olivais Paços do Concelho Praça da República Paços do Senhor Jardim Municipal Casario de Interesse Artístico na Vila Chaminés mouriscas **Animações:** Feiras anuais (24/25 de Maio) Festa de Nossa Sr.ª das Candeias (feriado municipal) Romaria de S. Pedro dos Olivais (2.ª feira de Páscoa) Festa da Sr.ª do Alcance Procissão da Sr.ª da Conceição (8 de Dezembro) Procissão de S. Sebastião (um fim-de-semana em Setembro)´ Procissão dos Passos (Domingo de Ramos) Procissão do Enterro do Senhor (Sexta-feira Santa)

Freguesias	Principais Atracções Turísticas
	Procissão Santa Cruz (2 e 3 de Maio)
Granja	**Património Edificado:** Igreja de São Brás / Igreja Matriz da Granja **Animações:** Festa de S. Sebastião (17 de Setembro) Festa de S. Brás (1.º fim-de-semana de Fevereiro)
Luz	**Património Edificado:** Igreja de Nossa Senhora da Luz Museu da Luz Lavadouro público **Animações:** Festa de Nossa Sr.ª da Luz (1.º domingo de Setembro) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Junho) Semana Cultural

Fonte: Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004.

Figura 9. Património edificado no concelho de Mourão.

1

2

5

3

4

Infra-estruturas:

1 – Vista interior do Castelo de Mourão

2 – Capela da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco e Igreja da Misericórdia de Mourão

3 – Nova Aldeia da Luz

4 – Igreja de S. Brás - Granja

5 – Igreja de Nossa Senhora da Luz

Para além dos recursos patrimoniais e culturais existem ainda os vastos recursos naturais e paisagísticos que constituem também uma forte atracção turística pela sua riqueza e beleza inerentes, nomeadamente os montados de azinho, os campos de cultivo, ocupados essencialmente por olivais e vinhas, e a actual albufeira do Alqueva que permite promover actividades de diferentes naturezas. Aqui, a Estação Biológica do Garducho tem um papel fundamental, uma vez que faculta a proximidade entre a população local/turista e a biodiversidade da região, promovendo um espaço de educação e sensibilização ambiental, tão importantes para a conservação da natureza.

Fotografia 6. Património Natural no concelho de Mourão.

O vasto património cinegético onde se pode incluir a caça (perdiz, codorniz, coelho, lebre, entre outros) permite ainda aos turistas fixarem-se no concelho na época venatória, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e social do município (Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004).

Albufeira do Alqueva

A Albufeira do Alqueva veio potenciar o desenvolvimento do turismo e, consequentemente, o desenvolvimento da região. Os primeiros estudos sobre o Plano de Rega do Alentejo, actualmente denominado pela Barragem de Alqueva, tiveram início no ano 1955, tendo sido criada em 1995 a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. A barragem situa-se no rio Guadiana e estende-se da Ponte da Ajuda (Elvas) até aos arredores de Portel, constituindo o primeiro passo para a instalação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Este tem diversos objectivos como o suporte de novas actividades desportivas, a introdução do regadio e a constituição de uma reserva estratégica de água, entre outros. Actualmente, algumas explorações agrícolas já beneficiam da presença de culturas de regadio, no entanto, a sua utilização é ainda algo moderada face ao potencial que o Alqueva representa para Mourão.

Estação Biológica do Garducho

Em 1997, o CEAI - Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, adquiriu o antigo posto fiscal do Garducho, na freguesia de Granja, com o objectivo de transformá-lo numa estação biológica, face à importância do património natural da região (CEAI, 2010). Hoje em dia, a Estação Biológica do Garducho tem como propósito a salvaguarda dos valores naturais da região, visando a conservação da biodiversidade e contempla diversas funcionalidades com áreas expositivas, de trabalho técnico e de alojamento. Pretende, nomeadamente, fomentar o turismo de natureza e difundir o conhecimento científico sobre as espécies e os habitats presentes na região Mourão-Moura-Barrancos, classificada na Rede Natura 2000. (CMM,2010)

O turismo é ainda beneficiado pela riqueza de artesanato do Concelho que representa um conjunto de valores e significados que são simultaneamente expressão da arte, cultura e sustentabilidade económica de recursos locais (Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004):

- Olaria;
- Artefactos de latoaria e em ferro forjado ou batido;
- Trabalhos em xisto, entalhamento e lavrados em madeira, cortiça, chifre e cana, tecelagem, fabrico de cadeiras, rendas e bordados;
- Mobiliário;
- Peles, curtumes e albardaria;
- Jogos tradicionais e instrumentos musicais;

- Tecnologias tradicionais relacionadas com a caça e a pesca;
- Doces conventuais.

As características únicas do município aqui referidas são assim ideais e facilmente adaptáveis a diversos tipos de turismo das quais se enumeram algumas no Quadro 20.

Quadro 20. Características do município de Mourão adequadas a diversos tipos turismo.

Tipo de Turismo	Características de Mourão adequadas
Turismo de natureza/ecoturismo	• Reduzida carga turística • Albufeira de Alqueva • Riquezas paisagísticas e qualidade ambiental • Zonas do concelho sem desenvolvimento urbano • Centros de interpretação ambiental do Garducho • Alojamento integrado numa lógica de natureza • Mata de S. Bento – parque recreativo e de lazer com parque de merendas, parque infantil, zonas ajardinadas, edifício de recepção e W.C • Parque de merendas / Ancoradouro
Turismo de repouso	• Forte componente natural e excelente conservação do concelho, ambiente calmo e rural, etc. • Alojamento integrado de qualidade • Boa localização
Turismo activo	• Características morfológicas do concelho adequadas a esta tipologia • Beleza natural • Local distante dos grandes centros urbanos • Barragem do Alqueva (desportos náuticos)
Turismo sénior	• Ambiente calmo e acolhedor • Atractivos culturais e religiosos • Segurança • Paisagem natural • Gastronomia local • Morfologia pouco acentuada em todo o concelho • Alojamento de qualidade
Turismo residencial	• Ambiente calmo e acolhedor • Paisagem natural de grande interesse • Proximidade a Espanha e distância ideal em relação a Lisboa
Turismo juvenil	• Região segura • Qualidade e diversidade ambiental • Possibilidade de desenvolvimento de actividades ao ar livre • Proximidade com Espanha – possibilidade de intercâmbio.
Turismo cultural	• Riqueza ao nível do património construído e etnográfico • Chaminés de Mourão • Casas senhoris • Festa popular de Nossa Sr.ª das Candeias • Semana do castelo • Lojas e exposições de artesanato local • Restaurantes típicos e regionais

Fonte: Câmara Municipal de Mourão, 2003.

Fotografia 7. Parque de merendas /Ancoradouro – Turismo de Natureza/Ecoturismo.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico de Mourão, em 2003, identificou e definiu produtos turísticos com maior potencial de desenvolvimento em Mourão. Presentemente, para além de alguns destes projectos se situarem em fase de execução ou já estarem concluídos, surgiram também outros investimentos, de natureza pública e privada, com o mesmo propósito. (Quadro 21).

Quadro 20. Projectos de Mourão vocacionados para o Turismo.

Finalidade	Infra-estruturas
Atracção cultural	○ Centros de Interpretação Ambiental do Garducho (já em funcionamento, actual Estação Biológica do Garducho) ○ Museu da Memória (já em funcionamento, é o actual Museu da Luz) ○ Museu Arte Sacra (em curso, pela Ermida de S. Bento)
Animação, Gastronomia e Vinhos	○ Adega Cooperativa da Granja ○ Adega da Herdade do Pico e Ameadinha
Alojamento e actividades	○ Plano de Urbanização da Herdade do Mercador (em curso) ○ Plano de Pormenor da Herdade das Ferrarias (em curso) ○ Alojamento Local Monte da Preguiça (em conclusão) ○ Agroturismo Monte do Caneiro (concluído)

Fonte: Câmara Municipal de Mourão, 2003, 2010.

O Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio tem por objectivo dinamizar o investimento empresarial associado a actividades que diversifiquem a base económica existente, que criem emprego qualificado e que apresentem características de inovação. Em Mourão, dois dos projectos referidos no Quadro anterior inserem-se nesta

categoria: a Herdade das Ferrarias e a Herdade do Mercador. Com a recente aprovação da revisão da nova delimitação da REN, os referidos projectos têm agora luz verde para avançar.

Mourão pertence ainda à rede "Terras do Sol" que envolve uma parceria de cinco municípios do Alentejo Central e centra-se na criação de uma estratégia turística concertada para o território, baseada em serviços de qualidade, inovadora nas ofertas e nos mercados e sustentada nos factores de competitividade endógena (AMDE, 2008).

3.4 Recursos Culturais

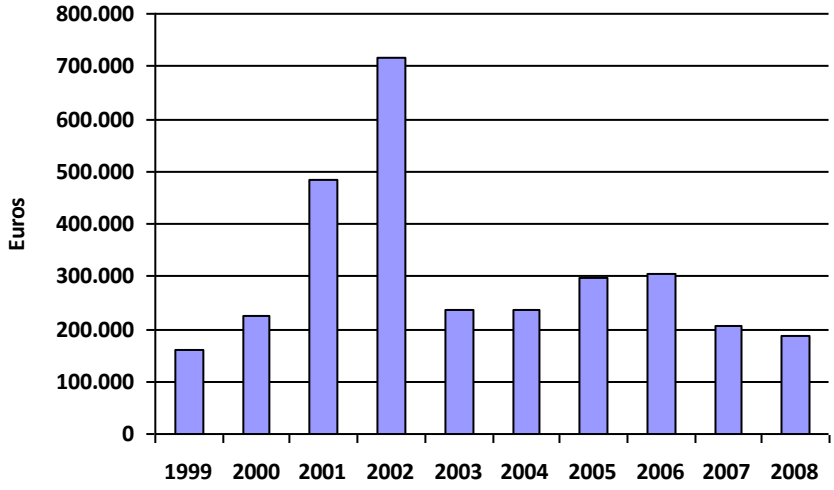
A cultura, o desporto e o lazer revestem-se de uma importância significativa, na medida em que são geradores de uma dinâmica social, necessária ao bem-estar das populações. São por isso factores relevantes para a qualidade de vida dos munícipes, contribuindo deste modo para a fixação da população e, consequentemente, para o desenvolvimento da economia local.

3.4.1 Cultura

O legado histórico-cultural de um povo expressa-se através das artes, das letras, do património, da própria língua e dos próprios comportamentos e pensamentos.

A evolução das despesas públicas nesta área reflecte, geralmente, a importância dada pelo poder local ao fomento deste sector, de forma a torná-lo cada vez melhor e mais acessível a todos. Assim, em termos de montantes aplicados anualmente, verifica-se um pico no ano 2002 correspondente a 716 000 €, pelo que após este período, os investimentos nesta área sofreram um decréscimo acentuado de 74 %, atingido em 2008 o valor de 185 000 € (Gráfico 49). A diferença de investimentos verificada no referido ano é explicada pelo facto de corresponder à inauguração da Nova Aldeia da Luz, que moveu grande investimentos financeiros.

Gráfico 49. Despesa Pública em actividades culturais, realizada no município de Mourão, de 1999 a 2008.



Fonte: INE.

O concelho de Mourão conta com algumas ofertas de actividade cultural, desportiva e recreativa, promovidas pelas colectividades locais e pela própria autarquia, estando estas mais concentradas na freguesia de Mourão.

Quadro 21. Actividades culturais presentes no concelho de Mourão.

Actividades culturais	
Equipamento/Infra-estruturas	• Sala de espectáculos • Biblioteca da Fundação Gulbenkian – Antiga Escola Primária nº 2 de Mourão • Biblioteca da Escola Básica Integrada de Mourão • Biblioteca da Granja – Escola Primária • Biblioteca escolar da Luz • Praça de Touros (Mourão) • Praça de Touros (Luz) • Praça de Touros (Granja) • Galeria Municipal • Museu de arte sacra na antiga Ermida de S. Bento, • Museu de arte sacra na santa Casa da Misericórdia. • Museu da Luz • Cine-teatro Municipal
Música	• Grupo coral e instrumental de N.ª Sr.ª das Candeias • Grupo Coral de Mourão • Grupo Coral da Granja • Grupo Coral da Luz • Grupo de musica popular Ventos do Sul
Associações	• ADEREM – Associação de desenvolvimento de Mourão • Associação Juvenil a “Entretenga” de Mourão • Associação Humanitária dos Bombeiros de Mourão • Sociedade Artística Mouranense • Clube Mouranense

Actividades culturais	
	• Mourão Atlético Clube • Associação Columbófila Mouranense • Associação de Agricultores do concelho de Mourão • Associação de Caçadores do Espargueiro • MouroAgrocinegética – Associação de caçadores e agricultores de Mourão • Centro Náutico do Grande Lago • Associação Mulher e Mãe • Abrigo Infantil Dr. Libânio Ramalho Esquível • Sociedade Artística Mouranense • Associação de Protecção Social da população da Granja • Associação de Protecção Social da população da Luz • Cooperativa Agrícola da Granja • Grupo de Caçadores e Pescadores amigos da Granja • Sociedade Instrução e Recreio 8 de Dezembro Granjense • Associação Equestre da Granja "Os Amigos do Cavalo" • Associação Juvenil "Granjovem" • Associação de jovens “Campos da Lousa” • Sociedade Recreativa Luzense • Associação de Beneficiários da freguesia da Luz • Clube de Caçadores da Luz • Associação Grupo Coral da Granja • Grupo Coral Feminino Flores de Abril - Granja • Associação Desportiva de caçadores da Luz
Imprensa	• Jornal mensal “O Mouranense”, propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Mourão • Tempo de antena diária na rádio RC Alentejo

Fonte: Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004; CMM, 2010.

De acordo com o Quadro 22., apesar de aparentemente existirem diversas associações de diferentes naturezas, a grande maioria carece ou não apresenta actualmente qualquer actividade.

Para além das actividades anteriormente expostas, o município realiza ainda festas e romarias, já referidas no capítulo do *Turismo*, que envolvem a maioria da população local e criam grande afluência por parte de visitantes e turistas.

Figura 10. Exemplos de actividades culturais do município.

7 **A**

8 **B**

C

Actividades Culturais:
A – Museu da Luz
B – Grupo Coral Feminino Flores de Abril - Granja
C – Nossa Sr.ª das Candeias – Festa e Feriado Municipal

A Câmara Municipal de Mourão, através da criação do seu espaço Internet, disponibiliza também um espaço público de acesso às tecnologias de informação e à Internet, para uso gratuito dos habitantes do concelho.

De acordo com os dados mais recentes, disponibilizados pelo INE, em 2003 registaram-se três espectáculos ao vivo com 2658 espectadores. Este número demonstra que a afluência a este tipo de eventos é muito reduzida, revelando uma necessidade de definição de estratégias de melhoria contínua dos equipamentos e animações culturais já presentes no Concelho. A criação de investimentos é aqui essencial, pois não só serve de componente auxiliar à fixação da população local e atracção de turistas, como também promove e protege a riqueza cultural do Concelho.

Urge de igual modo apelar à união das três freguesias, no que respeita ao esforço de caminhar em direcção a uma identidade cultural comum, uma vez que presentemente se assiste a uma

[7] Fonte: Museu da Luz
[8] Fonte: "A Granja"

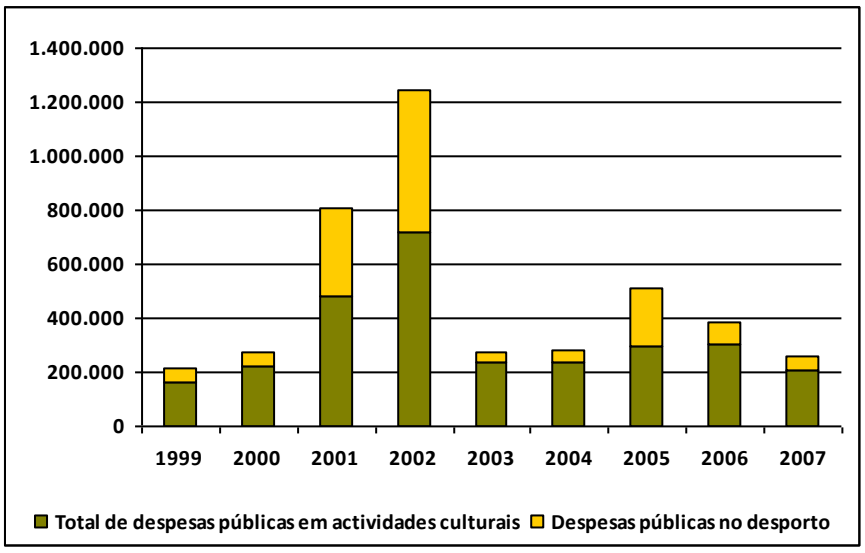
desfragmentação concelhia preocupante, onde domina o conceito de "minha freguesia" ao invés do conceito "meu Concelho".

3.4.2 Desporto e Lazer

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a grande importância da actividade física para a saúde física, mental e social, capacidade funcional e bem-estar de indivíduos e comunidades. Almeja a implementação de políticas e programas que levem em conta as necessidades e possibilidades da população, de modo a integrar a actividade física no dia-a-dia dos habitantes, abrangendo todas as faixas etárias e sectores sociais, especialmente na escola, no local de trabalho e nas comunidades.

Ciente desta realidade, o Município de Mourão tem vindo a assumir uma postura de apoio e incentivo face à área do desporto. De acordo com a estatística (Gráfico 50), esta actividade registou elevadas verbas, nomeadamente nos anos 2001, 2002 e 2005, chegando a representar mais de 50 % do total das despesas públicas em actividades culturais. O período que decorreu entre o ano 2001 e 2002 correspondeu à implementação da Nova Aldeia da Luz, que passou a dispor de novos equipamentos desportivos, designadamente, o campo de futebol e o pavilhão gimnodesportivo da Luz. O investimento em cada ano foi de 323 441 € e 531 000 €, respectivamente.

Gráfico 50.Despesa Pública em actividades culturais e no desporto, realizada no concelho de Mourão, de 1999 a 2008.



Fonte: INE.

Quanto aos equipamentos desportivos e à dinâmica associativa do Concelho, estes são assegurados por diversas infra-estruturas e colectividades (Quadro 23).

Quadro 22. Equipamentos Desportivos e associações presentes em cada freguesia do município de Mourão.

Freguesia	Equipamento Desportivo	Associações
Mourão	Campo de futebol Campo de futebol de cinco Pavilhão Gimnodesportivo Ringue Desportivo (Casa do Povo) Campo de tiro Complexo Municipal de Piscinas Descobertas e Cobertas	Associação Equestre Mouranense Motoclube TT Falck Mourão Atlético Clube Associação de Caçadores do Espargueiro MouroAgrocinegética – Associação de caçadores e agricultores de Mourão Centro Náutico do Grande Lago
Luz	Campo de futebol da Aldeia da Luz Pavilhão Polidesportivo da Luz	Clube Desportivo da Luz Clube de Caçadores da Luz Associação Desportiva de caçadores da Luz
Granja	Ringue desportivo	Associação Equestre da Granja "Os Amigos do Cavalo" Grupo de Caçadores e Pescadores amigos da Granja

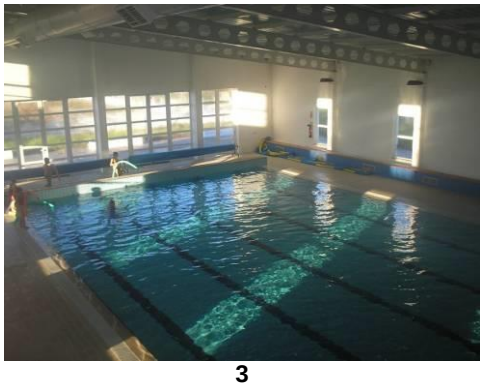
Fonte: Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004.

Na Figura 11, encontram-se alguns dos equipamentos desportivos presentes no concelho de Mourão.

Figura 11. Equipamentos desportivos no concelho.

1

2



3

Actividades Culturais:
1 – Pavilhão Polidesportivo da Luz
2 – Complexo Municipal de Piscinas – Piscina Descoberta
3 – Complexo Municipal de Piscinas - Piscina Coberta

3.5 Gestão do território

A forma como o território é gerido e como são consideradas as suas dinâmicas são requisitos essenciais para a sua sustentabilidade. Mais do que um espaço físico, o território é "a entidade de suporte, de integração e de síntese, de toda a actividade humana, com particular realce para as actividades produtivas, o habitat, os recursos naturais e ambientais, as identidades, bem como os agentes desses processos" (Fonseca Ferreira, 2005).

A gestão territorial do concelho de Mourão é assegurada total ou parcialmente por diversos instrumentos contemplados no Decreto-Lei nº 380/99[9], de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, nomeadamente os seguintes:

a) Instrumentos de âmbito nacional, com natureza sectorial:

- Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central;

b) Instrumentos de âmbito nacional, com natureza especial:

- Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão;

c) Instrumentos de âmbito regional:

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo;

d) Instrumentos de natureza municipal:

- Plano Director Municipal (PDM) de Mourão;
- Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz;
- Plano de Pormenor das Ferrarias;
- Plano de Pormenor do Mercador.

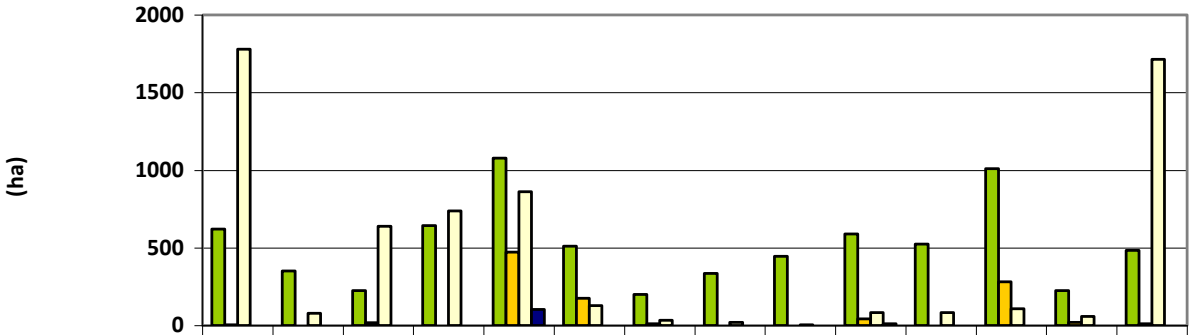
Encontra-se, ainda, em fase de aprovação o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo).

O concelho de Mourão, à semelhança do que sucede um pouco por toda a região Alentejo, tem sido marcado sucessivamente pela ausência de dinâmicas de competitividade territorial próprias.

[9] Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Comparativamente com outros concelhos da região do Alentejo Central e segundo dados integrados nos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), Mourão contabiliza as áreas mais pequenas no que respeita à urbanização, infra-estruturação industrial, equipamentos e turismo (Gráfico 51).

Gráfico 51.: Uso do solo constante em PMOT.



	Alandroal	Arraiolos	Borba	Estremoz	Évora	Montemor-o-	Mourão	Portel	Redondo	Reguengos de	Sousel	Vendas Novas	Viana do Alent	Vila Viçosa
Urbano	621,7	350,3	224,5	642,7	1079	510,2	199,8	336,3	445,8	589,3	523,8	1009	225,5	483,3
Equipamentos e parques urbanos	4,7	0	19,1	0	472,5	176,5	12,1	0	0	41,9	0,3	281,8	20,4	10,6
Industrial	1781	78	638,2	737,5	860,9	128	33,2	19,6	4	82,7	82,2	108,1	58,4	1715
Turismo	0	0	0	0	103,6	0	0	0	0	12,3	0	0	0	0

Fonte: INE, 2008

Os grandes desafios para a gestão territorial do Alentejo e, em particular, para o concelho de Mourão decorrem da aprovação e, consequente, entrada em vigor do PROT Alentejo, com o qual é esperada a inversão de várias assimetrias que até esta fase têm caracterizado a região. Com efeito, este instrumento concretiza um modelo de organização fundamentado em componentes territoriais estruturantes como o sistema urbano, a estrutura regional de protecção e valorização ambiental, as actividades económicas e as infra-estruturas, assim como as principais redes de conectividade regional, cuja formalização norteará a futura geração de PDM, de entre os quais o PDM de Mourão.

Especificamente, o PROT Alentejo prospectiva o incremento da urbanização na zona envolvente da albufeira do Alqueva, associada à expansão da actividade turística, sendo mesmo considerada como uma zona fundamental para o desenvolvimento urbano regional e de estruturação do território. A par de outros concelhos do Alentejo Central (sub-sistema Baixo Alentejo), Mourão é assumido como uma das principais centralidades urbanas do Alqueva que, por sua vez, contribuirá para fortalecer o sistema urbano policêntrico pretendido para a região do Alentejo.

Paralelamente, este Plano objectiva a valorização e afirmação dos recursos naturais e paisagísticos da região que, conjuntamente com o vasto património existente, compõem a sua identidade cultural e constituem vectores privilegiados para a dinamização socio-económica do território. Neste contexto, há a salientar no concelho de Mourão o Núcleo de Desenvolvimento Turístico "Atalaia das Ferrarias – Mercador – Margalha" e o Núcleo Urbano de Turismo e Lazer da "Nova Aldeia da Luz", esta última sujeita a Plano de Pormenor em 1998.

Recentemente a CMM procedeu a alterações à delimitação da REN do concelho, cuja aprovação veio viabilizar a execução dos Projectos de Interesse Nacional da Herdade das Ferrarias e da Herdade do Mercador, sobre as quais estão em fase de conclusão os respectivos Plano de Pormenor e Plano de Urbanização. Com esta viabilização é dado um importante passo no desenvolvimento e gestão do território, em consonância com os desígnios do PROT Alentejo.

4. Pressões Exercida pelas Actividades Humanas

Com base na descrição dos principais recursos do concelho de Mourão, atendendo ao Diagnóstico para a Sustentabilidade, e de modo a anteceder a avaliação global, pretende-se neste capitulo proceder à apreciação global das incidências das principais actividades humanas, recorrendo a matrizes de impactes.

Esta caracterização contempla a categorização das principais actividades humanas através da análise dos impactes na sustentabilidade (i.e. positivos (+), negativos (-) ou nulos (0)), causas e consequências. Será importante salientar que este processo de avaliação é complexo e muitas vezes subjectivo, devendo esta síntese ser lida como um primeiro enquadramento.

Desta forma, as principais actividades humanas analisadas são as seguintes:

- Aglomerados Populacionais;
- Actividade Construção, comércio e serviços;
- Actividade Agrícola e Agro-pecuária;
- Turismo;
- Indústria Transformadora.

Quadro 23. Incidência dos Aglomerados Populacionais sobre os recursos.

RECURSOS		IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
		+	0	-		
AMBIENTAL	ÁGUA			X	Elevadas capitações de água para consumo humano	Pressão sobre os recursos hídricos e sobre os sistemas de captação, adução, tratamento e distribuição de água para abastecimento urbano
	AR		X		O tráfego automóvel é a principal fonte de poluição atmosférica. No entanto o seu efeito não é significativo no Concelho.	Poluição atmosférica
	SOLO		X		A ocupação dos aglomerados populacionais face à área total dos solos do concelho é pouca significativa	Perda de capacidade de uso para outros fins
	RESÍDUOS		X		O aumento da produção de resíduos sólidos urbanos é pouco significativo	Se os resíduos produzidos não entrarem no circuito de gestão, poderão contaminar o solo e a água
	CONSUMO DE ENERGIA			X	Proporção significativa no consumo global de energia	Aumento da emissão de gases de efeito estufa
SOCIAL	POPULAÇÃO	X			Garantem melhores condições de vida que habitações isoladas face a uma maior proximidade e centralização de serviços/bens	Contribui para a fixação de população
	EMPREGO	X			Criação e concentração de postos de trabalho comparativamente com a zonas mais rurais e isoladas	Criação de emprego que contribui para a fixação de população
	EDIFICADO	X			Tecido urbano consolidado e existência de um reduzido número de habitações isoladas	Maior facilidade na gestão do território urbano
	EDUCAÇÃO	X			Modernização, dinamização e criação de mais equipamentos escolares	Redução da taxa de analfabetismo e melhores condições escolares
	SAÚDE			X	Maior necessidade de infra-estruturas de saúde e de recursos humanos (médicos e enfermeiras); longa distância às unidades hospitalares	Diminuição da qualidade de assistência médica da população idosa e de reduzida mobilidade motora; Aumento do número de utentes nos centros hospitalares; Fraca capacidade de resposta nas unidades de saúde
	ACÇÃO SOCIAL	X			Criação de mais programas de apoio a	Contribui para a fixação de população e melhoria

RECURSOS		IMPACTES +	IMPACTES 0	IMPACTES -	CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
					diferentes grupos da população: escolar, fixação de jovens, idosos, entre outros	das condições de vida
				X	Maior necessidade de infra-estruturas e equipamentos de apoio à infância, até aos 3 anos, que não existem até ao momento	Carência de apoio à infância até aos 3 anos
ECONOMIA	TECIDO EMPRESARIAL	X			Melhores condições para a criação e concentração de empresas	Incentivo ao investimento e criação de postos de trabalho; Incremento do valor acrescentado bruto; Contribuição para uma maior dinamização da economia local
CULTURA, DESPORTO E LAZER		X			Maior oferta de equipamentos culturais, desportivos e lazer	Fixação da população e aumento de fluxo turístico
GESTÃO DO TERRITÓRIO		X			Existência de povoamentos concentrados	Maior gestão do tecido urbano, em particular nas áreas previstas para expansão
				X	Área reduzida para equipamentos	Fraca atractividade do tecido urbano

Quadro 24. Incidência do Construção, Comércio e Serviços sobre os recursos.

RECURSOS		IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
		+	0	-		
AMBIENTAL	FLORESTA E OUTROS USOS	X			Comercialização de produtos regionais de origem agrícola e agro-pecuária	Manutenção de heterogeneidade paisagística; Diversidade de usos do solo
	CONSUMO DE ENERGIA			X	Consumo energético moderado, face aos valores globais do concelho	Aumento da emissão de gases que provocam efeito estufa
SOCIAL	POPULAÇÃO	X			Crescimento urbano e aumento da oferta de bens e serviços	Fixação e concentração da população
	EMPREGO	X			Grande importância na economia do concelho	Criação de emprego
ECONOMIA	TECIDO EMPRESARIAL	X			Responsável por 85 % do tecido empresarial	Dinamização económica do concelho, importante fonte de criação de riqueza
CULTURA, DESPORTO E LAZER		X			Oferta de produtos regionais de qualidade; existência de equipamento desportivo e eventos culturais locais (freguesias)	Elementos de interesse turístico
GESTÃO DO TERRITÓRIO				X	Pouca área disponível para a oferta de comércio e serviços	Tendência para o despovoamento

Quadro 25. Incidência da Actividade Agrícola e Agro-pecuária sobre os recursos.

RECURSOS		IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
		+	0	-		
AMBIENTAL	ÁGUA			X	Escorrências e lexiviação de fertilizantes	Contaminação das águas por nutrientes
					Consumos de água	Pressão sobre os recursos hídricos
	SOLO	X			Multifuncionalidade na exploração dos recursos naturais	Equilíbrio ecológico e preservação ambiental dos recursos naturais existentes
	FLORESTA E OUTROS USOS	X			Gestão do sub-coberto	Diminuição de Risco de Incêndio
				X	Expansão da área ocupada por pastagens	Ausência de regeneração do solo; redução do solo arável e florestal
	BIODIVERSIDADE	X			Exploração extensiva	Diversidade de usos, manutenção de heterogeneidade paisagística, menores cargas animais e menos resíduos; riqueza em fauna
				X	Exploração intensiva	Introdução de elevados quantidades de pesticidas e fertilizantes que têm impactes ao nível da cadeia alimentar do sistema; promoção de monoculturas; redução da biodiversidade
	CONSUMO DE ENERGIA		X		Consumo energético reduzido, face aos valores globais do concelho	Emissão de gases de efeito estufa
SOCIAL	POPULAÇÃO	X			Garantia de postos de trabalho; existência de explorações em meios rurais	Fixação da população em áreas rurais
	EMPREGO	X			Capacidade empregadora do sector	Maior percentagem da população empregada no sector agro-pecuário; criação de emprego, frequentemente por trabalhadores por conta própria
	EDUCAÇÃO			X	Baixo nível de escolaridade da maioria dos agricultores	Pouco aproveitamento das novas tecnologias disponíveis e apreensão face a novos métodos e técnicas produtivas
	SAÚDE		X		Predomínio de agricultura extensiva; Aumento do grau de exigência de segurança alimentar	Baixos níveis de poluição difusa; produtos locais de qualidade
ECONOMIA	TECIDO EMPRESARIAL	X			Contribuição para a diversificação do tecido empresarial	Actividade de apoio para outras actividades associadas

RECURSOS	IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
	+	0	-		
CULTURA, DESPORTO E LAZER	X			Existência de valores culturais; produtos com denominação de origem; Rota dos Sabores (produtos tradicionais de qualidade); Valor paisagístico atribuído às áreas agrícolas tradicionais; Abertura e manutenção de caminhos agrícolas	Marcação de identidade cultural e territorial; Elementos de interesse turístico; Beneficia outras actividades como por exemplo o turismo de natureza, o pedestrianismo e o combate a incêndios
GESTÃO DO TERRITÓRIO			X	Abandono progressivo do espaço rural e terrenos agrícolas	Degradação progressiva dos recursos naturais e empobrecimento do património natural

Quadro 26. Incidência do Turismo sobre os recursos.

RECURSOS		IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
		+	0	-		
AMBIENTAL	ÁGUA		X		Não se identificaram impactes relevantes do turismo sobre este recurso	-
	SOLO			X	Implantação urbana em solos com limitações quanto ao uso (classe D e E)	Acréscimo da erosão dos solos
	FLORESTA E OUTROS USOS	X			Ecoturismo/Turismo Rural	Promoção da preservação da natureza
			X		Turismo cinegético	Valorização dos Ecossistemas e prevenção de risco de incêndios; casos específicos de pressão cinegética excessiva e incorrecta gestão dos matos
	BIODIVERSIDADE	X			Estruturas ligadas à Natureza (Centros de Interpretação Ambiental do Garducho, Albufeira de Alqueva, Mata de S. Bento)	Promoção de contacto com a natureza e educação ambiental
			X		Turismo cinegético	Preservação e estudo da fauna e flora; casos específicos de pressão cinegética excessiva
SOCIAL	POPULAÇÃO	X			Infra-estruturas ligadas ao turismo que potenciam desenvolvimento socioeconómico	Atracção e Fixação da população; dinamização cultural e social
	EMPREGO	X			Alguns estabelecimentos ligados ao sector do turismo, como os restaurantes, alojamentos, comércio e outros	Criação de postos de trabalho, de riqueza e aumento do valor acrescentado
				X	Sazonalidade da procura turística	Sazonalidade do emprego; variação da taxa anual de ocupação dos alojamentos turísticos
	EDUCAÇÃO	X			Forte apetência para a prática de acções de educação para o turismo de natureza	Aquisição de conhecimentos em termos culturais e ambientais
	SAÚDE	X			Actividades desportivas como canoagem, equitação e outras potenciais	Existência de actividade física e de lazer ao ar livre, como forma de vida saudável e prevenção de doenças; Necessidade de fortalecimento da prestação dos serviços de saúde
			X		Existência de fluxo turístico	Necessidade de fortalecimento da prestação dos serviços de saúde
ECONOMIA	TECIDO EMPRESARIAL	X			Dinamização do sector empresarial	Possibilidade de aumento do número de empresas ligadas directa ou indirectamente ao turismo

RECURSOS	IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
CULTURA, DESPORTO E LAZER	X			Dinamização de diversas actividades culturais; Empreendimentos turísticos genericamente adaptados às características locais; Riqueza arqueológica, arquitectónica e cultural	Aumento do fluxo de visitantes ao concelho; Valorização e conservação do património
GESTÃO DO TERRITÓRIO	X			Aproveitamento dos recursos naturais numa óptica de desenvolvimento sustentável	Oportunidade para contrariar tendências de desertificação
	X			Desenvolvimento urbano associado à actividade turística nas margens da Barragem do Alqueva	Afirmação de Mourão como uma das principais centralidades urbanas do Alqueva

Quadro 27. Incidência da Indústria Transformadora sobre os recursos.

RECURSOS		IMPACTES			CAUSA (ACÇÃO)	CONSEQUÊNCIA
		+	0	-		
AMBIENTAL	SOLO			X	Exploração de massas minerais	Compactação e erosão do solo
	FLORESTA E OUTROS USOS	X			Presença de indústrias da madeira e da cortiça	Manutenção da área florestal e de áreas de montado
	BIODIVERSIDADE	X			Alguma presença do ecossistema agro-florestal de montado de sobro	Elevado valor biológico
	CONSUMO DE ENERGIA		X		Consumo energético reduzido, face aos valores globais do concelho	Emissão de gases de efeito estufa
SOCIAL	POPULAÇÃO	X			Assegura postos de trabalho	Contribui para a fixação da população
	EMPREGO	X			Potencialidade empregadora do sector	Geração de emprego
	EDUCAÇÃO		X		Potencial para o desenvolvimento do sector no concelho	Necessidade de mais Qualificação / formação.
ECONOMIA	TECIDO EMPRESARIAL	X			Existência das próprias indústrias transformadoras e outras empresas associadas	Induz dinâmica económica no concelho
GESTÃO DO TERRITÓRIO		X			Adequado ordenamento dos espaços industriais	Minimização de riscos ambientais

5. Participação Pública

Na fase de desenvolvimento deste documento a participação pública foi incluída através da realização de três sessões de participação pública.

No relatório de participação pública, anexo a este documento, apresentam-se a metodologia utilizada, bem como os resultados dos debates e inquéritos promovidos nas referidas sessões.

Apesar de ter reunido um número moderado de participantes, as sessões de participação pública resultaram em debates activos onde a população demonstrou estar ciente dos estrangulamentos e potencialidades de Mourão, que na sua generalidade se revelaram comuns às três freguesias.

Constatou-se que a população valoriza bastante a riqueza do seu património natural, entendendo que este deverá ser conservado e preservado, no entanto, sem nunca prejudicar o desenvolvimento e progresso do Concelho. A presença da Albufeira do Alqueva é apontada como um dos recursos naturais com grande potencial para dinamizar actividades de diferentes naturezas importantes para a sustentabilidade ambiental e económica local. Neste âmbito, a agricultura foi referida como uma actividade económica que poderia ser em muito beneficiada pelo desenvolvimento de culturas de regadio, encontrando-se porém ainda muito estagnada.

A inactividade e falta de participação da generalidade da população foram apontadas como principais aspectos negativos em Mourão, uma vez que, aparentemente, manifestam desinteresse pelas questões concelhias. Foi ainda realçada a importância do estímulo ao investimento e à constituição de parecerias entre as autoridades locais e outros agentes regionais e concelhos limítrofes, como meios facilitadores da dinamização da economia e consequente fixação de jovens em Mourão. Neste âmbito, a elevada taxa de desemprego foi nomeada como um dos factores mais contraproducentes em Mourão ambicionando-se, por isso, um maior número de ofertas de emprego qualificado que rentabilize os recursos naturais.

6. Avaliação Global da Sustentabilidade

Este capítulo constitui o resumo do Diagnóstico para a Sustentabilidade, tendo como base a avaliação descrita ao longo do trabalho.

Para tal, proceder-se-á a uma síntese de avaliação global através de uma análise SWOT[10] simplificada.

Mourão para além de ser um concelho raiano da margem esquerda do Rio Guadiana, actualmente o maior lago artificial europeu, situa-se a apenas 56 km de Évora. A sua privilegiada localização geográfica é um dos pontos fortes para uma estratégia de sustentabilidade local.

A este ponto acresce a melhoria dos serviços básicos na área do ambiente, nomeadamente no sistema de abastecimento de água que além das captações subterrâneas passou a contar com o fornecimento de água potável a partir de origens superficiais, fornecendo uma maior robustez ao sistema. Por ouro lado, nos últimos anos tem-se registado um aumento progressivo da percentagem de cobertura de população servida por sistemas de drenagem, resultado do esforço da autarquia em dotar os aglomerados urbanos de infra-estruturas básicas. Do ponto de vista da gestão territorial verifica-se que o principal instrumento de ordenamento municipal, o PDM de Mourão, não reflecte as dinâmicas actuais do território por se tratar de um plano configurado há mais de dez anos. Com a sua revisão, porém, aguarda-se a implementação de uma estratégia de desenvolvimento local concertada com as políticas sectoriais com incidência no território, nomeadamente em matéria de gestão de recursos hídricos, florestas e biodiversidade, que conjuntamente contribuem para a sustentabilidade do concelho de Mourão.

A este respeito, importa salientar, não obstante a importância de todos os instrumentos de gestão territorial com incidência local, as orientações estratégicas consagradas no Plano Sectorial da Rede Natura para a salvaguarda e gestão dos valores e recursos naturais presentes no território de Mourão, que, recorde-se, levaram à integração de mais de metade da área do concelho na Rede Natura 2000. A observância a estas orientações, através da sua inserção nos planos de natureza municipal, em particular na revisão do PDM, permitirá sensibilizar e vincular os particulares no sentido de uma eficaz utilização e gestão do território.

O aproveitamento agrícola e florestal do solo constitui um importante potencial económico e cultural, representado pela oferta de produtos regionais tradicionais de qualidade, entre outros. Assim, o sector secundário e, principalmente, o sector primário deverão ser valorizados e estimulados, pois se no primeiro caso existem capacidades para criar um grande número de

[10] SWOT – Strengths (Pontos Fortes), Weakness (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

postos de trabalho, no segundo criam-se oportunidades de emprego de trabalhadores por conta própria, que constitui a fonte de rendimento de muitas famílias mouranenses.

Apesar do aumento populacional registado em Mourão e consequente acréscimo de transporte individual, a qualidade do ar tem-se mantido boa o que poderá constituir um futuro promissor e sustentável para a qualidade de vida dos munícipes, se neste sentido houver a intenção de apostar e investir a curto prazo na área dos transportes públicos. No que respeita aos resíduos, tem-se sentido uma melhoria no sistema de recolha selectiva, bem como uma redução de resíduos indiferenciados, o que deverá indicar uma crescente consciencialização dos deveres cívicos por parte da população residente.

Apesar do índice de envelhecimento no município ser elevado, constata-se que o número de habitantes com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, em idade activa, tem aumentado gradualmente nos últimos anos, derivado de um saldo migratório positivo e resultando numa taxa de crescimento efectivo positiva.

No que respeita ao emprego, actualmente, a taxa de desemprego caracteriza-se pela sua marcada expressão, tendo sido o sector secundário o mais afectado após o encerramento da fábrica Portucel Recicla em 2001 e, mais recentemente, com o encerramento da fábrica Sulpac.

Ao nível do ensino, apesar da taxa de analfabetismo ter vindo a diminuir ao longo dos anos, Mourão tem apresentado indicadores de educação pouco animadores.

Na área da saúde, Mourão beneficiou da construção de um novo Centro de Saúde que entrou, recentemente, em actividade. Relativamente à acção social, apesar do município de Mourão dispor de várias entidades e associações que disponibilizam diversos tipos de apoio social, a taxa de cobertura de infra-estruturas desta natureza é ainda insuficiente para dar resposta às necessidades concelhias, nomeadamente no que respeita aos idosos e às crianças com idades inferiores aos 3 anos.

Por seu lado, o empreendedorismo tem registado uma tendência de desaceleração no Concelho, resultando num tecido empresarial fraco, sendo a actividade económica com maior representatividade a do comércio. No sentido de criar estruturas facilitadoras da fixação de empresas, Mourão pretende qualificar e promover uma rede empresarial e turística interactiva, de forma a permitir a dinamização deste sector.

Mourão tem ainda grandes potencialidades de desenvolver e criar actividades económicas, nomeadamente pelas suas festas e romarias, pelo diversificado património cultural e riqueza ambiental tão característica da região, assim como pelos produtos regionais de qualidade que

apresenta. A cultura e o desporto, apesar de apresentarem níveis de atendimento diferentes, têm vindo a assumir um papel crescente, ainda que insuficientes, na dinamização local. Estes são elementos importantes não só para a atracção turística, mas também e essencialmente para a fixação da população e sustentabilidade local.

Quadro 28. Análise SWOT.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
AMBIENTAIS: ▪ Localização geográfica: proximidade a Évora e Espanha; ▪ Albufeira do Alqueva; ▪ Boa cobertura dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais (ambos de 96% em 2007); ▪ Todas as freguesias estão servidas por ETAR; ▪ Capitação anual de resíduos inferior à média nacional; ▪ Melhoria do sistema de recolha selectiva; ▪ Património natural rico (áreas classificadas); ▪ Elevado nível de qualidade ambiental (baixos índices de poluição atmosférica e sonora); ▪ Estação Biológica do Garducho – Centro de Interpretação Ambiental; ▪ Aproveitamento agrícola e florestal do solo (povoamentos de azinho e importantes áreas de olivais e vinha); ▪ Disponibilização de origens de água superficial; ▪ Paisagem e disponibilidade de água e solo; SOCIAIS: ▪ Novo Centro de Saúde; ▪ Existência de vários apoios de intervenção social; ▪ Ampliação de novo lar – apoio social; CULTURAIS: ▪ Oferta de equipamentos desportivos; ▪ Museu da Luz; ECONÓMICOS: ▪ Produtos endógenos, com denominação de origem, potenciadores da base económica (azeite, vinho, artesanato, azeitona, queijos, mel, etc.); ▪ Oferta gastronómica, feiras e festas culturais; ▪ Investimentos na criação de unidades vocacionadas para turismo	AMBIENTAIS: ▪ Antiguidade das infra-estruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em Mourão e na Granja; ▪ Qualidade da água de abastecimento comprometida; ▪ Elevados consumos domésticos de água (248 l/hab/dia); ▪ Pouco aproveitamento do património natural; ▪ Taxa de consumo energético doméstico elevado e superior à media nacional e regional (3.860.815 kWh em 2008); SOCIAIS: ▪ Baixa densidade populacional (12,2 hab/km^2 em 2008); ▪ Índice de envelhecimento elevado (141,5 em 2008) e em crescimento; ▪ Taxa de analfabetismo (19,6% em 2001) superior à média nacional e regional; ▪ Estrutura do mercado de trabalho com elevado peso de trabalhadores não qualificados ou de baixa escolaridade; ▪ Escassez de recursos humanos – reduzida população em idade activa; ▪ Taxa de desemprego elevada (8,8% em 2001); ▪ Tendência crescente da percentagem de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (14% em 2008); ▪ Inexistência de respostas e equipamentos de apoio à infância dos 0 aos 3 anos; ▪ Insuficiente cobertura de resposta social à terceira idade; ▪ Elevada distância-tempo ao Centro Hospitalar de Évora; ▪ População pouco participativa; ▪ Baixa cobertura/oferta da rede de transportes públicos; ▪ Taxa de crescimento populacional natural negativo (-0,68% em 2008), resultante de um reduzido índice de natalidade; ▪ Insuficiente n.º de profissionais na área da saúde,

de alta qualidade.

OPORTUNIDADES

ECONÓMICOS:

- Potencialidade da Rota dos Sabores;
- Presença de dois projectos de Potencial Interesse Nacional;
- Desenvolvimento de actividade cinegética e desportos de natureza, devido à riqueza do património natural;
- Crescimento da procura ecoturismo/turismo de natureza;
- Empreendimento de fins múltiplos do Alqueva - Potencial turístico associado às actividades desportivas e afirmação de Mourão como uma das principais centralidades urbanas do Alqueva;
- Rede "Terras do Sol" – estratégia turística;
- Estabelecimento de parecerias e esforços entre o município de Mourão e outros agentes locais e concelhos limítrofes;
- Existência de instrumentos e apoios comunitários.

nomeadamente de médicos e enfermeiros;

- Fraca componente associativista – existência de associações de diversas naturezas, no entanto, carentes de dinamização e actividade;

CULTURAIS:

- Parca promoção e protecção da riqueza cultural do concelho;
- Identidade cultural associada essencialmente a cada freguesia – desfragmentação e desunião do Concelho;

ECONÓMICOS:

- Rede empresarial fraca e pouca oferta de empregos;
- Insuficiente capacidade hoteleira;
- Agricultura estagnada, maioritariamente de subsistência.

AMEAÇAS

ECONÓMICOS:

- Outros competidores com marketing territorial mais forte;
- Fraca articulação regional com base nas opções e potencialidades locais – estratégias nacionais e regionais pouco articuláveis com o poder local;
- Politica agrícola que incentiva o abandono do espaço rural e terrenos agrícolas – pequenos agricultores sem possibilidade de competir com as grandes explorações; subsídios recebidos motivam por vezes, e indevidamente, o abandono do trabalho agrícola;
- Empreendimento de fins múltiplos do Alqueva – fraca utilização e potenciação das culturas de regadio;
- Fraca articulação entre as entidades públicas e privadas da região do Alentejo, importante para a reunião de consensos e esforços para o desenvolvimento do Concelho.

Relativamente aos **pontos fortes** de Mourão, destaca-se a evolução essencial, nos últimos anos, da cobertura do abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, importantes factores de desenvolvimento municipal e de fixação da população. Ao nível dos resíduos tem-se sentido de igual modo uma melhoria no sistema de recolha selectiva, com o aumento de cobertura dos ecopontos. A qualidade do ar tem constituído uma mais valia do concelho que deverá ser preservada. A localização geográfica do concelho é aqui também muito importante, uma vez que para além de ser um concelho raiano e estar relativamente próximo da capital do Distrito, tira agora partido dos fins múltiplos que a Barragem do Alqueva tem para oferecer. É de realçar de igual modo a riqueza do património natural, facultado pela especificidade da biodiversidade e pelos diversos aproveitamentos agrícolas e florestais do solo que, para além de constituírem um factor de atractividade turística são actores importantes para a dinamização da economia local, através da promoção dos produtos endógenos de qualidade. Aqui, o Centro de Interpretação Ambiental do Garducho e a Albufeira do Alqueva não só potenciam estas características, como também impulsionam a sensibilização e educação ambiental. Distribuídas pelas três freguesias estão ainda infra-estruturas fundamentais para a qualidade de vida do município, nomeadamente de carácter social (Santa Casa da Misericórdia, associações, etc.), formativo (formação profissional e EFAS), desportivo (piscinas, pavilhões gimnodesportivos, etc.) e cultural (bibliotecas, museus, etc.). A construção do Novo Centro de Saúde veio também proporcionar uma melhoria significativa nos serviços de saúde prestados à população. O património edificado, a gastronomia local e as várias actividades culturais dinamizadas no concelho para além de fazerem parte de identidade do povo mouranense, são também factores essenciais para o aumento do fluxo turístico.

No que respeita aos principais **pontos fracos**, as elevadas capitações registadas no concelho são um aspecto ao qual deverá ser dada atenção no sentido de evitar pressões indesejáveis sobre os recursos hídricos da região além de que, por vezes, a qualidade de água de abastecimento se encontra comprometida. Por outro lado, assiste-se à presença de infra-estruturas desactualizadas de abastecimento de água, bem como de drenagem de águas residuais nas freguesias de Mourão e Granja. Destaca-se também a baixa densidade populacional e o elevado índice de envelhecimento, problemas de foro demográfico que agravam a já carente economia local, fragilizada pela falta de investimento e dinamismo empresarial e consequente precariedade de emprego. Ainda neste âmbito, verifica-se que grande parte dos recursos humanos inseridos no mercado de trabalho não estão qualificados ou apresentam baixa escolaridade. A agricultura, por seu lado, apesar de ser uma actividade económica com grande potencial de desenvolvimento em Mourão, nomeadamente em culturas de regadio, encontra-se estagnada e é ainda

maioritariamente de subsistência. Em relação aos recursos sociais, verificou-se a ausência ou insuficiência de respostas/equipamentos de apoio à infância (até aos 3 anos de idade) e terceira idade. Assiste-se ainda à desaceleração da componente associativa bem como à desunião cultural das três freguesias. No campo da saúde, para além de se destacar a insuficiência de recursos humanos, verifica-se que o centro hospitalar mais próximo do concelho se encontra a uma distância problemática de cerca de 60 km. Na área da educação, verifica-se uma taxa de analfabetismo que, apesar de ser tendencialmente decrescente, é ainda muito elevada. Em relação ao turismo, o potencial deste recurso está ainda longe de ser atingido, apresentando até ao presente momento uma promoção e dinamização insuficientes, nomeadamente no que respeita ao património natural/edificado, produtos/gastronomia regionais e artesanato local. Resultante de toda esta conjuntura, denota-se a falta de motivação e participação da população residente, resignada às condições actuais, resultando numa fraca dinamização das diversas vertentes de um município, tão importante para o desenvolvimento de um futuro próspero e sustentável.

Existem condições em Mourão com elevado potencial de sustentabilidade local que, devidamente estimuladas, motivam o crescimento e dinamização da economia e consequente fixação e satisfação da população já residente, para além de atraírem potenciais habitantes e turistas. Estas **oportunidades** distribuem-se por várias vertentes, uma delas na forma do património natural que possui uma paisagem rica, resultante dos diversos usos do solo, e biodiversidade específica, ambas recentemente enriquecidas pela barragem do Alqueva. É assim neste recurso natural que se baseiam e apoiam diversas actividades de diferentes naturezas, importantes para a sustentabilidade ambiental e económica. Destacam-se aqui a potencialidade de desenvolvimento da actividade cinegética e dos desportos de natureza, a educação e sensibilização ambientais e o turismo. Neste âmbito, o Concelho tem apresentado já investimentos ao nível da criação de várias unidades vocacionadas para o turismo, na forma de alojamentos e infra-estruturas de lazer de alta qualidade, para além de existirem dois projectos de potencial interesse nacional e propostas de qualificação e promoção de uma rede empresarial e turística interactiva (RETI). Acresce ainda a disponibilização das origens de água superficial para abastecimento urbano, agrícola e industrial. Em termos populacionais têm-se registado resultados um pouco animadores, nomeadamente pelo aumento da população em idade activa, da faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade. Na área da saúde, o novo Centro de Saúde irá contribuir para uma melhor cobertura das necessidades sentidas nesta área, principalmente para as pessoas com dificuldades de mobilidade e saúde mais precária, como os idosos. No que respeita à cultura, o imponente património presente no concelho, assim como os produtos regionais, artesanato, festas e costumes mouranenses, constituem um forte ex-líbris do concelho e um importante factor de atracção turística. Neste sentido, Mourão

pertence à Rota dos Sabores que promove a comercialização de recursos endógenos agro-alimentares de nome protegido, assim como à rede "Terras do Sol" que se centra em prestar serviços de qualidade e de competitividade endógena. A localização territorial de Mourão revela-se estratégica e facilitadora de escoamento dos produtos locais, podendo vir a afirmar-se como uma das principais centralidades urbanas do Alqueva. É pois importante que se estabeleçam parecerias e esforços entre a autarquia e outros agentes locais e concelhos limítrofes. Nesse sentido, o município de Mourão pretende de igual modo promover a complementaridade e a solidariedade no concelho como forma de promover sinergias e criar riqueza no concelho.

Ao nível dos recursos ambientais, destacam-se como principais **ameaças** a crescente taxa de consumo energético doméstico, assim como as pressões das actividades económicas, em especial a agricultura, sobre os recursos hídricos.

O isolamento social resultante da dispersão demográfica, a tendência de crescimento do índice de envelhecimento em contraste com a redução da taxa de natalidade constituem, de igual modo, factores preocupantes que poderão, num futuro próximo, resultar na desertificação do município, já agravada pelo abandono progressivo do espaço rural e de terrenos agrícolas. Nesta área, a utilização de culturas de regadio é ainda algo moderada face ao potencial que o lago representa. O sector primário não só é fundamental para a dinâmica social do concelho como também para a gestão, manutenção e protecção da floresta. O seu abandono progressivo tem conduzido a um perigoso atraso na detecção de incêndios, bem como ao aparecimento de áreas contínuas de combustível propícias à propagação de incêndios.

A desaceleração do empreendedorismo em Mourão, começa já a representar uma ameaça ao poder económico da população, urgindo a implementação de uma acção para inverter esta situação. Neste campo, tem-se denotado um crescente número de desempregados, de si já elevado, reforçado ainda pela tendência crescente de beneficiários de Rendimento Social de Inserção, sintomas de escassez e de uma qualidade de vida precária. Esta situação tem provocado nos habitantes uma reacção de apatia e desleixo perante os problemas sociais e económicos de Mourão, resultando numa população cada vez menos participativa e activa.

No que respeita ao turismo, verifica-se que a capacidade hoteleira é ainda insuficiente para receber potenciais turistas. A fraca articulação regional das diversas ofertas locais resulta numa escassa promoção da riqueza natural e cultural do município, atropelando o desenvolvimento potencial deste recurso.

Bibliografia

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, Guia Agenda 21 Local – Um Desafio para Todos, Lisboa, 2007.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MOURÃO (ADEREM), Plano Global de Intervenção do Centro Rural de Mourão, 1998.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE ÉVORA, Programa Territorial de Desenvolvimento do Alentejo Central, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURÃO, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, Relatórios I, II, III, IV, V e Final, Lisboa, 2003.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA) – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, Relatório Fundamental (versão final para aprovação pelo Conselho de Ministros), CCDRA, 2010.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDFCI), Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mourão, 2007.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL (CLAS) DE MOURÃO, Diagnóstico Social de Mourão, 2007.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL (CLAS) DE MOURÃO, Plano de Desenvolvimento Social de Mourão, 2008.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MOURÃO, Pré-Diagnóstico Social de Mourão, 2004

FONSECA FERREIRA, A. – Gestão Estratégica de Cidades e Regiões, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos, 2006.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, Desemprego registado por concelhos, Estatísticas Mensais, Lisboa; 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 1999, Évora, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2000, Évora, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001, Évora, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2002, Évora, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003, Lisboa, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004, Lisboa, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2005, Lisboa, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006, Lisboa, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007, Lisboa, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008, Lisboa, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 1991- Região do Alentejo, Lisboa, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 1991- Portugal, Lisboa, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 2001- Alentejo, Lisboa, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 2001- Portugal, Lisboa, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Indicadores Agro-Ambientais 1989-2007, Lisboa, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Municípios do Alentejo 2001, Évora, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Recenseamento Geral Agrícola 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Recenseamento Geral da Agricultura 1999 – Alentejo, Lisboa, 2001.

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA, Uma Estratégia de Gestão Agrícola e Florestal para a Rede Natura 2000 – Relatório Final do estudo Sobre a Integração da Gestão da Rede Natura 2000 na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013, Lisboa, 2006.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS FLORESTAIS, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central, 2006.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/98 – Plano Director Municipal de Mourão, Lisboa, 1998.

TTerra: Manual para a implementação da Agenda 21 Local. Agencia Portuguesa de Ambiente. Novembro, 2007.

Fontes

"A Granja" - www.agranja.com.pt
AFN - http://www.afn.min-agricultura.pt/portal
Agência Portuguesa do Ambiente - http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp
AMDE - http://www.amde.pt/
ARSAlentejo – http://www.arsalentejo.min-saude.pt/
Aves de Portugal - http://www.avesdeportugal.info/sitalqueva.html
Câmara Municipal de Mourão - http://www.cm-mourao.pt/pt
CEAI - www.ceai.pt
Confederación Hidrográfica del Guadiana - www.chguadiana.es
DGGE - http://www.dgge.pt/
Ecosfera - http://ecosfera.publico.clix.pt/
Edia - www.edia.pt
ERSE - www.erse.pt
Gescartão - www.gescartao.pt
Guia de Portugal - www.guiadeportugal.pt
IEFP - http://www.iefp.pt/
INE - www.ine.pt
Instituto de Seguros de Portugal: www.isp.pt
LPN - http://www.lpn.pt/
MAOTDR - http://www.maotdr.gov.pt
Museu da Luz - www.museudaluz.org.pt
Portal Alentejano - www.portalalentejano.com/
Projectos LPN - http://projectos.lpn.pt/
SNIRH - www.snirh.pt